Quarta-feira, 27 de Maio de 1997 I SÉRIE — Número 20

9.6-97

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 420$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial *deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.*

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo carimbo a óleo ou selo branco.

O preço dos anúncios é de 1200$ a lauda. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

O mínimo de cobrança pela inserção no Boletim Oficial *de qualquer anúncio ou outro assunto sujeito a pagamento é de 600$.*

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

Os demais actos referente à publicação no Boletim Oficial *estão regulamentados pelo Decreto nº 74/92, publicado no Suplemento ao* Boletim Oficial *nº 26/92, de 30 de Junho*

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	2 300$00	1 700$00
II Série	1 500$00	900$00
I e II Séries	3 100$00	2 000$00
AVULSO por cada página ..		6$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Para países de expressão portuguesa:

	Ano	Semestre
I Série	3 000$00	2 400$00
II Série	2 000$00	1 700$00
I e II Séries	3 800$00	2 500$00

Para outros países:

I Série	3 400$00	2 800$00
II Série	2 500$00	2 000$00
I e II Séries	3 900$00	2 800$00

2º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA NACIONAL:

Lei nº 22/V/97:

Aprovando as Grandes Opções do Plano 1997 – 2000.

Lei nº 23/V/97:

Concedendo a autorização legislativa ao Governo para legislar sobre bases gerais da organização da Administração Pública.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei nº 22/V/97

de 27 de Maio

Por mandado do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea *b*) do artigo 186º, da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º

São aprovadas as Grandes Opções do Plano 1997-2000, cujo texto vai publicado em anexo, fazendo parte integrante deste diploma.

Artigo 2º

A presente lei entra imediatamente em vigor.

Aprovada em 13 de Março de 1997.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António do Espírito Santo Fonseca.*

Promulgado em 6 de Maio de 1997.

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO.

Assinada em 14 de Maio de 1997.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António do Espírito Santo Fonseca.*

1 – Inserção dinâmica no Sistema Económico Mundial – uma opção pelo desenvolvimento económico e social auto-sustentado – um conceito estratégico

1.1 - Alguns desafios

A economia mundial atravessa um período singular de reestruturação, sendo alguns dos vectores dinâmicos da mesma a integração regional e a globalização.

No curto espaço de menos de uma década, a integração europeia definiu contornos, há poucos anos, inimagináveis. Não obstante as reconhecidas contradições internas – que vão desde as diferenças culturais (designadamente, linguísticas) às experiências históricas, passando pela economia, a integração efectiva d. Es-

paço Europeu, em vários planos, inclusivé no plano político, bate à porta, com impaciência. Saída de um parto difícil, de um longo processo histórico de estruturação/desestruturação, marcado, entre outros conflitos, por duas *Grandes Guerras*, a Europa prepara-se para colocar, antes do término do Sec. XX, a pedra-mestra que dará consistência e equilíbrio ao edifício que acolherá a União: a moeda única. Uma vez concluída a estrutura que albergará o edifício europeu, o chamado Velho Continente terá criado as condições económicas, culturais, políticas e institucionais que, sem dúvida, projectarão o seu poderio para escalas inconcebíveis, há menos de duas décadas.

Nos cruzamentos de outros paralelos e meridianos, o Mundo também gira. Facilitadas pela centralização e concentração do capital à escala mundial, com particular incidência no plano regional, estimuladas pelo desafio europeu, outras regiões económicas (e, futuramente, políticas) vão emergindo: o NAFTA, reunindo as economias do Norte do Novo Continente; o MERCOSUL, unificando os países da América do Sul...

Este movimento de integração chegará, mais cedo do que muitos pensam, aos países asiáticos, como permite antever a dinâmica do capital, nessa região.

O nosso Continente, a África, onde são ainda bem visíveis as feridas do colonialismo, esforça-se por encontrar o *seu* lugar no mundo multipolar, em configuração final. Entre uma *nova* divisão e a pura marginalização, fica a possiblidade da integração e de uma inserção na economia mundial realizadas em moldes capazes de assegurar um efectivo desenvolvimento auto-sustentado. O aproveitamento dessa oportunidade não será, contudo, tarefa fácil, se for considerado o conjunto de dificuldades determinado por um meio envolvente competitivo e disposto a não conceder o benefício da dúvida e que, à partida, leva reais e consideráveis vantagens; não será, também, tarefa fácil dadas as enormes contradições internas e constrangimentos existentes no Continente Negro (nos planos étnico, político, cultural, alimentar, da saúde, das comunicações, da gestão macroeconómica, apenas para citar alguns) e que dificultam a concretização de um compromisso autêntico entre os africanos, capaz de catalizar o desenvolvimento.

Confrontada com uma realidade externa construída para elefantes, a economia cabo-verdiana debate-se com um problema de escala, num mundo em que as unidades económicas com papel relevante no sucesso das economias, em todos os sectores, são projectadas para milhões de clientes. Num contexto económico comandado pela abertura crescente ao exterior como regra universal, a competividade das empresas cabo-verdianas fica inexoravelmente atingida, o que, contraditoriamente, define Cabo Verde como um país de consumo... sem produção. É a consagração do perfil actual da economia cabo-verdiana! Como, porém, garantir a perenidade da renda necessária para sustentar o modelo, se a Guerra Fria acabou?

Neste mundo de grandes e dos grandes, caracterizado por uma dinâmica de inovação tecnológica que se processa em movimento acelerado, a capacidade de absorção das *novas tecnologias* é uma condição de sucesso. Como poderá Cabo Verde assegurar o sucesso se o sistema responsável pelo desenvolvimento dos recursos humanos não se encontra em condições de facilitar o conhecimento e a habilidade necessários para lidar facilmente com as novas tecnologias? Como poderá Cabo Verde construir uma economia de sucesso, se os investimentos nos recursos humanos são elevados, não imediatamente reprodutivos, exigindo, por isso, um sacrifício significativo do *consumo presente* a uma população excessivamente sacrificada pelas estiagens cíclicas e predominantes, pela desertificação, pelo elevado crescimento demográfico, pelo nível baixíssimo de rendimento per capita, pela crise dos "mercados da emigração", pela falta de infraestruturas de saneamento básico e de transportes e comunicações, pela falta de energia... mas com os olhos fixos, justamente fixos na Europa, nos Estados Unidos da América!

Num mundo em que a globalização faz da integração regional um factor de competividade, de sobrevivência e de sucesso das unidades económicas, como fazer, se Cabo Verde é África, um Continente que ainda não se definiu claramente, no que concerne à integração regional e sub-regional? Como encarar a integração dos subespaços regionais africanos de forma positiva e útil, se os "vizinhos" se debatem com a instabilidade política com problemas de fronteira, com conflitos étnicos, com graves problemas de saúde pública, com a pobreza generalizada, com o analfabetismo, com uma crise de crescimento económico que se tornou estrutural? Num mundo que não oferece outras saídas, como deverá Cabo Verde posicionar-se para encontrar na regionalização das economias africanas uma vantagem?

No contexto de globalização crescente da economia mundial, em que o factor recursos humanos é determinante, tanto em preço e qualidade como em *quantidade*, para a definição das vantagem de localização e das condições de atracção do investimento directo estrangeiro, que respostas pode ter Cabo Verde, uma das economias mais pequenas do Mundo, com uma população total que, em termos numéricos, é equivalente à de uma cidade europeia de dimensão pequena, situação que é agravada pela sua dispersão por nove ilhas?! É um desafio com solução?

1.2 – Inserção dinâmica no sistema económico mundial, um conceito estratégico, uma resposta aos desafios

Sob a designação "Inserção Dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial - Uma opção pelo desenvolvimento económico e social auto-sustentado", o Governo apresenta as Grandes Opções do Plano 1997/2000.

Sendo a primeira vez que o conceito inserção dinâmica no sistema económico mundial aparece num documento do plano, julga-se obrigatória a explicitação do seu conteúdo, inclusive para uma melhor compreensão dos restantes capítulos das Grandes Opções.

O conceito surge como resposta ao desafio de um desenvolvimento baseado na relação dialéctica entre os factores internos e os externos à economia cabo-verdiana.

Os factores internos determinam a natureza da inserção a médio prazo mas, em particular, no curto prazo. Com efeito, a incapacidade objectiva e real de poder alterar os factores estruturais internos, no curto

ou mesmo, no médio prazo, coloca limites incontornáveis à natureza da especialização da economia do País.

Por exemplo, o facto de Cabo Verde possuir, no presente, uma abundância relativa de mão de obra sem qualificação e um baixo potencial de mão de obra susceptível de alcançar níveis muito elevados de qualificação "empurra-o" para um modelo de especialização baseado em actividades mão de obra intensiva e alicerçado na simplicidade das tarefas.

Esse modelo naturalmente caracteriza-se pelo seu impacte positivo no emprego. Mas não é um modelo de especialização que favoreça significativamente a formação do VAB e, por conseguinte, do PIB, bem como a balança de pagamentos.

A inserção *dinâmica* na economia mundial significa, antes mais, a actuação sobre os factores internos da economia cabo-verdiana no sentido da sua alteração e adequação a modelos de especialização de elevado valor acrescentado, portanto, com fortes impactes no crescimento do PIB e na balança de pagamentos. Por isso, as *Grandes Opções* põem tónica no desenvolvimento do mercado e do sector privado, na valorização dos recursos naturais, no desenvolvimento do sistema de transportes e comunicações e do sector energético, no saneamento básico e no meio ambiente. Muito especialmente, e tendo em conta tratar-se de um factor decisivo no que respeita aos modelos de especialização, o desenvolvimento dos recursos humanos apresenta-se como um dos grandes desafios, uma opção fundamental; por isso, se dá a devida importância ao desenvolvimento humano e social.

A inserção *dinâmica* no sistema económico mundial significa, também, a consideração dos factores externos que condicionam o desenvolvimento económico, particularmente no que respeita às ameaças e oportunidades, efectivas e potenciais, oferecidas pelo meio envolvente.

As soluções permitidas pelo meio envolvente não são soluções definitivas, devido, nomeadamente, às mutações tecnológicas e à organização e desenvolvimento dos mercados externos. Por isso, a inserção dinâmica impõe a necessidade de uma abordagem *prospectiva* da evolução da economia mundial e a construção de *cenários* futuros, a fim de se poder preparar o sistema económico nacional para responder positivamente às ameaças e às oportunidades *prováveis* e maximizar, assim, as vantagens da sua inserção na economia mundial.

Compreende-se, deste modo, a necessidade da consideração de um programa de estudos prospectivos da economia mundial, no âmbito dos programas do Plano.

É, ainda, oportuno afirmar que a transformação das oportunidades potenciais oferecidas pelo sistema económico mundial em oportunidades efectivas depende, sobremaneira, da evolução das condições internas. Uma das características do sub-desenvolvimento é, exactamente, o reduzido aproveitamento das oportunidades externas, devido a fraquezas várias, mas em que ganha peso estrutural relevante o grau de formação dos recursos humanos.

A inserção dinâmica é, então, um processo de ajustamentos sucessivos, em que se vão somando os ganhos resultantes das transformações dos factores internos que condicionam essa inserção aos ganhos potenciais que resultam da dinâmica da evolução do meio envolvente. É da dialéctica desta relação que se vai construindo, momento a momento, a economia "nacional", na perspectiva, sempre presente, de maximizar as vantagens da inserção no sistema económico mundial.

O conceito acabado de introduzir (inserção dinâmica no sistema económico mundial) choca, assim, em grande medida, com a ideia de modelo de desenvolvimento. Com efeito, os modelos de desenvolvimento, apesar de terem como objectivo a alteração da realidade eonómica interna, são estáticos do ponto de vista da sua finalidade última. O conceito de inserção dinâmica significa, pelo contrário, uma atitude e um propósito permanentes de reconstruir o sistema económico "nacional" e de influenciar, na medida do possível, o meio envolvente.

Um elemento que importa considerar e que, de certo modo, rompe com os modelos tradicionais de desenvolvimento é a natureza e o conteúdo da especialização económica. Com efeito, contrariamente aos modelos tradicionais de desenvolvimento, o conceito de inserção dinâmica colide com qualquer ideia pré-determinada de especialização "definitiva" num ou noutro sector e, mesmo, num conjunto de sectores. Sendo os elementos determinantes da inserção as oportunidades oferecidas pelo meio envolvente combinadas com o desenvolvimento e as transformações dos factores internos, será mais próprio falar-se, talvez, da coexistência de modelos de especialização, por natureza, não estáticos mas, sim, evolutivos.

Muitas considerações se poderiam fazer, ainda, sobre o conceito. Porém, não parece este o lugar e o momento mais próprios. Contudo e na perspectiva de facilitar o entendimento das Grandes Opções, valerá a pena referir que o conceito altera (ou poderá alterar) duas coisas: a atitude face ao processo de desenvolvimento e o método.

Quanto à atitude, o conceito chama a atenção particular para a necessidade de se dar a maior atenção possível aos aspectos concretos da vida económica, sem prejuízo (antes pelo contrário) do estabelecimento de uma relação efectiva e permanente entre a realidade económica concreta e a teoria (seria mais próprio falar-se de teorização).

Quanto ao método, o conceito chama especial atenção para a necessidade de uma abordagem do desenvolvimento essencialmente prospectiva.

Finalmente, não se pode deixar de dizer que o conceito reforça o papel da democracia no processo de desenvolvimento. De facto, a necessidade de um diálogo profundo entre os poderes públicos e os sujeitos económicos, e entre estes (incluindo o diálogo entre e com os destinatários do bem, que é o desenvolvimento) exige, como condição da sua efectividade, as melhores condições possíveis de realização da democracia. Compreende-se, assim, que se tenha incluído, nas Grandes Opções, um capítulo relativo à consolidação e desenvolvimento da democracia.

1.3 – Algumas ideias-chaves das grandes opções

Tentando arrumar algumas ideias-chaves das Grandes Opções e que importa apreender, pode-se afirmar que a proposta encerra no seu núcleo:

a) Um objectivo maior, o desenvolvimento económico e social auto-sustentado.

b) Um conceito estratégico para a realização do objectivo maior, a inserção dinâmica no sistema económico mundial, que, tendo em conta os elementos determinantes da relação entre a economia "nacional" e o Resto do Mundo, encontra na transformação progressiva dos factores internos a solução para o crescimento económico acelerado e para o desenvolvimento auto-sustentado, designadamente pela criação de um ambiente económico que assegure uma elevada capacidade de absorção das inovações tecnológicas, bem como condições de mercado e de estabilidade e segurança económicas favoráveis e, por isso, impulsionadoras da iniciativa privada, do investimento directo estrangeiro, da poupança, da acumulação do capital e do investimento.

c) Um conceito metodológico, o *planeamento por programas*, com o propósito de garantir a coerência e a consistência do Plano, e facilitar a coordenação da sua execução e a sua avaliação permanente.

d) Uma tese de desenvolvimento que não faz a separação entre crescimento económico e "desenvolvimento humano", mas que, pelo contrário, encara os dois elementos como partes de uma realidade efectivamente una: o desenvolvimento - que tem no crescimento económico acelerado uma condição necessária de realização e só tem sentido se a abordagem for profundamente humanista; por isso a inclusão, como capítulo último, do desenvolvimento humano e social, bem como da consideração da política de rendimentos - o instrumento privilegiado de garantia do equilíbrio na distribuição do produto social e da garantia da liberdade dos cidadãos nas suas opções de consumo. Capítulo último, porque a finalidade última do desenvolvimento é a melhoria das condições de bem estar económico, psicológico, político e cultural dos cidadãos e da sociedade.

e) Um conjunto de vectores-geradores da estratégia e do objectivo maior, a saber: assegurar os equilíbrios interno e externo; desenvolver o mercado e a iniciativa privada; aproveitar as vantagens da regionalização e da globalização; valorizar os recursos naturais; desenvolver os sistemas de transportes e comunicações e energético; promover o saneamento e a defesa do meio ambiente; consolidar e desenvolver a democracia; promover o desenvolvimento humano e social. Vectores que constituem os nove capítulos das Grandes Opções.

f) O princípio da unidade do tempo (em que a sua divisão em curto, médio e longo prazo só tem sentido como recurso metodológico) e o entendimento de que o desenvolvimento é um desafio eterno, mas que a mudança de estatuto de sub-desenvolvido para desenvolvido só é concretizável no longo prazo. Por isso, sem prejuízo da definição de metas em função das possibilidades efectivas do processo (o desenvolvimento é um objectivo que se conquista também no plano táctico, vencendo os sucessivos desafios trazidos pelo curto prazo), e sem deixar de assumir os limites constitucionais de vida dos governos, o horizonte temporal, último, de referência do plano de desenvolvimento só pode ser o longo prazo.

g) A tese de que, nas condições históricas de Cabo Verde e para um desenvolvimento económico e social auto-sustentado, o objectivo prioritário é a redução significativa do desemprego. Por isso, no horizonte do Plano de Desenvolvimento 1997-2000, a promoção do emprego é o objectivo principal.

2 – Assegurar os equilíbrios interno e externo

2.1 – As tendências da economia mundial

As tendências da economia mundial apontam para uma conjuntura económica internacional um pouco mais favorável do que a dos últimos dois anos:

a) Os países da OCDE deverão crescer a uma taxa próxima dos 3%, com a inflação a situar-se, também, em valores próximos dos 3%;

b) A crise de crescimento dos países latino-americanos, do Médio Oriente e da Europa de Leste deve permanecer, embora sejam previsíveis reacções favoráveis de economias importantes, como o Brasil e o México;

c) O forte crescimento económico dos países da Bacia do Pacífico deverá manter-se, com taxa média superior a 8%.

Uma novidade poderá ser a verificação de um período sustentado de crescimento económico dos países africanos, a taxas superiores a 4%, no pressuposto de que continuarão a evoluir favoravelmente a execução das reformas económicas e os processos de paz.

Na América Latina, poderá manter-se a tendência de 1995, caracterizada por significativa redução da taxa de inflação, pese, embora, os valores ainda bastante significativos. Em África, a inflação deverá ter um comportamento idêntico ao da América Latina.

Na Ásia, a inflação deverá continuar a acompanhar o ritmo de crescimento económico, persistindo elevada a taxa.

No respeitante ao desemprego, deverá manter-se a tendência para o registo das taxas elevadas constatadas, nos últimos dois anos, nos principais países da OCDE.

No que concerne à APD, os cenários existentes não são optimistas, particularmente para os países africanos. Com efeito, para além da clara tendência para a redução dos fluxos de ajuda bilateral, os problemas político-económicos existentes nos Estados Unidos da América, se persistirem, podem determinar uma redução substancial das contribuições desse país para as organizações das Nações Unidas, a IDA e o BAD, o que poderá arrastar reduções idênticas das contribuições de outros países.

Cabo Verde, cujos eixos de relacionamento externo, tanto no plano do comércio como no da APD, assentam essencialmente na região da OCDE, pode vir a sofrer consequências da actual conjuntura económica e política existente nos principais países que integram a referida região, consequências essas que poderão afectar tanto o equilíbrio interno como o externo.

No que respeita ao equilíbrio interno, possíveis reduções da ajuda bilateral, designadamente da ajuda alimentar e à balança de pagamentos, terão consequências bastante negativas no orçamento do estado e no emprego, induzindo resultados também negativos nos programas de investimentos públicos, especialmente nos de natureza eminentemente social, e nos programas de satisfação das necessidades básicas.

Quanto ao equilíbrio externo, a situação sócio-económica e a política dos principais países da OCDE, acima descrita, poderá determinar a redução das transferências dos emigrantes, dos donativos e das operações de capitais, com efeitos muito negativos na balança de pagamentos do país.

Para além dos efeitos nos equilíbrios interno e externo, o crescimento do produto interno bruto pode vir a registar taxas moderadas comparativamente às registadas nos últimos três anos, já que as transferências externas e as operações de capitais produzem efeitos positivos no crescimento do PIB, nuns casos por efeito directo, noutros por efeito directo e indirecto.

A essas tensões económicas, alimentadas do exterior, há que associar as de ordem interna.

2.2 – Evolução da economia cabo-verdiana entre 1991 e 1995.

Apesar de, no período compreendido entre 1991/1995, a economia cabo-verdiana ter registado um ciclo de crescimento económico, com diminuição da taxa de inflação, os desequilíbrios estruturais permaneceram.

No que respeita às exportações, a evolução foi bastante positiva, em termos globais, tendo registado os valores seguintes:

Evolução das exportações, em milhões de escudos

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Valor	398,2	437,6	327,2	312,3	408,5	639,8

Constata-se, assim, uma forte evolução das exportações nos anos de 1994 e 1995, essencialmente da responsabilidade dos investimentos externos, em particular das empresas francas. Efectivamente, se em 1992, dos quatro produtos que representavam 91,63% das nossas exportações (a banana, a lagosta, o peixe fresco e o peixe congelado) a banana figurava em primeiro lugar, com cerca de 114.507 contos - representando 50,36% das nossas exportações totais -, em 1995, as partes de calçado, o calçado, a lagosta, as roupas interiores e o peixe congelado passam a representar 91,18% das exportações, ocupando as partes de calçado o primeiro lugar da lista, com um valor de exportação de 239.903 contos, representando 37,5% das exportações totais de Cabo Verde. A banana passa para o décimo primeiro lugar da lista, com 0,49% das exportações totais. De notar que as partes de calçado aparecem com um valor de exportação um pouco superior ao dobro do valor da banana exportada em 1992, produto que, então, ocupava o primeiro lugar da lista, conforme referido.

Contudo, não obstante a evolução favorável das exportações, permanece o forte desequilíbrio da balança comercial, conforme se pode constatar da análise do quadro da evolução da taxa de cobertura das importações pelas exportações. O saldo da BC continua, assim, um elemento gerador de fortes tensões inflacionistas.

Evolução da taxa de cobertura das importações pelas exportações

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Exportações (fob)	398,2	437,6	327,2	312,3	408,5	639,8
Importações (fob)	8.365,7	9.436,3	11.38,9	12.1848	15.674,8	16.800,0
Taxa de cobertura	4,8%	4,7%	2,7%	2,5%	2,6%	3,8%

Quanto às importações, revelaram dois tipos de comportamento que vale a pena registar.

Por um lado, houve uma importante alteração da sua estrutura. Por exemplo, se em 1992 o milho, o arroz, o açúcar, o óleo alimentar e o cimento ocupavam, respectivamente, o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto lugar na lista das importações, em 1995 passam para o quarto, o quinto, o segundo, o décimo quinto e o primeiro lugar, cada.

Por outro lado, o crescimento, em valor, das importações é exponencial, conforme revela o quadro seguinte:

Evolução das importações, em milhões de escudos

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Valor	9.495,6	10.468,7	12.233,6	12.387,1	17.112,8	18.462,0

A taxa média de crescimento das importações é, assim, de 14,22%, muito superior à taxa média de crescimento do PIB. Se atendermos ao que se passou entre 1994 e 1995, reteremos uma taxa de crescimento de 38,15%, em 1994, e 7,88%, em 1995. O crescimento de 1994 colocou o volume das importações bastante acima das possibilidades efectivas do país, volume esse que se mantem, em 1995.

A alteração da *estrutura* das importações é, sem dúvida, um elemento *positivo*, por resultar, na essência, da combinação da política de rendimentos com a livre expressão, pelos cidadãos, das suas preferências em termos de consumo. Em última instância, esse resultado positivo deriva da combinação da política de rendimentos e da política de liberalização económica e de

descontingentação das importações, que propiciou aos agentes económicos, designadamente aos consumidores, maior liberdade.

A dinâmica das importações deve ser retida como um elemento negativo do comportamento da economia, e é consequência da combinação das políticas orçamental, monetária, cambial e de rendimentos, num contexto de forte dependência externa no que respeita à satisfação das necessidades dos agentes económicos, em particular dos consumidores, em bens e serviços.

Em relação à política orçamental, importa registar o crescimento do déficit e seu financiamento, em montantes significativos, através do recurso ao crédito doméstico, durante o período em análise, conforme permite concluir o quadro seguinte:

Evolução do déficit orçamental, em milhões de escudos

Anos	1991	1992	1993	1994 Orç.	1994 Prov.	1995 Orç.	1995 Prov.
Saldo global, excl. donativos	(4.091,8)	(6.834,9)	(6.765,2)	(11.334)	(9.225,4)	(10.452,6)	(9.617,6)
Saldo global, incluindo don.	(1.601,8)	(2.140,9)	(2.292,4)	(5.148,2)	(4.384,3)	(5.000,3)	(4.147,2)
Financiamento	(1.601,8)	(2.140,9)	(2.292,4)	(5.148,2)	(4.384,3)	(5.000,3)	(4.147,2)
Financiamento externo(liq.)	197,2	953,5	879,2	2.634,3	1.431,9	2.435,6	1.584,8
Financiam.doméstico(liq.)	1.404,6	1.187,4	1.413,2	2.514,6	2.952,4	2.564,0	2.562,4
Produto Interno Bruto, pm	21.562,7	22.806,0	25.086,2	-	28.441,2	-	32.228,1
Financiamento doméstico/PIB, em %	6,5%	5,2%	5,6%	-	10,4%	-	7,8%

O déficit orçamental, particularmente a parcela financiada através da dívida interna, tanto pelo seu volume (absoluto e relativo) como pela sua persistência e evolução crescente ao longo dos últimos anos, tem sido um elemento gerador de tensões inflacionistas.

Quanto à política monetária, o quadro a seguir prova que, de 1991 a 1995, a massa monetária cresceu a taxas superiores às de crescimento do PIB, pm.

Evolução da massa monetária (M2)

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Moeda e quase moeda	12,8	14,8	16.8	19,4	21,8	25,7
Moeda	6,5	7,0	9,5	10,4	11,2	13,0
Quase moeda	6,3	7,8	7,3	9,0	10,6	12,7
% de cresc. do PIB,pm	3,0	5,8	6,8	10,0*	13,1*	15,0*
% de cresc. de M2	-	15,6	31,3	3,6	25,3	17,0
% de cresc. de M1		7,7	35,7	9,5	25,3	17,0*

*Dados provisórios, do ano.

O forte crescimento da massa monetária, determinado em grande medida pelo crescimento dos depósitos à ordem, dos depósitos a prazo e dos depósitos de emigrantes, conforme quadro infra, foi um elemento gerador de tensões inflacionistas. Note-se que, no período compreendido entre 1990 e 1995, a circulação monetária passou de 2.828,8 milhões de escudos para 4.072,2 milhões, ou seja um crescimento médio, anual, de 7,55%, enquanto o PIB,pm cresceu à taxa média, anual, de 8,6%; ou seja, parte das tensões inflacionistas geradas pelo excedente de crescimento da massa monetária foi absorvida pelo sistema bancário, repercutindo, naturalmente, na sua rendibilidade. A contribuição do déficit orçamental para o crescimento da massa monetária foi, sem dúvida, importante, pois que se utilizou o mecanismo da criação monetária, mesmo nos anos em que o financiamento foi conseguido através da emissão de títulos do Tesouro, uma vez que esses títulos foram adquiridos pelas instituições financeiras, principalmente pelas instituições bancárias, todas com excedente significativo de liquidez, e não foram transferidos, por essa razão, ao mercado secundário.

Evolução dos depósitos à ordem, a prazo e de emigrantes

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Depósitos à ordem	3.655,2	4.048,0	6.274,5	6.877,8	7.286,8	8.216,6
Depósitos a prazo	4.609,5	5.585,6	4.476,3	5.121,2	5.784,0	6.884,3
Depósitos de emigr.	1.323,2	1.818,9	2.400,0	3.211,7	4.103,0	4.907,7

No concernente à política cambial, apesar da mesma ter sido afecta à estabilidade dos preços e apesar das orientações no sentido da manutenção da taxa efectiva real do escudo dentro de um intervalo de variação de [+1%;-1%], a moeda cabo-verdiana acabou por se valorizar 3,42%, em 1994 e 2,14%, em 1995, devido essencialmente à não reflexão do diferencial entre a inflação interna e a externa. No entanto, para além de outras consequências macro-económicas negativas, como, por exemplo, no domínio da competividade externa da economia, a valorização da moeda tornou-se, também, num elemento adicional de geração de tensões inflacionistas.

Finalmente, importa considerar a política de rendimentos. Neste domínio, é de se referir que os sucessivos aumentos salariais, em regra superiores à taxa de crescimento do PIB,pm, os ajustamentos derivados da revisão de carreiras técnicas, na administração pública, o alargamento da oferta de bens colectivos gra-

tuitos ou, então, subsidiados têm funcionado como elementos de pressão no sentido do crescimento do consumo e da procura agregada, num contexto macroeconómico caracterizado pela extrema debilidade da infraestrutura produtiva do país e, por conseguinte, pela incapacidade da economia nacional de responder à procura efectiva. Deste modo, a política de rendimentos contribuiu para a geração de tensões inflacionistas na economia.

1.2.1 – O comportamento da inflação – Apesar das tensões inflacionistas provocadas pela acção combinada e de idêntico sentido das políticas orçamental, monetária, cambial e de rendimentos, a economia registou, durante os anos em referência, uma redução significativa da taxa de inflação, medida pelo índice de preços no consumidor. Assim, a taxa de inflação evoluiria no sentido decrescente de 1990 (10%) até ao ano de 1994 (3,4%), aumentando para 8,4%, em 1995, aumento que foi determinado essencialmente pela grande seca de 1993/94.

Contribuíram para esse comportamento contraditório da taxa de inflação a política de preços, o crédito bancário, a liberalização do comércio e a descontingentação das importações.

A política de preços, através da não actualização dos preços das mercadorias submetidas ao regime de preços máximos ou fixos, nomeadamente, os géneros alimentícios considerados de primeira necessidade (o açúcar, o arroz, o óleo alimentar, o trigo e o milho), os combustíveis, a energia, a água e o cimento.

O crédito bancário, uma vez que a política de enquadramento de crédito impediu os bancos de financiarem a economia de acordo com a sua liquidez, fazendo com que parte das tensões inflacionistas fosse absorvida pela redução da rendibilidade do sistema bancário.

A liberalização do comércio e a descontingentação das importações, já que asseguraram um mercado mais competitivo e o aumento significativo da oferta de produtos importados. Em resultado desse aumento da oferta, para muitos dos produtos importados registou-se, mesmo, uma redução do preço de venda ao público, se for tido em conta os preços praticados antes da liberalização/descontingentação.

A absorção das tensões inflacionistas foi, assim, conseguida parcialmente graças à intervenção programada de algumas empresas do SEE e do sistema financeiro bancário, bem como da redução das disponibilidades líquidas sobre o exterior, neste último caso, demonstrado no quadro a seguir apresentado.

Posição das DLX em Dezembro dos anos de referência

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Saldos	5.003,6	4.308,9	5.326,3	5.962,3	5.723,7	4.955,1

A outra parte das tensões foi absorvida pelas transferências externas, pelas operações de capitais e pelo saldo dos invisíveis correntes, que registaram comportamentos quase sempre favoráveis, ao longo dos últimos anos, como se poderá ver da leitura dos quadros seguintes.

Evolução das transferências externas, das oper.de capitais e dos invisíveis correntes, em milhões de ECV

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995*
Transferências externas	4.228,7	4.990,2	6.359,2	6.800,8	6.985,0	7.876,7
Operações de capitais	840,4	627,8	1.235,5	1.584,0	1.912,1	1.351,0
Inv. correntes (saldo)	2119	2181,9	1400,0	1052,0	1660,0	1967,3

* Cifras provisórias

2.2.2 – Regulação da conjuntura em 1996 – O Governo, ao definir a política de regulação da conjuntura para o ano de 1996, considerou que o modelo de absorção da inflação pelas reservas externas tinha-se esgotado, tendo em conta a necessidade de assegurar ao país um volume recomendável de reservas cambiais capaz de garantir a necessária resposta a eventuais choques externos, mas também tendo em conta que o estádio de avanço das reformas económicas e financeiras permitia, por um lado, assegurar a regulação económica essencialmente utilizando instrumentos indirectos, e, por outro, assegurar o equilíbrio externo pela manipulação das variáveis macro-económicas determinantes do volume da despesa global.

O Governo teve em conta a seguinte evolução das finanças públicas, do crédito à economia e dos agregados monetários, bem como do comportamento da moeda, do ponto de vista cambial, e do consumo:

2.2.2.1 – Finanças públicas – Embora as receitas tenham aumentado a bom ritmo, a não contenção das despesas, cujo aumento ultrapassou o das receitas, conduziu ao agravamento crescente do défice público. Assim, o défice global, sem considerar os donativos externos, passou de 19.9% do PIB, em 1991, para 35.9%, em 1994, e para 33.3%, em 1995. Incluindo os donativos, o défice é de 8.9% do PIB, em 1991, 17.9%, em 1994 e 14.5%, em 1995. Convém referir que a diminuição do último ano se deve unicamente à redução dos investimentos públicos, pois as despesas correntes mantiveram a sua curva ascendente, aumentando em 4.4% do PIB,em relação ao ano anterior.

As receitas aumentaram a um ritmo acelerado, passando de 4.025 milhares de contos, em 1991, para 8.804 milhares de contos em, 1995, correspondendo a 17.6% e 26.1% do PIB, respectivamente. Esse aumento foi consequência de um conjunto de medidas tomadas no âmbito da reforma tributária, com destaque para a melhoria da administração fiscal (combate à fraude e evasão fiscais, diminuição do tempo entre o facto gerador e a cobrança efectiva, através da retenção na fonte), alargamento da base tributária (tributação da função pública e melhoria da cobertura das profissões liberais), reestruturação das taxas (imposto sobre a importação, imposto profissional e complementar), e aumento das taxas (aumento da taxa do imposto industrial e dos emolumentos gerais aduaneiros). A estes elementos acrescenta-se, ainda e sobretudo, o rápido crescimento das importações.

Os impostos sobre as importações continuam a deter o peso dominante na estrutura das receitas fiscais, embora tenda lentamente a diminuir (45.5% das receitas, em 1991, contra 44.7%, em 1995). A reforma tributária, em curso, conduziu já à introdução do Imposto Único

sobre os Rendimentos (IUR), no ano de 1996, e deverá culminar com a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O acelerado ritmo de crescimento das despesas, tanto as correntes como as de investimentos, é a principal causa do desequilíbrio das finanças públicas. Com efeito, a despesa total aumentou de 8.553 para 19.128 milhares de contos, de 1991 a 1995. Em proporção do PIB, a mesma passou de 37.5%, em 1991, para 60%, em 1994, recuando ligeiramente em 1995 para 59.5%. A redução do último ano deve-se à diminuição dos investimentos públicos.

As despesas correntes multiplicaram-se por 2.1, de 1991 a 1995, isto é, passaram de 4.461 mil contos para 9.284 mil contos no período em apreço, equivalendo a 19.6% e 28.8% do PIB, respectivamente. As despesas com o pessoal, principal componente das despesas correntes, contribuem com cerca de 52% do total das despesas. Em 1995, o seu peso diminuiu para 42%, não por ter diminuído em valor absoluto, mas devido à influência do elevado crescimento dos juros da dívida interna, que, em percentagem do PIB, passaram de 1.9%, em 1994, para 10.1%, em 1995.

O aumento dos salários deve-se, sobretudo, à introdução do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), em 1992, ao ajustamento salarial para compensar a tributação da função pública, em 1993, e ainda aos aumentos salariais ocorridos nos últimos anos.

Quanto aos juros, o aumento deriva do rápido crescimento da dívida interna.

Outro elemento importante, as transferências aumentam o seu peso, paulatinamente, atingindo 18% das despesas, em 1995, contra 17%, no ano anterior, em decorrência da maior transferência de verba para os municípios, na sequência da política de descentralização, em curso.

As despesas de investimento passaram de 4.091 milhares de contos, em 1991, para 10.417 milhares de contos, em 1994, e diminuíram, em 1995, para 9.844 mil contos, correspondendo a 17.9%, 35% e 30.5% do PIB, respectivamente. A redução, em 1995, fica a dever-se, sobretudo, à diminuição dos investimentos nos sectores da educação e transportes e comunicações, no primeiro caso devido ao término do projecto PRESE I, e, no segundo caso, ao facto de, em 1994, terem sido adquiridos dois aviões para os TACV. Os principais sectores beneficiados são os transportes e comunicações, a administração pública, a educação, a energia e água e o desenvolvimento rural.

Sendo o Orçamento do Estado estruturalmente deficitário, o défice público tem sido coberto por recursos internos e externos. Os recursos externos, incluindo os donativos, contribuíram com 11.8% do PIB, em 1991, e 20.7% do PIB, em 1995, para o financiamento do orçamento, representando os donativos 10.9% e 16.5% do PIB, respectivamente, cobrindo os empréstimos concessionais o restante.

O financiamento interno bancário, à excepção de 1994 (7.5%), concorreu, em média, entre 1991/95, com cerca de 4% do PIB. O financiamento não bancário, surgido recentemente com a criação dos novos instrumentos financeiros, as Obrigações do Tesouro (1993) e as Obrigações do Tesouro, Nova Série (1994), de 3% do PIB, em 1994, passou para 6% do PIB, em 1995.

O orçamento do estado apresenta elementos de rigidez que importa considerar:

a) Tendo em conta que o estado já exerce uma punção elevada sobre o produto social, não é conveniente a continuação do crescimento das receitas públicas, pela via das taxas dos impostos: deve-se encarar de forma positiva a redução da carga fiscal, durante os próximos anos, como elemento de promoção do investimento privado.

b) Pelo seu peso estrutural e pela sua natureza, as despesas com o pessoal dificultam sobremaneira qualquer hipótese de redução das despesas de funcionamento, impedindo, por isso, a geração de superavites para o financiamento do programa de investimentos públicos.

c) O serviço da dívida interna pública adquirir um peso estrutural significativo, retroalimenta-se e é, por isso, um elemento gerador de fortes tensões.

d) A exigência de contrapartida nacional para o financiamento de programas de investimentos que beneficiam de apoio externo, na situação actual, caracterizada pela incapacidade do orçamento corrente em gerar poupanças, torna-se num elemento adicional de ampliação do déficit estrutural do orçamento do estado.

Não sendo possível contornar o serviço da dívida pública e nem conveniente reduzir ou rejeitar programas de investimentos públicos financiados do exterior e com contrapartida nacional; reconhecendo-se que a punção exercida pelo estado sobre o produto social é elevada, na perspectiva de um crescimento económico autosustentado, fica como único recurso para se atingir o equilíbrio interno a redução efectiva das despesas de funcionamento do estado.

Para o efeito, um programa consistente de redução das despesas correntes deve ser executado, de modo a se poder obter o grau de poupança necessário para o financiamento do programa de investimentos públicos.

2.2.2.2 – Crédito à economia, agregados monetários e comportamento da moeda – No âmbito da reforma do sistema financeiro e da modernização dos mercados monetário e financeiro, tem-se actuado no sentido da criação de condições para a regulação indirecta da conjuntura económica. Assim, em 1995, as taxas de juro das operações activas foram totalmente liberalizadas e, quanto às passivas, fixou-se apenas a referente aos depósitos a prazo de 180 dias até 1 ano, não podendo a mesma ser inferior a 8%. Essa taxa foi completamente liberalizada em Abril de 1996.

Tendo em consideração o nível excessivo de liquidez existente no sistema, foi ainda alterado o regime das disponibilidades mínimas de caixa das instituições de crédito. Assim, em 1995, as reservas obrigatórias foram aumentadas em 5 pontos percentuais, passando de 12 por cento para 17 por cento e deixando em aberto a possibilidade de serem constituídas disponibilidades

em moeda estrangeira. Em 1996, esta exigência foi novamente aumentada, desta vez de 17 para 20 por cento.

Ainda no quadro da reforma do sistema financeiro e da criação de alternativas ao financiamento monetário do défice orçamental, foi fixado o montante máximo dos bilhetes de tesouro em circulação, não devendo ultrapassar os 2 milhões de contos, e deu-se continuidade ao acompanhamento do desenvolvimento do mercado primário de títulos, que iniciou a sua actividade com o lançamento, em finais de 1993, das obrigações do tesouro. Foram criados novos produtos financeiros, no sentido de estimular a poupança interna e controlar a inflação.

A análise da evolução dos agregados monetários revela um crescimento da massa monetária (M2) da ordem dos 18,1% no final de 1995 face ao mesmo período de 1994, ultrapassando a evolução prevista na programação monetária, que apontava para um crescimento de apenas 10%. Entretanto, o crescimento registado no ano anterior tinha sido de 12%.

Na estrutura da massa monetária, os meios imediatos de pagamento (M1) continuam a diminuir de peso, embora de forma ligeira, tendo passado de 53,5%, em 1993, para 51,5%, em 1994, e 50,6%, em 1995.

À semelhança do que acontecera em 1994, o comportamento de M1 deveu-se apenas à diminuição do peso dos depósitos à ordem, que passou de 33,4 % do total para 32,5%, em 1995.

No que se refere às contrapartidas de M2, verifica-se que os grandes responsáveis pela criação monetária foram o crédito ao estado, representando mais de 44% da massa monetária, o crédito ao sector privado, que representa 40% de M2 e, de forma marginal, o crédito às empresas públicas não financeiras, representando apenas 2,3% de M2.

Em 1995, o crédito interno total (CIT) continuou a registar aceleração, apresentando uma taxa de crescimento de 27,2%, em Dezembro, contra 18,9%, em 1994, e 17,8%, em 1993. O CIT, em 1995, atingiu a cifra de 22,4 milhões de contos, representando 87,2% da massa monetária, enquanto em 1994 essa proporção era de, apenas, 73,7%.

Analisando as componentes do agregado em causa, verifica-se que o crédito ao sector privado assumiu a liderança, em detrimento do que acontecera no ano anterior, em que o crédito ao Estado permaneceu na linha da frente, com um forte crescimento motivado pela titularização de grande parte das dívidas das empresas públicas. Em 1995, o crédito ao sector privado registou um crescimento à volta de 36%, enquanto o crédito líquido ao Governo se quedou pelos 21,2%.

No que concerne às empresas públicas não financeiras, verificou-se alguma movimentação creditícia a partir do terceiro trimestre, após crescimentos negativos no primeiro e segundo trimestre, atingindo, no final do ano, pouco mais de 600 mil contos. É que, no ano anterior, o estado assumiu a maior parte dos créditos às empresas públicas em situação difícil, fazendo com que estas não registassem qualquer movimento de crédito, no início de 1995.

A contrapartida externa (Activos Externos Líquidos - AEL) continuou a deteriorar-se. Após ter-se reduzido de 238,6 milhões de escudos (-4%), em 1994, voltou a verificar nova queda, ainda maior, de cerca de 728 mil contos, em valores absolutos, o que representa -12,7% em relação ao valor de 1994. Os AEL que, em Dezembro de 1994, representavam 26,2% do M2, portanto aquém dos 30,6% registados em 1993, baixaram para 19,4%, no final de 1995.

A concessão do crédito pelas instituições bancárias aos diferentes sectores da economia situou-se acima do montante programado, atingindo os 5.051 mil contos (mais 493,9 mil contos), representando, em relação ao montante concedido no ano anterior, uma taxa de crescimento de 29%.

Verifica-se que, no que se refere ao crédito de curto prazo e à sua repartição por sectores de actividade, a área comercial é aquela que estruturalmente continua a liderar a utilização desse tipo de crédito, estando em posições subsequentes os sectores industrial e predial.

O montante global concedido ao longo do ano para financiar os programas de curto prazo, rondou os 3 milhões de contos.

O comércio utilizou cerca de 50% do total concedido, o sector dos transportes 8,7% e o predial 8%. A evolução do crédito ao comércio tem a ver não só com a necessidade da importação de produtos básicos, imposta pela natureza do nosso tecido económico, mas também com a importação de produtos energéticos, destinados ao consumo local e à reexportação.

A variação do crédito de curto prazo em mais de 280 mil contos (10,3%) está essencialmente correlacionada com a entrada de novos operadores comerciais no mercado, em 1995, na sequência da liberalização do comércio externo.

Em relação aos créditos a médio/longo prazo, o total concedido pelo sistema bancário aos diversos sectores económicos atingiu cerca de 2.056 mil contos. Em termos de utilização, o destaque continua a ir para o *predial*, absorvendo cerca de 60% do total concedido, seguindo-se-lhe o *comércio* e o *turismo*, ambos com apenas 9% do total. O aumento verificado no crédito predial ficou a dever-se principalmente à concessão de financiamento para construção e aquisição de habitação própria.

Deve-se realçar o ligeiro incremento do crédito ao turismo, pois o sector vinha tendo pouca expressão em termos de absorção dos montantes autorizados. Esta inversão da tendência, nos últimos dois anos, está ligada à nova dinâmica que se quer dar ao sector turístico, em Cabo Verde.

A política cambial vem sendo afecta ao objectivo intermédio da estabilidade das taxas de câmbios efectivas, nominais e reais, como meio de garantir, de forma sustentada, o equilíbrio das contas externas e a estabilidade de preços. A estabilidade das taxas de câmbio tem sido utilizada como um objectivo intermédio da política monetária, como âncora nominal e estabilizadora dos preços, uma condição chave para um bom funcionamento da economia, tanto a nível da economia financeira como da economia real.

---

[1] Considerou-se a hipótese da invariância das taxas de câmbio nominais ao nível dos 12 meses do ano.

A política cambial continuou a não acomodar[2] o aumento do diferencial de inflação entre Cabo Verde e o exterior. O diferencial global de preços (1990=100), medido pela paridade absoluta[3], tem-se mantido, desde 1991, inferior à unidade, o que significa que a inflação em Cabo Verde tem sido em média superior à dos seus parceiros comerciais, tendo, ademais, sofrido um aumento significativo em 1995, atingindo os 0,89 (contra 0,93 em 1994), traduzindo-se, necessáriamente, numa apreciação real do escudo cabo-verdiano. Efectivamente, a moeda nacional apreciou-se, em termos reais, cerca de 2,31%, em 1995, contra 3,46%, em 1994.

Em termos efectivos nominais e à semelhança do que se vem registando nos últimos três anos, a moeda nacional depreciou-se na ordem dos 2,12%, contra 0,42% em 1994, devido à sobrevalorização das moedas fortes do SME face à divisa americana, motivada, essencialmente, pela crise financeira do peso mexicano e pelo contencioso nipo-americano.

2.2.2.3 – Evolução da despesa – A análise do quadro de origem e aplicação dos recursos faz ressaltar crescentes distorções macro-económicas. O "gap" de recursos internos, isto é, a diferença entre o PIB e a absorção interna (consumo mais investimentos), passou de 30.9% do PIB, em 1991, para 48.2% do PIB, em 1995. O consumo doméstico, público e privado, ultrapassa largamente o produto interno, aumentando de 102% do PIB, em 1991, para 112.3% do PIB, em 1995. O crescimento excessivo dos gastos públicos contribuiu decisivamente para o aumento do consumo do governo, tendo representado 19.6% do PIB, em 1991, e 28.8%, em 1995.

Por seu lado, o consumo privado praticamente estabilizou em proporção do PIB, representando 82.4% e 83.5% do PIB, em 1991 e 1995, respectivamente. Em consequência do acelerado ritmo do consumo interno, a poupança interna diminuiu de -2% para -12.3% do PIB, no mesmo período, enquanto que a poupança pública passa de -1.9% para -2.7% do PIB e a privada, de -0.1 para -9.6% do PIB.

O "gap" de recursos, com efeito nocivo nas contas externas, é financiado pela poupança externa, sob a forma de donativos, os quais representaram 28% do PIB, em 1991, e 35%, em 1995, e empréstimos e pelas disponibilidades líquidas sobre o exterior.

A inflação, medida pelo índice de preços no consumidor, decresceu de 8.1%, em 1991, para 3.5%, em 1994 e aumentou para 8.4%, em 1995.

O declínio registado nos primeiros anos do quinquénio resultou de um conjunto de factores, uns de natureza endógena e outros de natureza exógena. De natureza endógena, refira-se a liberalização do comércio, que teve como consequência o aumento da oferta interna de produtos importados num contexto de taxa de câmbio fixo, com efeitos negativos sobre o nível de reservas, bem como a política de preços administrados, e mantidos inalterados, de certos produtos básicos. De natureza exógena, contribuiu positivamente o declínio da inflação internacional. O aumento da inflação, em 1995, deriva do mau ano agrícola de 1994 e, seguramente, do aumento do consumo interno resultante da política orçamental e monetária.

2.2.2.4 – O Governo considerou, também, que a situação global da economia cabo-verdiana, a conjuntura económica internacional, o comportamento das finanças públicas, do crédito, dos agregados monetários e da moeda, bem como o da despesa sugeriam a necessidade de uma política de conjuntura prudente e rigorosa, assente na procura do equilíbrio interno e na execução de políticas consistentes nos domínios monetário, fiscal, cambial, de emprego e de rendimentos e preços como condição essencial de melhoria do equilíbrio externo. Este equilíbrio foi eleito como objectivo fundamental.

Foram, então, definidos como objectivos da política económica para o ano de 1996:

- Assegurar uma taxa de crescimento real do PIB de 4%.
- Limitar a taxa de inflação a um máximo d 8%.
- Aumentar as disponibilidades externas em aproximadamente 400 milhões de escudos.
- Garantir um nível médio de emprego público através de obras públicas (incluindo os trabalhos de conservação de solos e águas) aproximadamente equivalente à média dos últimos anos.
- Fixar o limite superior de importações que dão origem a liquidações no valor de 8.800 milhões de escudos.
- Fixar o limite inferior de exportações que originam liquidações em 500 milhões de escudos.

2.2.3 – Orientação da política de conjuntura – Para atingir os objectivos preconizados, a política económica de conjuntura deveria ser assim orientada:

2.2.3.1 – Política orçamental – A política orçamental deveria obedecer às seguintes regras:

- Geração de poupança no que respeita ao orçamento de funcionamento.
- Consignação das receitas das privatizações ao serviço da dívida pública interna.
- Financiamento do orçamento de investimentos essencialmente através da APD.
- Estabelecimento do limite máximo do deficit financiado com recurso ao crédito doméstico em 5% do PIB,pm.
- Financiamento do deficit doméstico exclusivamente através do recurso à poupança dos particulares.
- Assim, considerando a taxa prevista para o crescimento do PIB,pm, ter-se-ia:
- PIB,pm esperado, 36.538 milhões de escudos.

[2] Isto significa que a nossa política cambial não promove a desvalorização sempre que a inflação interna excede a externa.

[3] Paridade absoluta=Pf/Pd, donde Pf=preços externos e Pd=preços internos

- Valor máximo do deficit orçamental financiado com recurso ao crédito doméstico, consentido de acordo com os objectivos propostos e as orientações de gestão macroeconómica adoptadas, 1.827 milhões de escudos.

- Valor do deficit orçamental proposto, financiado com recurso ao crédito doméstico, 1.670 milhões de escudos.

- Margem de segurança, 157 milhões de escudos, equivalente a 0,43% do PIB%.

2.2.3.2 – Política monetária – A política monetária foi definida tendo em conta o crescimento esperado do PIB, pm, o orçamento cambial, o deficit do orçamento do estado financiado com recursos domésticos (bem como a forma de financiamento), a necessidade de se retirar alguma liquidez à economia, os fenómenos monetários (como, por exemplo, as tendências relativas à velocidade de circulação da moeda) e o balanço monetário.

Tendo em atenção os pressupostos referidos e os cálculos efectuados, a expansão monetária, pela via do crédito, foi fixada em 1.703 milhões de escudos.

O instrumento a utilizar seria o enquadramento do crédito. Contudo, tendo em conta que durante o ano de 1995 se absorveu, pela via da emissão de títulos do Tesouro, o excedente de liquidez do sistema bancário, seria utilizado, como instrumento complementar, as taxas de juro das obrigações do Tesouro e as taxas de redesconto do Banco Central, bem como as reservas de caixa, na perspectiva de se testar a eficácia desses instrumentos no caso concreto da economia caboverdiana e de virem a ser utilizados, no futuro, como instrumentos fundamentais da política monetária.

2.2.3.3 – Política cambial – A política cambial continuaria afecta à estabilidade dos preços, tendo em conta o elevado coeficiente de dependência do consumo (tanto das empresas como dos particulares e do estado), a base de exportação ainda muito reduzida e a rigidez atural das exportações cabo-verdianas à taxa de câmbio.

Neste sentido, foi fixado um corredor de flutuação do escudo cabo-verdiano definido pelo intervalo [+3;-3].

No que respeita às taxas de câmbio das moedas a serem transacionadas no mercado, seriam estabelecidos limites máximos e mínimos de compra e venda, permitindo aos operadores a negociação livre dos câmbios dentro do intervalo determinado pelos limites referidos.

2.2.3.4 – Política de rendimentos e preços – Considerando a imperiosa necessidade de contenção da despesa agregada, como via essencial para reduzir o volume das importações e melhorar o equilíbrio externo da economia, a política de rendimentos seria orientada no sentido de evitar que o efeito das medidas se traduzisse em pressões incomportáveis sobre a procura e, em consequência, contribuisse negativamente para o equilíbrio externo.

A política de preços seria afecta ao equilíbrio macroeconómico global, apostando-se, por isso, na transparência da formação dos mesmos.

Contudo, tendo em atenção a necessidade de manutenção da política social do Governo exercida através da política de preços, manter-se-ia em vigor o regime de preços máximos e nacionais para um conjunto de produtos considerados básicos.

2.2.3.5 – Política fiscal – A política fiscal proposta tinha em conta a melhoria dos equilíbrios interno e externo, os propósitos de não agravamento da carga fiscal, a necessidade de introdução de correcções nos níveis relativos da tributação sobre os rendimentos e a necessidade de aumentar o valor do mínimo de existência, isento, por isso, de imposto.

Por outro lado, teve-se em conta que a política fiscal é um dos melhores instrumentos para incentivar o investimento e melhorar o desempenho da economia no seu conjunto.

A procura de harmonização desses interesses, muitas vezes contraditórios, permitiu definir o conjunto de medidas propostas na lei do orçamento, designadamente, o aumento de alguns impostos aduaneiros, o aumento do leque de mercadorias sujeitas ao imposto de consumo, o aumento do valor do mínimo de existência, portanto, isento de tributação, o desagravamento fiscal dos escalões de menor rendimento e o agravamento dos de maior rendimento. Essa harmonização permitiu, ainda, definir um amplo leque de incentivos fiscais e aduaneiros, com o propósito de assegurar uma maior dinâmica do investimento e um melhor desempenho da economia.

A política fiscal teve, também, como propósito criar as melhores condições para o funcionamento do mercado secundário de títulos do Tesouro.

2.2.3.6 – Política de emprego – A política de emprego continuaria a ser orientada no sentido de assegurar o mínimo de sobrevivência a todas as famílias vulneráveis ou vítimas da seca e de outras calamidades.

Considerando que se pretendia estimular as intervenções das câmaras municipais e das organizações não governamentais, conforme, aliás, propõe a própria lei do orçamento, no sentido de promoverem o emprego, designadamente através do fomento das microempresas e da realização de projectos em regime de alta intensidade de mão de obra que tivessem como propósito resolver os problemas básicos das comunidades; considerando a produção do ano agrícola de 1995/96, o Governo fixou como objectivo criar, aproximadamente, 20.000 postos de trabalho através das obras públicas.

2.3 – Evolução da conjuntura económica durante o ano de 1996

O programa económico do governo para 1996 estabeleceu uma meta de 8 por cento como limite máximo da taxa de inflação, medida pelo índice de preços no consumidor.

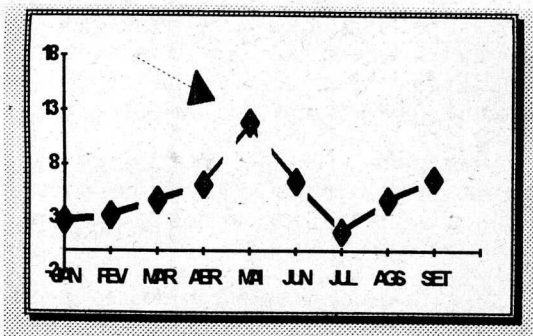
Pelos resultados alcançados até ao mês de Setembro, a variação média do IPC[4], atingiu a cifra de 5.4 por cento, variação esta que é, sem qualquer dúvida, positiva, no quadro dos objectivos macroeconómicos preconizados.

---

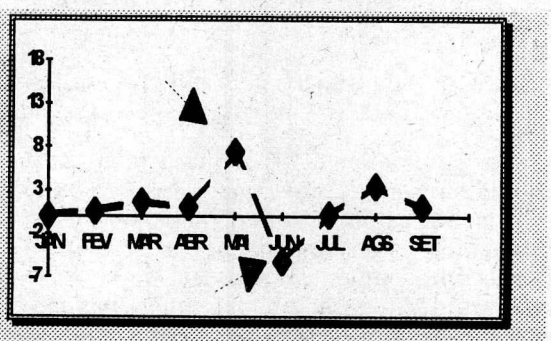
[4] Esta taxa corresponde à média das taxas de variações homólogas registadas de Janeiro até Setembro.

Comportamentos diferenciados registados nos meses precedentes têm marcado o IPC global, destacando-se os meses de Maio e Junho, onde foram detectadas acentuadas oscilações no que tange às variações em cadeia mensal e homóloga. Este facto deveu-se, em grande medida, a aumentos de preços da classe dos cereais e derivados.

Taxas de Variação Homóloga
Em %



Taxas de Variação em cadeia mensal
Em %



No mês de Maio, a subclasse dos cereais e derivados, acusou uma variação mensal de 41.8 por cento nas zonas rurais e 35.5 por cento no centro urbano da Praia, enquanto no mês de Junho essas variações foram no sentido inverso, tendo as variações em cadeia mensal atingido cifras negativas na ordem de 31.8 e 27.8 por cento, respectivamente. Essas orcilações de preços foram provocadas por variações da oferta.

Taxas de Variação Homóloga

Em %

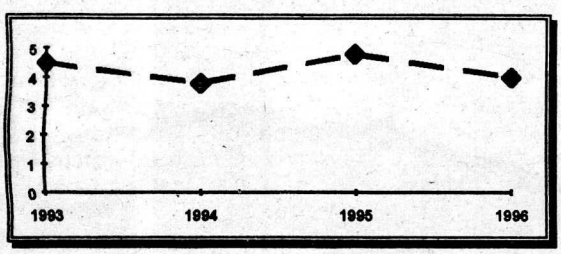
Anos	Praia	S.Vicente	S. Catarina	Nacional
1994	2.3	6.0	3.2	3.4
1995	8.2	7.0	8.8	8.4
1996	4.9	7.5	5.1	5.4
Jan	0.3	5.3	3.0	2.8
Fev	1.0	6.6	3.4	3.3
Mar	2.4	7.2	4.8	4.7
Abril	3.4	11.7	5.8	6.1
Maio	5.5	9.8	14.5	11.8
Junho	4.7	7.4	6.8	6.4
Julh	6.1	5.1	-0.3	1.8
Agost	8.0	8.8	2.6	4.7
Setm	12.3	5.7	5.3	6.9

Actividade económica real

Segundo o Orçamento do Estado, a economia cabo-verdiana, em 1996, deverá apresentar um crescimento do Produto Interno Bruto real da ordem dos 4.0 por cento, o que equivale a uma redução de 0.7 pontos percentuais relativamente ao ano de 1995 (4.7 por cento).

PIB real

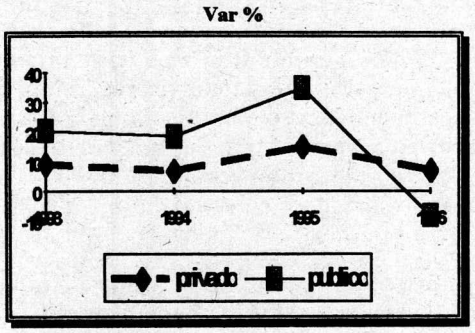
Variação anual em %



Esta redução no ritmo de crescimento económico tem sido corroborada pelas informações disponíveis do Consumo e do Investimento Públicos[5].

Prevê-se que, quanto ao Consumo Privado, em 1996, a taxa de variação anual seja de 7 por cento, contra uma variação registada de 15.5 por cento em 1995. Os resultados dos inquéritos qualitativos[6] dirigidos aos empresários do sector comercial apontam, precisamente, para esta moderação na aceleração do consumo.

Consumo



Relativamente ao comércio externo, vislumbram-se pequenas melhorias no que tange à procura externa líquida. Os dados divulgados no período de Janeiro a Setembro indicam uma aceleração das exportações nominais, que atingiram extraordinariamente o montante acumulado de 686 mil contos, mais 40 mil contos em relação ao montante de todo o ano 1995.

---

[5] Ver o capítulo de Finanças Públicas. Segundo dados provisórios estas despesas atingiram até ao mês de Agosto, os 5.261 mil contos o que equivale a pouco mais de metade do montante orçado.

[6] Fonte: BCV

Quanto às importações nominais, denota-se um certo arrefecimento, resultante de medidas de política económica adoptadas durante o período em análise, com consequências na diminuição da procura interna. Até Setembro obteve-se uma importância de 12,2 milhões de contos, o que representa 67 por cento das importações registadas em 1995.

Mercado de trabalho[7]

Conforme o inquérito[8] realizado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, as taxas de actividade em Santiago e S.Vicente no 2º trimestre de 96 aumentaram significativamente, de 64.8 por cento para 78.9 por cento em S.Vicente, e de 73.7 por cento para 78.6 por cento para Santiago.

Quanto ao desemprego, em Santiago a taxa aumentou de 24.2 por cento para 31.1 por cento. Em S. Vicente, continua a tendência para a diminuição da taxa de desemprego, tendo os valores baixado de 29.5 por cento para 26.9 por cento.

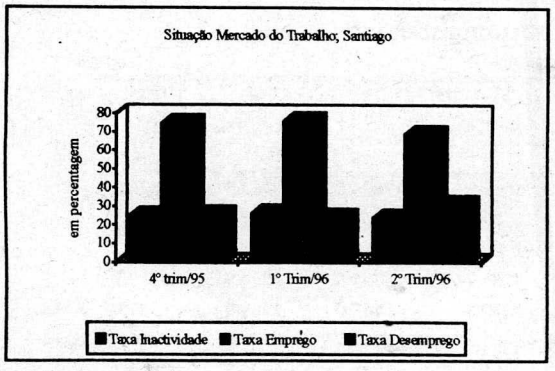
Através de uma análise por sexo, constata-se que em Santiago 37.9 por cento das mulheres estão desempregadas, um aumento de 11.4 por cento em relação ao primeiro trimestre. Em S.Vicente, apesar de a taxa de desemprego dos homens ter baixado de 35.6 por cento para 27.4 por cento, ela continua superior à das mulheres (26.6 por cento)

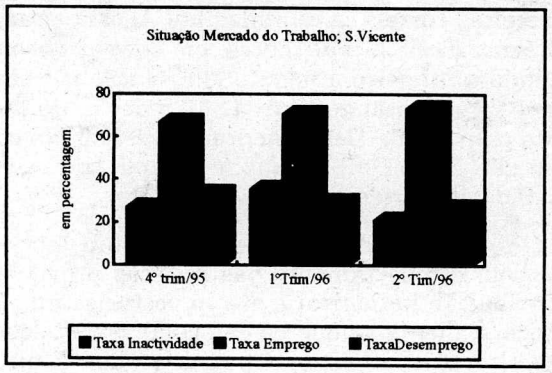
Quadro 3 - Situação do Mercado do Trabalho

	Santiago			S.Vicente		
	4ºT/95	1º T/96	2º T/96	4ºT/95	1º T/96	2º T/96
Taxa de Actividade	75.1%	73.7%	76.0%	73.3%	64.8%	78.9%
Taxa de Inactividade	24.9%	26.3%	23.9%	26.7%	35.2%	20.8%
Taxa de Emprego	74.5%	75.8%	68.9%	66.6%	70.5%	73.0%
Taxa de Desemprego	25.4%	24.2%	31.1%	33.4%	29.5%	26.9%

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

Gráfico I – Evolução das taxas de emprego, desemprego e inactividade





Tanto em Santiago como em S.Vicente, continua bastante elevada a percentagem de pessoas desempregadas há mais de dois anos, sendo o valor de S.Vicente cifrado em 47.0 por cento, inferior ao encontrado em Santiago (52.5 por cento).

Finanças públicas

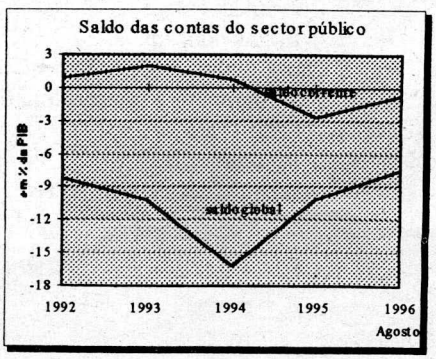
O défice público global (incluindo os donativos), apurado até o final do mês de Agosto, fixou-se em 2659 mil contos, correspondendo a cerca de 7.5 por cento do PIB[9] previsto para o corrente ano. Este valor, ligeiramente superior ao que decorre das previsões orçamentais (1936.8 mil contos), para o mesmo ano, apresenta uma redução, em termos do PIB, de 2.7 pontos percentuais quando comparado com a execução de 1995. Com efeito, o orçamento de 1996 prevê um défice global na ordem dos 5.6 por cento do PIB.

Relativamente à execução do Saldo Corrente do Estado, os dados preliminares, apurados até finais do mês de Agosto, indicam uma evolução satisfatória, apresentando uma significativa melhoria do saldo corrente, consequência sobretudo do bom ritmo de cobrança das receitas fiscais. Este saldo positivo, da ordem dos 286.3 mil contos, vem contrariar a tendência evidenciada no final do ano anterior, em que a conta corrente apresentou um resultado negativo de cerca de 882 mil contos.

Saldo das Contas do Sector Público

	1992	1993	1994	1995	1996 Orç	1996 Agosto
Saldo Global	-2040.0	-2705.6	-4637.9	-3304.1	-1936.8	-2659.0
(em % do PIB) *	-8.3	-10.2	-16.3	-10.2	-5.5	-7.5
Saldo Corrente	203.9	519.4	175.7	-882.6	-314.7	286.3
(em % do PIB) *	0.8	1.9	0.6	-2.75	-0.9	0.8

(*) Estimativas do PIB revistas pelo FMI em 1995.
Fonte : Ministério da Coordenação Económica, cálculos BCV-DEE



[7] Por ausência de informações relativas ao 3º trimestre, far-se-á o retrato do mercado de trabalho com base nos dados do 2º trimestre.

[8] Inquérito do observatório de Migrações e Emprego, realizado trimestralmente nos centros de Santiago e S. Vicente.

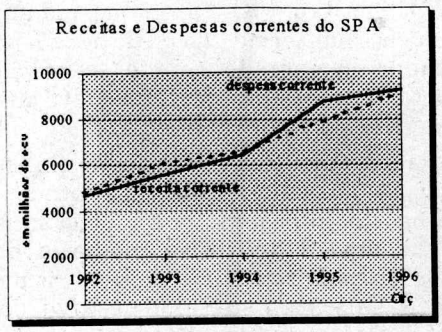
[9] Estimativas do FMI

As receitas correntes cobradas até Agosto situaram-se em cerca de 5828 mil contos, em termos absolutos, registando um ligeiro aumento em relação ao mês homólogo e representando cerca de 16.5 por cento do PIB previsto para 1996. Deste montante, 4841.5 mil contos provêm de receitas tributárias e 987 mil contos de receitas não tributárias.

Para o aumento das receitas contribuiu, entre outros, o bom comportamento das receitas provenientes da contribuição industrial e dos impostos sobre as importações. Saliente-se que estes beneficiaram dos efeitos das alterações registadas nas taxas dos direitos de importação e do imposto de consumo.

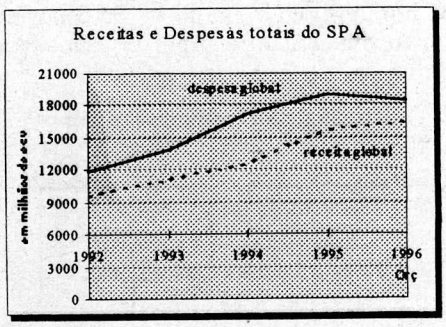
Os dados disponíveis revelam que a despesa registada até Agosto mantém a trajectória esperada, prevendo-se que não venha a ultrapassar o montante orçamentado para o final do ano.

As despesas correntes, excluindo os passivos financeiros, atingiram, em termos absolutos, um montante de 5436 mil contos até o mês de Agosto, representando cerca de 58 por cento do montante consagrado no orçamento do estado para o ano corrente (9279.5 mil contos) e 15 por cento relativamente ao PIB.



As despesas de investimento público[10], de acordo com cifras provisórias, evoluíram a um ritmo normal, atingindo 5261 mil contos até o mês de Agosto, o que equivale a pouco mais de metade do montante orçamentado (9215.3 mil). Saliente-se que o orçamento do estado prevê um corte nas despesas de investimento público na ordem dos 10 por cento em relação ao realizado no ano anterior. Globalmente, as despesas orçamentadas permanecem na faixa dos 52 por cento do PIB para 1996.

O financiamento doméstico, que representava cerca de 53 por cento do total do financiamento, em 1992 (4.4 por cento do PIB), passou para 66 por cento, em 1995 (6.7 por cento do PIB). No final de Agosto, o défice global, incluindo donativos, ascendia aos 2659 mil contos, dos quais 1000 contos financiados através de títulos emitidos pelo Tesouro Público (OT's e BT's). Note-se que, do montante de 1495 mil contos de receitas de privatização orçamentadas em 1996, somente uma pequena fatia (15 mil contos) deu entrada nos cofres das Finanças até Agosto, prevendo-se que, até o final do ano, este montante venha a aumentar significativamente.



À semelhança dos anos anteriores, o investimento público foi financiado, maioritariamente, através dos fluxos externos, sendo 2300 mil contos em donativos e 753 mil dos desembolsos de empréstimos (líquidos). A parte restante do investimento público realizado até Agosto foi financiada, fundamentalmente, através de emissões de Obrigações e Bilhetes de Tesouro.

Contas Nacionais do Sector Público Administrativo

em milhões de escudos

	1993	1994	1995	1996 Orçam	1996 c) Agosto
1 -Receitas Correntes	6076.1	6609.3	7874.5	8964.8	5828.0
Receitas fiscais, dos quais:	4770.2	5589.5	6407.5	6651.6	4841.5
Imp.s/Rendimento & Património	1588.8	1978.0	2200.9	2433.0	1703.2
Imp. s/comércio internacional	2829.5	3186.7	3757.5	3774.9	2789.2
Receitas não fiscais	1305.9	1019.8	1467.0	2409.9	987.0
2 -Despesas correntes a)	5556.7	6433.6	8757.1	9279.5	5436.0
dos quais : Despesas c/ pessoal	3095	3395.7	3948.8	5023.3	2814.7
Juros da dívida pública	302.0	384.3	1208.0	1147.8	583.9

[10] São calculadas na óptica do financiamento obtido.

a) Não inclui os passivos financeiros

Subsídios & transferên.		826.4	1168.7	1666.6	1506.0	812.7
3 -Saldo Corrente		519.4	175.7	-882.6	-314.7	286.3
4 -Receitas de Capital		5015.8	5962.6	7799.8	7593.2	2315.8
dos quais ; Donativos		4472.8	5119.9	5602.3	5099.6	2300.0
Transf. de Empresas		543.0	774.0	622.5	998.6	
Receitas de privatização			68.7	1575	1495.0	15.8
5 -Despesas de Capital		8240.8	10776.2	10221.3	9215.3	5261.0
6 -Saldo global, incluindo donativos	b)	-2705.6	-4638.0	-3304.1	-1936.8	-2659.0
excluindo donativos		-7178.4	-9757.8	-8906.4	-7036.4	-4959.0

b) Em 1995, incluiu também as receitas de privatizações
c) Dados provisórios

Balança de pagamentos[11]

A informação preliminar relativa à Balança de Transacções Correntes (BTC), numa base de liquidações, revela, para o período em análise (Janeiro a Setembro), um saldo negativo no valor de 852 mil contos.

A evolução da BTC caracteriza-se pelo facto da balança de mercadorias ser bastante deficitária, tendo acumulando, até ao 3º trimestre, a cifra de 8,4 milhões de contos. Este valor do saldo da balança de liquidação de mercadorias encontra-se próximo daquele que foi programado para o corrente ano, pelo que se poderá chegar ao final de 1996 com uma cifra um pouco mais expressiva.

Dada a reduzida dimensão das exportações, o défice comercial é financiado, em mais de 90 por cento, pelo excedente da balança de serviços e pelas transferências unilaterais.

Import/Export (FOB)

(em milhões de escudos)

	1995	1º trim/96	2º trim/96	Acum. Até Set/96
Bal. Comercial	-17.602,64	-3.772,39	-4.082,60	-11.555,14
Importações	18.249,12	4.011,66	4.311,47	12.241,48
Exportações	646,48	239,27	228,87	686,64

Os serviços líquidos, registaram, até ao final de Setembro, uma recuperação significativa, não obstante a quebra verificada no terceiro trimestre e que tem a ver com a redução dos serviços não factores, em termos líquidos (outros transportes), pois, apesar dos aumentos registados nas entradas, estas acabaram por não ser suficientes para compensar o volume de saídas. Contudo, o valor global da balança de serviços (líquido) acumulado até ao final de Setembro atingiu os 892,5 mil contos, cifra que supera de longe os cerca de 390 mil contos de Dezembro de 1995.

BALANÇA DE PAGAMENTOS
(Base Liquidações)

(Em milhões de ECV)

	1995 (Prov.)	1996 (1º trimestre)	1996 2ºtrimestre)	1º semestre	3º Trimestre (Prov.)	Acum. até Setembro (Prov.)
BALANÇA DE TRANSACÇÕES CORRENTES	(3705,20)	(282,51)	(168,47)	(450,66)	(401,45)	(852.43)
BALANÇA COMERCIAL	(11.970,87	(2.690,40)	(2 571,98)	(5 262,38)	(3 205,57)	(8.467,94)
Exportações, F.O.B.	152,13	64,66	43,42	108,08	89,45	197,53
Importações, F.O.B	(12.123,0)	(2.755,05)	(2.615,40)	(5370,45)	(3.295,02)	(8.665,47)
SERVIÇOS (Liq.)	382,98	232,64	442,85	675,49	217,02	892,52
Não factores	637,64	255,74	517,72	773,47	320,19	1.093,66
Factores	(254,65)	(23,10)	(74,87)	(97,97)	(103,17)	(201,14)
TRANSFERÊNCIAS (Liq.)	7 882,68	2.175,25	1 960,65	4.136,22	2587,09	6.722,99
Privadas	6.187,64	1.517,05	1.441,76	2.959,14	1.822,43	4.781,25
Oficiais	1.695,04	658,20	518,89	1.177,08	764,66	1.941,74
CONTAS DE CAPITAL	2 447,31	557,41	311,55	868,96	134,60	1.003,56
Investimento Directo	2.012,07	496,43	76,04	572,47	150,45	722,92
CAPITAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO	435,24	82,07	244,41	326,48	(15,85)	310,64
Governo	354,44	100,08	244,41	344,49	18,23	362,72
Empresas Públicas	80,80	(18,00)	0,00	(18,00)	(31,98)	(49,98)
Privadas	0.00	0.00	0,00	0,00	(2,10)	(2,10)
CAPITAIS DE CURTO PRAZO	0.0	(21,09)	(8,91)	(30,00)	0.00	(30.00)
ERROS E OMISSÕES	529,29	(414,39)	(187,17)	(490,00)	524,65	(34,97)
BALANÇA GLOBAL	(728,60)	(140,00)	(44,10)	(144,10)	257,80	186,10
VARIAÇÃO DE RESERVAS	728,60	140,00	44,10	144,10	(257,8)	(186,10)*

* - Dados de estatística monetária referente a Setembro/BCV

[11] Os dados são ainda provisórios, naturalmente, sujeitos a actualizações.

'Quanto às transferências unilaterais, o montante acumulado até ao final do terceiro trimestre atingiu os 6,7 milhões de contos, representando 85 por cento do valor atingido no final de 1995. Notou-se uma evolução positiva, tendo as transferências privadas aumentado, no 3º trimestre, em mais de 380 mil contos, quando comparadas com o montante do 2º trimestre. As transferências oficiais atingiram praticamente o dobro do valor no terceiro trimestre, tendo, em termos globais, ultrapassado já o montante atingido em 1995.

Os dados relativos à *balança de capitais* revelam que o saldo positivo ascendeu, no período Janeiro-Setembro, a 1 milhão de contos. Deve-se realçar o facto de no 1º trimestre se ter registado uma entrada considerável de investimento externo (realização do capital social do Banco Totta & Açores, entre outros). Entraram também somas significativas de capitais para financiamento de projectos de infraestruturas, nomeadamente portuárias e no domínio das telecomunicações.

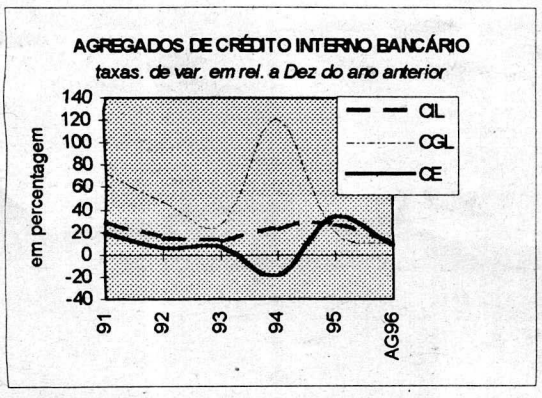
O montante de capitais líquidos entrado até ao 3º trimestre é o reflexo não só do ritmo de desembolso bastante mais notório quando comparado com igual período do ano transacto, mas também da acumulação de atrasados da dívida externa de 1996 que, até ao final do 3º trimestre, de acordo com dados disponíveis, já atingiram os 162,5 mil contos.

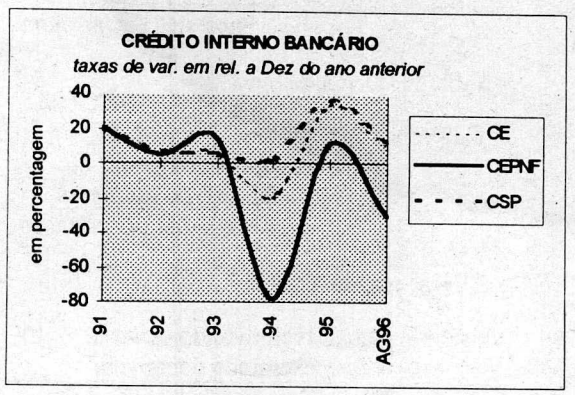
Quanto ao saldo global da balança de pagamentos, o valor apurado até Setembro é de 186 mil contos. Como se pode constatar, regista-se uma tendência de recuperação relativamente a 1995.

Situação monetária e cambial

O crédito interno líquido, que durante 1995 conheceu um forte crescimento, tendo atingido uma taxa de 27,2 por cento em Dezembro, continua a evidenciar uma tendência de crescimento, embora moderada. Até Agosto de 1996, este agregado monetário registou uma taxa de crescimento da ordem dos 9,7 por cento, o que compara com os 10 por cento previstos pela programação monetária para o final do período, situando-se nos *24.615,80,* contra *22.448,9* milhões de escudos, em Dezembro de 1995.

A evolução desse agregado reflectiu, essencialmente, o comportamento evidenciado quer pelo crédito ao governo, quer pelo crédito à economia. Com efeito, o crédito ao governo e o crédito à economia registaram taxas de crescimento da ordem dos 10.4 e 9.8 por cento e montantes de cerca de 12.731,7 e 11.884,1 milhões de escudos, respectivamente, contra os 10 por cento previstos pela programação monetária para o final do período.





Crédito à Economia

Até Agosto de 1996, o crédito à economia prosseguiu a sua trajectória ascendente, embora tenha registado um arrefecimento no seu ritmo de crescimento, comportamento esse que já era previsível, tendo em conta a política de restrição do crédito prosseguida para o corrente ano. Essa evolução ficou a dever-se, basicamente, a uma quebra substancial no Crédito às Empresas Públicas Não Financeiras, decorrentes do processo de privatizações, tendo este agregado atingido uma taxa de crescimento da ordem dos 30,1 por cento negativos, situando-se, actualmente, nos 431,1 milhões de escudos.

A evolução do crédito ao sector privado, contrastando com a evolução do crédito às empresas públicas não financeiras, manteve a sua trajectória de crescimento, evidentemente a um ritmo mais moderado do que em 1995, atingindo assim uma taxa de variação da ordem dos 11,2 por cento, situando-se nos 11.453,00, contra 10.302,9 milhões de escudos em Dezembro de 1995.

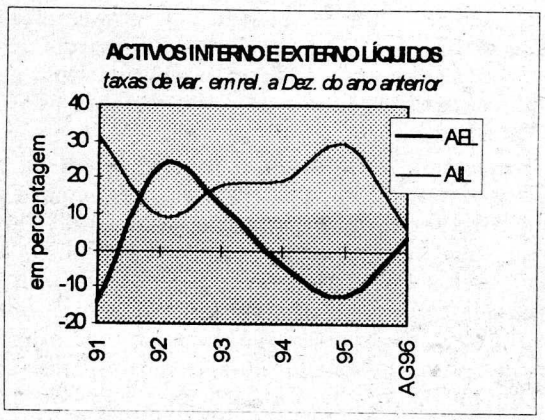
Crédito Líquido ao Sector Público Administrativo

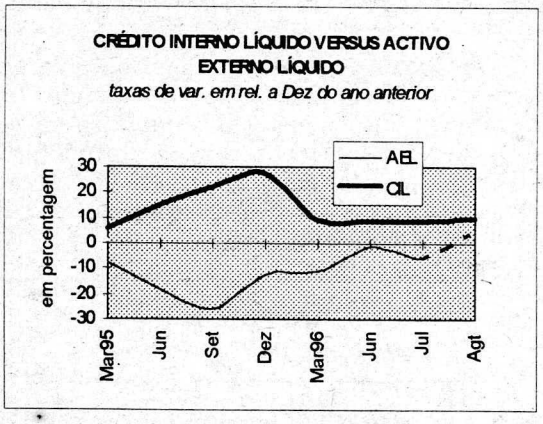
O crédito interno não monetário constituiu uma importante fonte de financiamento do sector público administrativo, correspondendo a cerca de 65 por cento do crédito total ao governo, que totalizou os 12.731,70, comparado com os 11.529,5 milhões de escudos atingido em Dezembro de 1995. Embora este último tenha registado uma taxa de crescimento da ordem dos 10.4 por cento, até Agosto de 1996, o agregado monetário M2 não cresceu mais do que 5.6 por cento, situando-se, actualmente, nos 27.195,9 milhões de escudos. Esta evolução foi motivada, essencialmente, pelo comportamento evidenciado pela moeda em circulação, resultante de algumas medidas no sentido da melhoria da gestão de tesouraria verificada ao longo do período em análise.

Conforme já referido e a título de síntese, o crédito interno total, principal fonte de criação da moeda, passou de 22.448,9 milhões de escudos, em Dezembro de 1995, para 24.615,8 milhões de escudos, até Agosto de 1996, correspondente a uma taxa de crescimento de 8.3%, evidenciando, assim, uma redução no seu ritmo de crescimento face aos valores registados em 1995. Esse comportamento tem a ver com a quebra verificada quer no comportamento do crédito ao governo, quer no comportamento do crédito à economia, que registaram taxas de variação da ordem dos 4.7 e 3.7 por cento, respectivamente.

Outras Contrapartidas de Criação da Moeda

A contrapartida externa revelou, até Agosto de 1996, um aumento no montante de 186.1 milhões de escudos, contrastando com a evolução que se vinha registando desde Junho de 1994. Esse comportamento deve-se, fundamentalmente, ao aumento da posição externa dos bancos comerciais, na ordem dos 1.639,00 milhões de escudos.





Agregados Monetários

À semelhança do verificado nos agregados de crédito, os agregados monetários sofreram uma redução significativa nos seus ritmos de crescimento, tendo o M2 atingido os 5,60 por cento, contra 18,2 por cento em Dezembro do ano anterior e os 10 por cento constantes da programação monetária. Esse comportamento ficou a dever-se ao arrefecimento do crescimento quer a nível da moeda, quer a nível da quase moeda.

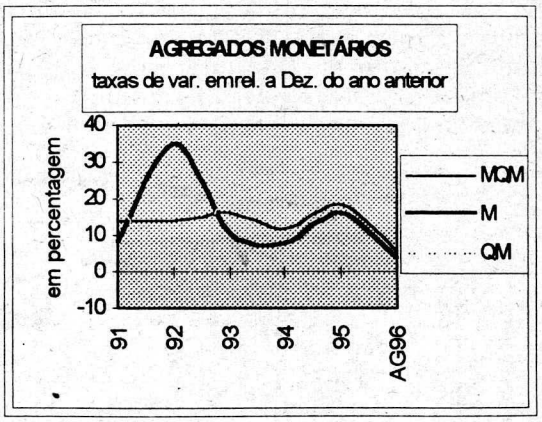
A moeda registou uma taxa de crescimento, em Agosto, da ordem dos 4,0 por cento, derivado, essencialmente, de uma quebra substancial da circulação monetária (-8,6 por cento). Essa queda tem a ver, justamente, com a baixa verificada a nível da emissão.

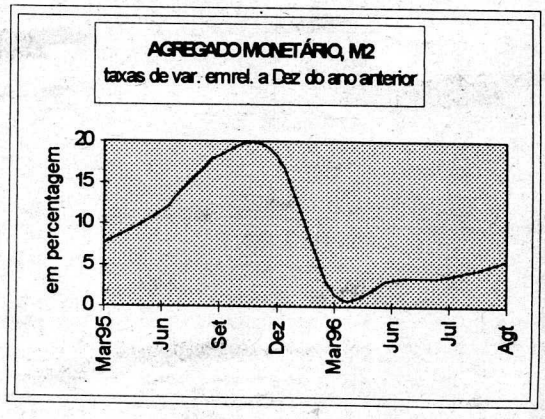
No concernente à quase-moeda, que cresceu em cerca de 7.3 por cento, até Agosto, denota-se um arrefecimento substancial no crescimento dos depósitos a prazo, que atingiu apenas os 2,3 por cento, em Agosto de 1996, resultante de um processo de modernização do sistema financeiro, com a introdução de novos instrumentos, nomeadamente os Bilhetes e as Obrigações de Tesouro, como alternativas aos depósitos a prazo. Com efeito, o saldo dos depósitos a prazo atingiu, em Agosto, um montante de 7.117,5 milhões de escudos, contra os 6.960,5 milhões de escudos, em Dezembro de 1995.

O estado, recorrendo ao mercado primário - OIM, instituições financeiras e algumas Empresas - para satisfazer as suas necessidades de financiamento, com a emissão de títulos do Tesouro, está a obter um crédito não monetário, equivalente a um processo de secagem de liquidez. Este processo tem contribuído para um arrefecimento significativo do crescimento do agregado M2.

Convém ainda salientar que só as OIM, em matéria de subscrições de títulos, apresentaram um saldo no final do período da ordem dos 8.280,20 milhões de escudos[12]. As outras instituições integrantes do mercado primário manifestaram um saldo num montante de 2.153,6 milhões de escudos[13].

Constata-se, igualmente, uma redução significativa na taxa de crescimento dos depósitos em moeda estrangeira dos residentes, que atingiu uma taxa de crescimento da ordem dos 52,2 por cento negativos, totalizando os 130,2 milhões de escudos, contra os 272,2 milhões de escudos em Dezembro de 1995. Esse comportamento ficou a dever-se, essencialmente, à baixa verificada nos depósitos em moeda estrangeira detidos por empresas nacionais.





Política cambial [14]

A estabilidade das taxas de câmbio efectivas nominais e reais continua a constituir a preocupação essencial da política cambial em Cabo Verde. A variação da taxa de câmbio efectiva nominal apresentou, de Janeiro a Setembro de 1996, um desvio padrão marginal na ordem dos 0,52 por cento, tendo flutuado dentro de uma banda entre os 0,08 e -1,21 por cento.

[12] Excluindo transferência do créditos, saldos de Setembro.

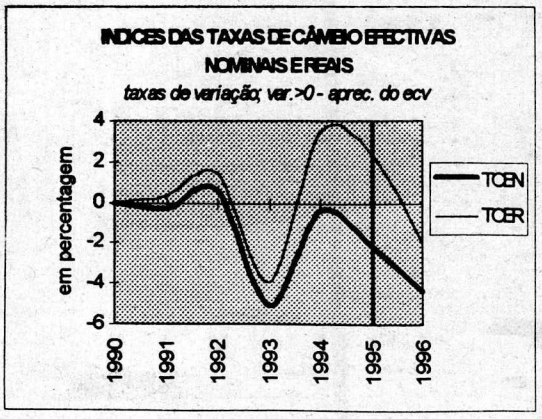
[13] Incluindo créditos transfer~encia. saldos de Setembro.

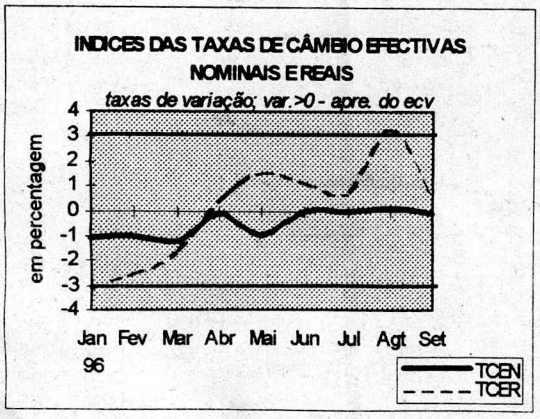
[14] Dados até Setembro de 1996.

A taxa de câmbio efectiva real, por sua vez, revelou um desvio padrão na ordem dos 1,95 por cento, superior ao desvio evidenciado pela taxa efectiva nominal, percorrendo assim uma trajectória delimitada por uma banda compreendida entre os -3,12 por cento (valor de Janeiro) e os 3,29 por cento (valor de Agosto), correspondendo praticamente à banda limite fixada pelo Governo, entre os -3 e +3 por cento.

Essa depreciação real do ECV, em Janeiro de 1996, ficou a dever-se, por um lado, à desvalorização nominal do ECV, em termos efectivos, da ordem dos 1.06 por cento, com a subida do USD no mercado internacional e, consequentemente, com a queda do DEM face à maioria das moedas do SME e, por outro, à melhoria do diferencial de inflação a favor de Cabo Verde[15], medido em termos de paridade absoluta, que passou de 0.87, em Dezembro de 1995, para 0.88, em Janeiro de 1996.

Em Agosto, o ECV apreciou-se, em termos efectivos reais, na ordem dos 3.29 por cento, devido, essencialmente, à subida do ECV contra a GBP (1.50 por cento), USD (1.30 por cento), FRF(0.55 por cento) e ESP (0.21 por cento) e ITL(0.73 por cento), o que fez com que o ECV se apreciasse, em termos efectivos nominais, na ordem dos 0.08 por cento. A esta apreciação veio juntar-se um aumento do IPC interno e, consequentemente, uma deterioração do diferencial de inflação, que passou de 0.86, em Julho, para 0.83, em Agosto.



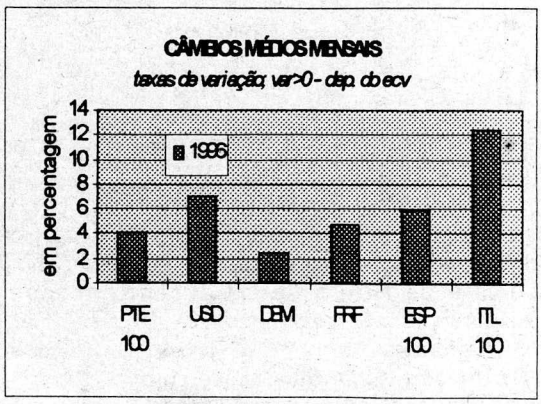


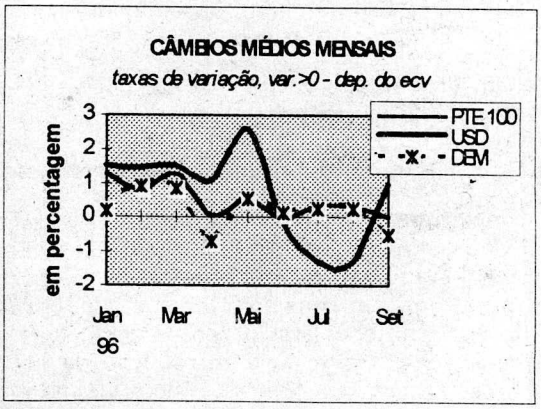
Com o USD a apreciar-se, fortemente, contra o DEM que, por sua vez, caiu praticamente contra todas as moedas europeias, o ECV foi obrigado a desenhar, durante o período de Janeiro a Setembro de 1996, uma trajectória de depreciação, praticamente, contra todas as moedas dos seus principais parceiros comerciais, registando contra a ITL um valor recorde da baixa, ou seja, uma taxa de depreciação da ordem dos 12.42 por cento.

[16]O ECV depreciou-se[17] ainda contra o USD (6,96 por cento), NLG (2,47 por cento), DEM (2,46 por cento), FRF (4,73 por cento), PTE (4,10 por cento), GBP (4,13 por cento) e ESP (5,90 por cento). Em termos efectivos nominais, o ECV registou uma taxa de depreciação de cerca de 4,5 por cento, em termos anualizados, representando, assim, um factor de pressão sobre os preços internos.

Esta trajectória, desenhada a nível da taxa de câmbio efectiva nominal, foi, praticamente, suficiente para compensar o diferencial de inflação entre Cabo Verde e o exterior, que tem sido desfavorável a Cabo Verde, com a melhoria substancial do desempenho nominal por parte dos seus parceiros comerciais. Com efeito, a paridade absoluta[18] manteve-se durante todo o período inferior à unidade – situando-se, actualmente, nos 0.833, contra 0.889 em Janeiro de 1996 - demonstrando, claramente, que os preços internos têm tido uma taxa de crescimento superior à dos parceiros comerciais.

Contudo, a "boa" performance de Cabo Verde no concernente ao índice de preços no consumidor (cerca de 6 por cento em termos médios) e uma taxa de depreciação da ordem dos 4,5 por cento[19], foram factores contributivos para uma apreciação do ECV da ordem dos 0,14 por cento, em termos efectivos reais, garantindo, assim, a estabilidade da moeda nacional.





[15] O diferencial de inflação continua desfavorável a Cabo Verde. Verificou-se apenas uma ligeira melhoria, devido ao comportamento sazonal dos preços internos, que se verefica, normalmente, entre Dezembro e Janeiro.

[16] Em termos anualizados

[17] Idem

[18] Preços externos/preços internos

[19] Em termos anualizados

Mercado de títulos

No âmbito da reforma do sistema financeiro e no intuito de se fazer afirmar o mercado de capitais, foram criados, em 1993, os títulos da dívida pública denominados Obrigações do Tesouro, enquanto instrumento financeiro destinado a fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do orçamento do estado.

Na perspectiva de possibilitar a criação de condições necessárias à transição do actual controlo monetário directo para a execução da política monetária por meios indirectos e tendo ainda em conta o objectivo governamental de recorrer ao financiamento orçamental através de mecanismos não monetários, foi também criado, em 1994, um novo produto financeiro - os bilhetes do Tesouro. Estes são títulos de curto prazo, um activo de liquidez bastante elevada, cujos prazos de maturidade variam de 91, 182 e 364 dias.

Dado o incipiente estádio de desenvolvimento do mercado da dívida pública, aquele instrumento foi inicialmente destinado às instituições de crédito, às seguradoras e ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Contudo, após a emissão dos bilhetes do Tesouro, foram promovidas campanhas de divulgação de novos instrumentos financeiros, com alargamento do leque dos potenciais subscritores, para, mais recentemente, serem criados mecanismos que permitam o início da transacção no mercado secundário.

Bilhetes do Tesouro

Ao longo de 1996 (até ao final do terceiro trimestre), o Tesouro emitiu *bilhetes do Tesouro* pelos prazos legalmente estabelecidos, ou seja, 91, 182 e 364 dias, registando-se, em relação a igual período do ano anterior, uma ligeira subida nas taxas médias de colocação.

Deste modo, comparando os dois períodos (Setembro a Setembro), verificou-se uma subida de 0,33, 0,03 e 0,21 pontos percentuais para os títulos de 91, 182 e 364 dias, respectivamente.

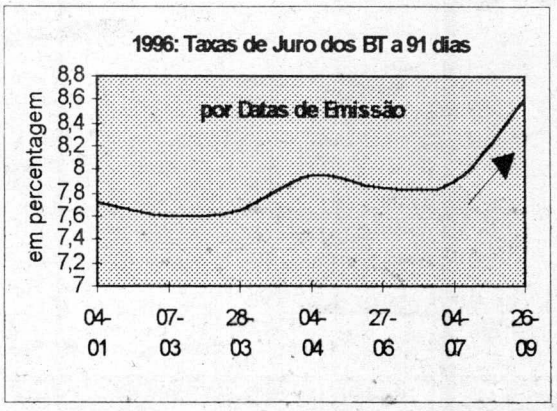
Emissão e colocação de Bilhetes do Tesouro - 1996
(até ao 3º trimestre)

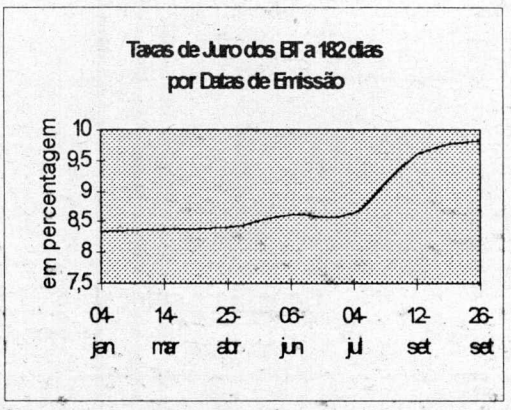
Prazos	Datas de Emissão	Montantes Colocados	Taxas de Juro por emissão	Taxa média colocação
91 dias ...	04.01.96	100.000 contos	7.7188%	
	07.03.96	100.000 contos	7.6063%	
	28.03.96	200.000 contos	7.6484%	
	04.04.96	100.000 contos	7.9531%	7.8962%
	27.06.96	200.000 contos	7.8406%	
	04.07.96	100.000 contos	7.9000%	
	26.09.96	200.000 contos	8.6063%	
182 dias ...	04.01.96	250.000 contos	8.3500%	
	14.03.96	250.000 contos	8.3813%	
	25.04.96	250.000 contos	8.4125%	
	06.06.96	100.000 contos	8.6187%	8.8333%
	04.07.96	225.000 contos	8.6528%	
	12.09.96	250.000 contos	9.5800%	
	26.09.96	150.000 contos	9.8375%	
364 dias ...	04.01.96	200.000 contos	8.8938%	
	16.05.96	100.000 contos	8.9062%	
	06.06.96	100.000 contos	9.0005%	
	13.06.96	150.000 contos	9.7500%	9.3625%
	20.06.96	100.000 contos	9.9313%	
	18.07.96	129.000 contos	9.1017%	
	16.08.96	75.000 contos	10.0667%	
	26.09.96	150.000 contos	9.2500%	

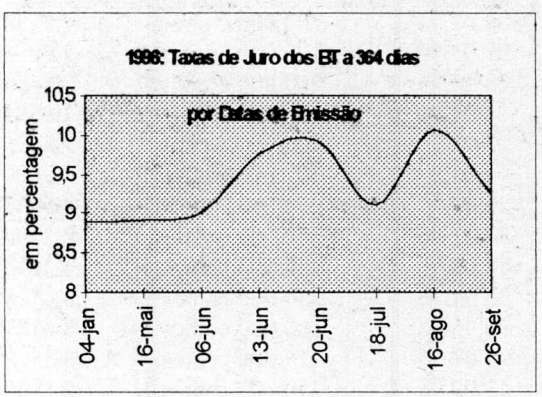
Deve-se realçar, também, que, já no 2º trimestre deste ano, se verificaram ligeiras subidas nas taxas médias de colocação dos bilhetes do Tesouro. A evolução das taxas de juro dos BT está em consonância com a situação de mercado, na medida em que, se por um lado o Governo procurou reforçar o financiamento do défice orçamental por via de emissão de títulos, portanto procurando aumentar a oferta, por outro lado as instituições de crédito têm tido alguma dificuldade na colocação dos títulos em carteira, dada a incipiência do mercado de capitais que não facilita ainda a cedência ao público.

Esta situação terá obrigado a que o Tesouro tenha aceite taxas de remuneração um pouco mais elevadas, em termos médios, por forma a tornar o produto mais atractivo, e, assim, motivar as instituições subscritoras.

Evolução das taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro







Os montantes dos bilhetes do Tesouro em circulação atingiram os 2.379 mil contos, ultrapassando em 379 mil contos o limite estabelecido para o volume global a circular.

Prazos	Montantes	Taxas médias
BT a 91 dias	300 mil contos	8.2531%
BT a 182 dias	975 mil contos	9.3568%
BT a 364 dias	1.104 mil contos	9.4728%
TOTAL	2.379 mil contos	

Obrigações do Tesouro

A par da colocação dos bilhetes do Tesouro, foram também emitidas Obrigações do Tesouro - Nova Série, no decurso deste ano, tendo o valor global de emissão subscrito até ao mês de Setembro, atingido cerca de 690,8 mil contos.

Assim, as emissões à taxa fixa, foram efectuadas com as seguintes datas de vencimento: 1998 (50,1 mil contos à taxa média de 10% e 40 mil contos à taxa de 9,5%); 1999 (300,2 mil contos à taxa média de 10 por cento, 200 mil contos, à taxa de 10,125%, 50 mil contos à taxa de 10,375% e 50 mil contos à taxa de 10,5%).

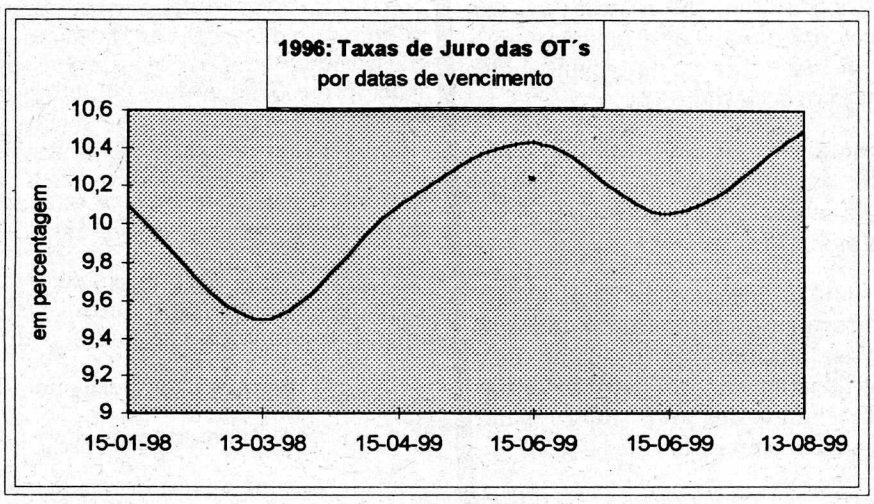
Emissão e colocação de Obrigações do Tesouro
(Até Setembro)

Data de Emissão	Data Vencº	Taxa de Juro			Montante Colocado
		Média	Mínima	Máxima	
25.04.96	15.04.99	10.100%	9.9375%	10.500%	300 mil contos
20.06.96	15.06.99	10.0625%	9.3775%	10.1875%	200.5 mil contos
25.07.96	15.01.98	10.100%	9.750%	10.250%	50.1 mil contos
27.06.96	15.06.99	-	-	10.4375%	50 mil contos
16.08.96	13.08.99	-	-	10.500%	50 mil contos
17.09.96	13.08.98	9.500%	8.500%	10.500%	40 mil contos

Deve-se levar em consideração que, até à data em análise, o valor da subscrição ficou muito aquém do montante anunciado. De 1,250 mil contos submetidos a leilão, apenas 55 por cento foram absorvidos pelo mercado. Aliás, é notória a diferença entre o montante de subscrição no 2º trimestre (550 mil contos) e o valor atingido no 3º trimestre (140 mil contos).

A diminuição observada na procura das OT pode estar relacionada com a colocação no mercado do outro instrumento – os bilhetes do Tesouro, que são produtos financeiros mais atractivos, por encerrarem maior liquidez, tratando-se de títulos de curto prazo. Assim, as instituições com direito a subscrição poderão ter sentido uma maior facilidade na gestão da tesouraria, adquirindo títulos de curto prazo em vez de investirem fortemente nas obrigações de longo prazo.

No entanto, crê-se que, até ao final do ano, o montante previsto seja colocado, ou seja 1 milhão de contos, até porque as disposições legais estabelecem o limite mínimo de títulos de dívida pública que as instituições de crédito são obrigadas a incluir nos seus activos.



2.4 – Política de regulação de conjuntura económica para os próximos quatro anos

Durante os próximos anos, a política de conjuntura estará afecta aos seguintes objectivos:

a) Garantir um nível médio de disponibilidades líquidas, corrrentes, sobre o exterior equivalente a cinco meses de importação - A dependência e vulnerabilidade da economia caboverdiana recomendam a manutenção de um volume elevado de disponibilidades líquidas sobre o exterior, como condição de resposta a eventuais choques exógenos, sem riscos excessivos de desequilíbrios externos.

b) Controlar a inflação - O controlo da inflação apresenta-se como condição importante para preservar a estabilidade monetária, garantir o equilíbrio das contas externas, assegurar a eficácia da política de rendimentos e preços e facilitar o correcto funcionamento do mercado.

A meta a atingir é a manutenção de uma taxa média de inflação, durante os anos do Plano, inferior a 5%.

c) Assegurar o crescimento económico - A política de conjuntura não deverá ser orientada apenas no sentido da busca de equilíbrios de curto prazo; pelo contrário, deve ser vista como um elemento da estratégia de desenvolvimento sócio-económico, pelo que deve ser suficientemente equilibrada por forma a assegurar o crescimento económico.

A meta do Plano é garantir uma taxa média de crescimento real do PIB superior a 5%.

d) Manter o limite máximo da taxa de desemprego dentro de limites social e economicamente comportáveis - Confrontada com o problema do desemprego estrutural, agravado pela persistência da seca, a sociedade cabo-verdiana continua a encarar as intervenções do estado, através da abertura de trabalhos públicos intensivos em mão de obra, como algo necessário para preservar o equilíbrio social. No entanto, o esforço financeiro que é exigido ao estado não deve ultrapassar os limites consentidos pelo orçamento e pela economia.

Durante o período do Plano, será assegurada uma correcta arbitragem entre os objectivos de ordem social a serem garantidos através da criação de emprego pelas obras públicas e a de preservação dos equilíbrios macro-económicos fundamentais.

O limite máximo da taxa de desemprego para o ano 2000 é fixado em 23%.

Durante o ano de 1997, para atingir os objectivos preconizados, será garantida a coerência da política económica de conjuntura, orientada de acordo com os seguintes princípios:

2.4.1 – Política orçamental - O volume do déficit global, financiado com recursos internos não deverá ser superior a 5% do PIB; o orçamento de funcionamento deverá ser equilibrado, as despesas correntes não poderão registar um crescimento superior a 0%.

2.4.2 – Política monetária – A política monetária continuará subordinada aos objectivos do crescimento económico, da estabilidade dos preços e da defesa dos necessários equilíbrios das contas externas.

2.4.3 - Política cambial - A política cambial estará afecta ao objectivo intermédio da estabilidade das taxas de câmbio efectivas, nominais e reais, como meio de garantir, de forma sustentada, o equilíbrio das contas externas e a estabilidade dos preços. O corredor de flutuação do escudo é fixado no intervalo [+3;-3].

2.4.4 – Política de rendimentos e preços - A política de rendimentos terá em conta a necessidade de defender a estabilidade dos rendimentos reais ou o seu incremento em função dos aumentos de produtividade. A política de preços guiar-se-á pelo princípio da sua transparência.

2.4.5 – Política fiscal – A política fiscal terá em conta a necessidade de melhorar os equilíbrios interno e externo bem como a justiça fiscal.

2.4.6 – Política de emprego - A política de emprego continuará a ser orientada no sentido de assegurar pelo menos o mínimo de sobrevivência a todas as famílias vulnráveis, vitimadas pela seca ou por outras calamidades.

Os trabalhos públicos do estado, mão de obra intensivos, serão utilizados como instrumento complementar da política de emprego e atenderão ao objectivo proporcionar a todas as famílias cabo-verdianas pelo menos o rendimento mínimo de sobrevivência.

3. – Desenvolver o mercado e a iniciativa privada

Cabo Verde fez, a partir de 1991, a opção clara por uma economia de mercado, de base privada. Por ter estado submetido a um regime de partido único, durante cerca de quinze anos, cujo modelo de desenvolvimento económico assentava na estatização da economia, as novas opções do país impõem, como uma das tarefas mais urgentes e mais difíceis, a criação de condições para um normal e correcto funcionamento do mercado e para o estímulo à iniciativa empresarial privada.

A estratégia de desenvolvimento baseada na inserção dinâmica de Cabo Verde na economia mundial determina, também, uma opção pela economia de mercado e pela criação de condições capazes de atrair o investimento externo, de garantir a livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias e tecnologias, de assegurar ao país a melhor participação no comércio internacional e de promover a iniciativa empresarial endógena.

O desenvolvimento do mercado e da iniciativa privada são, assim, *grandes opções* do Plano 1997/2000.

3.1 – O sistema fiscal

O sistema fiscal apresenta-se como um dos maiores constrangimentos à realização dessas opções.

Até 1991, o sistema fiscal cabo-verdiano era caracterizado por constrangimentos vários que limitavam sériamente o desempenho da economia. De entre os mesmos, convém referir: os processos administrativos de cálculo e cobrança demasiadamente complexos, a ocorrência de fraude e evasão fiscais em grande escala, a manifesta falta de justiça tributária.

Impunha-se, portanto, a execução de um programa de reforma profunda do sistema fiscal.

O grande objectivo dessa reforma, consagrado no III PND, era dotar o país de um sistema fiscal moderno, adequado, simples e eficiente, com o propósito de:

a) Aumentar as receitas do estado;

b) Fixar taxas relativamente moderadas;

c) Alargar a base de incidência.

Nesse sentido, durante a legislatura que decorreu de 1991/1995, foram introduzidas várias alterações à legislação, aos métodos e às técnicas fiscais, culminando com a recente introdução do Imposto Único Sobre os Rendimentos (IUR).

Várias medidas foram executadas com a finalidade de modernizar a administração fiscal.

A evolução recente do sistema aponta para uma melhoria sensível da qualidade dos serviços prestados pela administração fiscal, traduzida, nomeadamente, na simplificação dos processos de cálculo e cobrança dos impostos e, consequentemente, na maior celeridade e transparência na execução desses processos. Outro elemento de tendência é o alargamento progressivo da base tributável e do número de contribuintes.

Porém, não obstante os resultados do grande esforço de modernização, referido, a situação actual é ainda caracterizada por algumas dificuldades, sendo as principais:

a) A carência de informação adequada em termos de legislação tributária e cumprimento de obrigações fiscais;

b) A existência de um grande número de contribuintes faltosos;

c) Os problemas resultantes de um sistema fiscal em fase de transição e consolidação;

d) As dificuldades de adaptação da administração fiscal ao novo sistema, designadamente devido à carência de pessoal qualificado.

Por isso, a consolidação e desenvolvimento da reforma do sistema fiscal é uma das prioridades do Plano de Desenvolvimento.

Se a primeira parte da reforma do sistema fiscal, em fase de conclusão, incidiu na tributação sobre os rendimentos, a segunda parte irá centrar-se na tributação sobre a despesa. É propósito do Plano concluir essa segunda parte da reforma até ao ano 2001, com a criação do imposto sobre o valor acrescentado.

3.2 – A administração financeira do Estado

Um outro constrangimento evidente ao desenvolvimento da iniciativa privada e do mercado são as dificuldades ainda existentes no domínio da administração financeira do estado.

De facto, tornou-se claro, para uma grande parte dos agentes económicos, a necessidade de:

a) Melhorar o processo de concepção e elaboração do orçamento do estado, os instrumentos e metodologias utilizados na previsão dos recursos financeiros e sua afectação e na interrelação com os objectivos da política macroeconómica;

b) Estabelecer modelos e diversificar os instrumentos de gestão da tesouraria do estado e da dívida pública, bem como a sua articulação com os outros domínios da política económica, particularmente de conjuntura, com o propósito, entre outros, de aperfeiçoar o sistema de programação financeira de modo a reduzir, progressivamente, o recurso ao crédtio junto do Banco Central para financiamento do orçamento, disponibilizando o crédito para o desenvolvimento das actividades económicas;

c) Dinamizar o mercado secundário de títulos e diversificar os instrumentos de financiamento do Tesouro, com o objectivo de melhor preservar os equilíbrios macro-económicos e de dinamizar o desenvolvimento do mercado de capitais;

d) Estabelecer e executar modelos de consolidação do orçamento do sector público administrativo e reforçar os meios de acompanhamento da execução orçamental;

e) Desenvolver um sistema integrado de informação tributária e de gestão orçamental e financeira, com recurso à informática, adequado e ajustado à gestão corrente e previsional e à produção sistemática de elementos estatísticos fiscais, orçamentais e financeiros, e da Conta do Estado;

f) Modernizar o sistema de pagamentos do Tesouro, que passará a adoptar os meios do mesmo tipo dos utilizados pelas instituições bancárias, nomeadamente cheques e transferências bancárias, e proceder à integração plena do Tesouro na Câmara de Compensação, e a consequente bancarização completa das operações de receitas e despesas;

g) Agilizar o processo de execução orçamental e melhorar a programação financeira através da alteração dos procedimentos actuais de requisição, contabilização e controlo prévio, fortemente burocratizados e de fraco controlo efectivo, e da introdução do sistema de transferências permanentes para operações cuja regularidade, montante e data de pagamento são previamente conhecidos e programados, da descentralização da execução de determinadas rubricas de despesa e da bancarização das operações, com recurso a sistemas informáticos de processamento;

h) Melhorar a gestão dos recursos patrimoniais do Estado através da introdução de critérios de maior disciplina, economicidade e controle do sistema de aquisição de bens e serviços, de afectação de recursos, de organização e gestão do parque de veículos do Estado e de inventariação e cadastro do património do Estado;

i) Reestruturar e reorganizar os serviços das finanças de forma a conciliar os objectivos de eficiência, eficácia e efectividade de funcionamento com os objectivos de controle e de integridade da informação orçamental e financeira;

j) Dotar os serviços das contribuições e impostos e das alfândegas de meios e instrumentos com vista ao reforço da actividade inspectiva e fiscalizadora, de combate à evasão e fraude fiscais;

k) Reforçar a capacidade técnica dos recursos humanos e introduzir critérios de maiores exigências e de selectividade no recrutamento dos funcionários e na nomeação de cargos de chefias, quer a nível dos serviços centrais, quer a nível das repartições de finanças.

No âmbito da reforma da administração financeira do estado, em curso, algumas acções têm sido desenvolvidas, nomeadamente quanto à organização, gestão e controlo do orçamento, do tesouro público e do património do estado, merecendo destaque:

a) A introdução de melhorias significativas no respeitante à disciplina orçamental e financeira;

b) A agilização do processo de execução orçamental, conseguida através da racionalização dos métodos de trabalho e da informatização dos serviços, nomeadamente nos domínios da gestão financeira do pessoal da administração pública, das transferências permanentes,

do património do Estado, da dívida pública e dos meios de pagamento;

c) A integração do Tesouro na câmara de compensação do BCV, permitindo a centralização dos movimentos de recebimentos e pagamentos na conta corrente do Tesouro, aberta junto do banco central;

d) A limitação do acesso ao financiamento monetário que, com a aprovação da nova Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, passou de 10 para 5% das receitas correntes do Estado arrecadadas no ano anterior;

e) O início do funcionamento do mercado secundário de títulos.

Apesar dos avanços conseguidos, alguns constrangimentos ainda persistem:

a) O processo de concepção e elaboração do orçamento do estado continua burocratizado, complexo e pesado;

b) Há significativas ineficiências no funcionamento dos serviços, devidas a dificuldades organizacionais e nos sitemas de trabalho e de informações;

c) Há carência de gestores altamente qualificados em finanças públicas;

d) O sistema de informações apresenta grandes insuficiências;

e) O sistema de gestão da ajuda pública ao desenvolvimento carece de melhorias substanciais;

f) A bancarização das operações de pagamentos do Tesouro é insuficiente;

g) O desenvolvimento do mercado de títulos da dívida pública não atingiu, ainda, o grau pretendido e necessário.

Assim, com o propósito de criar as melhores condições para o desenvolvimento do mercado e da iniciativa privada, o Plano de Desenvolvimento 1997/2000 contemplará um amplo programa de reforma da administração financeira do estado, que considerará, desiginadamente, o seguinte:

a) O desenvolvimento institucional dos departamentos responsáveis pela execução da política fiscal e do orçamento;

b) O desenvolvimento de sistemas de informação relativos à preparação e execução da política fiscal, do orçamento e seu controlo, bem como à gestão financeira mais eficiente, eficaz e efectiva;

c) A integração de todas as componentes do sistema de gestão financeira da ajuda pública ao desenvolvimento no sistema geral de gestão orçamental, financeira e patrimonial do estado;

d) O aperfeiçoamento dos mecanismos de consolidação do orçamento do sector público administrativo;

e) A melhoria da acção fiscalizadora e inspectiva sucessiva da Inspecção Geral das Finanças e do Tribunal de Contas;

f) A bancarização completa das operações do Tesouro;

g) O desenvolvimento do mercado de capitais e a utilização do mesmo para a colocação dos títulos da dívida pública junto do público e das empresas.

3.3 – O sistema financeiro

Até 1993, o sistema financeiro cabo-verdiano era essencialmente baseado numa única instituição, o Banco de Cabo Verde (BCV), ao qual estavam cometidas as funções de banco central e de banco universal. Paralelamente, existia uma instituição de poupança e crédito, a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV).

A reforma do sistema financeiro começa a ganhar corpo em 1991, com a cisão do Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS), tendo sido criadas, a partir do mesmo, duas novas instituições: uma ligada à actividade de previdência social - o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) – e outra ligada à actividade seguradora - a companhia de seguros GARANTIA, sarl.

Em 1992, foi constituída uma segunda companhia de seguros - IMPAR - com capitais privados nacionais e estrangeiros.

Para exercer a função de supervisão da actividade seguradora, foi criado o Instituto de Seguros de Cabo Verde (ISCV).

1993 foi o ano do início das grandes mudanças no sistema financeiro cabo-verdiano. Efectivamente, desse ano a esta parte, registaram-se alterações significativas no sistema financeiro, das quais se salientam:

a) A criação do Banco Comercial do Atlântico;

b) A alteração dos estatutos da CECV, transformando-a num banco universal;

c) A criação da Caixa de Crédito Rural (CCR), com a finalidade de ultrapassar as dificuldades encontradas pelos sectores da agricultura, pescas e cooperativas no acesso ao crédito;

d) A publicação de legislação sobre as instituições bancárias, sociedades de investimento, agências de câmbio, escritórios de representação, sociedades de desenvolvimento regional, sociedades de capital de risco e sociedades de locação financeira;

e) A criação dos bilhetes e obrigações do Tesouro, importantes e novos instrumentos financeiros, permitindo assim o financiamento dos défices orçamentais sem recurso à emissão de moeda primária, bem como criando mais uma alternativa para a aplicação das poupanças dos agentes económicos.

Em 1995, surgiram no mercado financeiro novas instituições, estrangeiras, nomeadamente o Banco Nacional Ultramarino (BNU), que abriu um escritório de re-

presentação, e o Banco Totta & Açores (BT&A), que abriu uma sucursal que oferece serviços comerciais.

Uma iniciativa importante foi a revisão dos estatutos do BCV, já concluída. Os novos estatutos conferem mais autonomia ao BCV, reformulam a sua atribuição principal, que passa a ser a execução da política monetária, e introduzem mecanismos com o propósito de promover o aperfeiçoamento técnico da instituição.

Há, também, a salientar o processo de revisão da legislação do sector segurador, actualmente em curso. Nesta óptica, e com o objectivo de adaptar a legislação existente à realidade nacional, foram já formulados novos projectos de lei sobre as garantias financeiras, o seguro obrigatório automóvel e o seguro obrigatório de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Outras iniciativas foram desenvolvidas no sentido da progressiva liberalização do sistema monetário, como, por exemplo, a liberalização total das taxas de juro activas e passivas. Contudo, mantém-se, como instrumento privilegiado da política monetária, a fixação de limites à expansão do crédito.

No que diz respeito à constituição de novas instituições financeiras especializadas, há a salientar os resultados positivos de um estudo de viabilidade para uma sociedade de locação financeira, realizado com apoio da Sociedade Financeira Internacional, do grupo Banco Mundial.

Entretanto, a iniciativa de maior vulto, nesse capítulo, é, sem dúvida, a realização do estudo desenvolvimento e viabilidade do mercado de capitais, incluindo uma bolsa de valores.

Apesar das reformas até agora executadas, o sistema financeiro cabo-verdiano continua a ser caracterizado pela sua natureza embrionária, constituído por três instituições bancárias (BCA, CECV, BT&A), quatro instituições parabancárias (CCR, PROMOTORA, BNU, CABOCÂMBIO) e duas seguradoras (ÍMPAR, GARANTIA). É notório o execessivo peso relativo que o sector monetário-bancário representa no conjunto do sistema.

Por outro lado, é patente a grande estreiteza de instrumentos de aplicação efectiva de poupança, não satisfazendo minimamente a diversidade de preferências dos agentes económicos quanto a rendimento, liquidez e risco, e não cobrindo adequadamente os motivos que levam os diferentes agentes económicos a poupar.

As instituições financeiras não monetárias poderão dar uma contribuição importante para a dinamização e desenvolvimento do mercado de capitais, quer pela emissão de títulos próprios para subscrição pública, quer promovendo a colocação de títulos emitidos por empresas, quer, ainda, pela aquisição de obrigações e participações de capital.

Com o processo de privatização e comercialização de empresas públicas e mistas, tornou-se evidente a necessidade da criação de condições para o desenvolvimento de um mercado de valores mobiliários.

Face à escassez de recursos para investimento que se verifica em Cabo Verde, é necessário que o Plano garanta que o desenvolvimento das instituições financeiras não monetárias se processará no quadro das prioridades que derivam dos objectivos e condicionantes da política económica assumida pelo Governo. A criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios, à poupança e ao investimento é um dos objectivos fundamentais do Plano, tendo em conta a opção de desenvolvimento de uma economia de mercado de base privada.

Com este proposíto, o Plano dará a devida atenção à consolidação das reformas do sistema financeiro, já executadas, bem como ao seu desenvolvimento.

No âmbito da reforma do sistema financeiro, os bancos *comerciais do estado*, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Comercial do Atlântico, serão privatizados: o primeiro deverá ser totalmente privatizado, até o fim da legisltura, devendo registar a sua privatização parcial, ainda durante o ano de 1997; o segundo será privatizado, parcialmente, após a conclusão do programa de desenvolvimento organizacional, em curso.

Ainda no âmbito do desenvolvimento do sistema financeiro, o Plano fixa como objectivos o desenvolvimento da função financeira dos Correios de Cabo Verde, sarl, o reforço da capacidade de intervenção da Caixa de Crédito Rural, sarl e a consolidação da sociedade de capital de risco, A Promotora,sarl. O Plano contemplará as medidas susceptíveis de fazer com que seja constituída, no mais curto espaço de tempo, pelo menos uma sociedade de locação financeira.

Contemplará, ainda, a revisão da legislação do sector segurador e da previdência social, no sentido de adaptá-la ao novo contexto político e económico do país.

O Plano fixa, também, como objectivo a promoção do desenvolvimento horizontal e vertical do sistema financeiro, de modo a se constituirem grupos capazes de apoiar não apenas a economia interna como, ainda, o comércio externo e as actividades económicas com vocação para a internacionalização (como, por exemplo, a construção civil, a agricultura e pescas, os transportes aéreos e marítimos, as telecomunicações).

São, ainda, consideradas objectivoss fundamentais do Plano 1997-2000:

a) A instalação e funcionamento da Bolsa de Valores de Cabo Verde;

b) O reforço do papel das instituições financeiras não monetárias.Nesta óptica, as recentes medidas legislativas sobre as instituições financeiras não monetárias deverão ser reforçadas e complementadas com medidas relativas a outras instituições financeiras não monetárias (fundos de pensões, fundos de investimento, instituições de "factoring", etc.), possibilitando, assim, uma cobertura mais adequada dos diversos motivos de poupança das famílias.

c) À criação de condições para o desenvolvimento de um mercado de valores mobiliários.

3.4 – O sector empresarial do estado

Até meados de 1991, o Estado detinha uma presença dominante na economia, sendo os investimentos públicos o principal responsável pelo crescimento económico registado até então. A título de exemplo, mencio e-se

o importante peso do sector empresarial do estado (SEE), que contribuía com cerca de 25% do rendimento nacional. A inadequação de um tal modelo tornara-se evidente, sendo de se realçar a baixa eficiência, produtividade e competitividade das empresas do SEE. O conjunto das empresas desse sector vinha apresentando resultados negativos ao longo dos anos, tendo sido o resultado consolidado da ordem de 600 mil contos negativos, em 1991.

Por outro lado, o elevado peso do estado como agente económico directo impedia a participação do sector privado e, consequentemente, o desenvolvimento da iniciativa privada nacional.

Com o objectivo de afastar o estado do papel de agente económico directo e de reforçar o seu papel de regulador e promotor da actividade económica, foi iniciado, em 1992, um programa de reforma do SEE, incluindo, nomeadamente, a privatização da maior parte das empresas públicas e a reestruturação das demais, por forma a torná-las económica e financeiramente rentáveis.

Os resultados do processo de reforma e reestruturação do SEE são, já, sentidos, e têm revelado uma melhoria significativa no seu desempenho económico, traduzido não só na redução da dimensão da intervenção directa do estado na economia, como, ainda, na melhoria substancial do desempenho das empresas públicas. Como exemplo, cite-se o facto dos resultados consolidados terem sido de mais de 700 mil contos positivos, em 1995.

Tendo em conta a opção pelo desenvolvimendo do mercado e da iniciativa privada, o Plano 1997-2000 dará particular importância à consolidação do programa de reforma e reestruturação do sector empresarial do estado.

3.5 – O sistema educativo

Cabo Verde iniciou os anos 90 com um sistema educativo completamente inadequado para as suas necessidades, no âmbito do processo de desenvolvimento. Entre as lacunas existentes salientavam-se:

a) A elevada taxa de analfabetismo;

b) A baixa taxa líquida de escolarização no ensino técnico e profissional;

c) A inadequação dos programas às necessidades do país;

d) A ligação ensino-investigação quase inexistente, encontrando-se esta numa fase embrionária e carente de estruturas de apoio, tais como bibliotecas, laboratórios, livrarias especializadas, etc;

e) As insuficiências das infraestruras físicas, dos equipamentos e da qualificação do pessoal docente;

f) As importantes carências nas esferas da programação e da gestão do sistema educativo, designamente no que respeita à ligação ao mercado de trabalho e à estratégia de desenvolvimento do país.

Justificava-se, por isso, a necessidade de uma reforma do sistema educativo, com o objectivo de reestruturar e desenvolver o sistema, de modo a adaptá-lo à realidade do país e a prepará-lo para responder às necessidades de desenvolvimento dos recursos humanos, na perspectiva do desenvolvimento sócio-económico de Cabo Verde.

O sistema educativo encontra-se actualmente em plena mudança, orientada para a realização do direito à educação e para a promoção do desenvolvimento auto-sustentado do país. Entre as actividades em curso ou executadas destacam-se a revisão do estatuto e da carreira do pessoal docente, o desenvolvimento de novos modelos de gestão, a introdução de material didáctico-pedagógico moderno, a construção de novas salas de aula, a introdução de novos manuais e material pedagógico, e a capacitação dos recursos humanos. Por outro lado, um conjunto de instrumentos jurídicos foi publicado nos últimos anos a fim de dar suporte às mudanças estruturais do sistema.

A primeira fase da Reforma, centrada no ensino básico, encontra-se já concluída. Os objectivos foram alcançados em grande medida, persistindo, contudo, deficiências várias a que a reforma não conseguiu dar resposta.

A segunda fase da Reforma, centrada na vertente técnica e profissional do ensino, acaba de arrancar, tendo por objectivo adequar a força de trabalho às necessidades das empresas. Paralelamente, e com o mesmo objectivo, encontram-se em curso e em preparação programas vários de formação profissional de curta duração.

O Plano de Desenvolvimento 1997-2000 dará especial relevo ao desenvolvimento dos recursos humanos, tanto na óptica de curto prazo, isto é, da formação profissional de curta duração, como na óptica de longo prazo, ou seja, da capacitação técnica da mão de obra caboverdiana. Esta opção resulta da convicção de que os recursos humanos são o principal recurso de Cabo Verde e que os modelos futuros de especialização do país serão função da qualificação da mão de obra.

Por isso, a segunda fase da reforma do sistema educativo deverá ter como centro a vertente profissional e técnica do ensino.

Em paralelo e tendo em conta a realidade actual do mercado de trabalho, caracterizado pela existência de abundante mão de obra sem qualificação, programas específicos de formação profissional, de curta duração, dirigidos essencialmente ao sector mais jovem da população activa, especialmente àqueles que procuram o primeiro emprego, serão executados. Na preparação e execução dos programas, ter-se-á em conta o lado da procura do mercado de trabalho. O desenvolvimento desses programas inclui o apoio às empresas, particularmente às que estiverem na fase de instalação ou desenvolvimento, nos seus próprios esforços de formação profissional.

3.6 – A administração pública

A análise da estrutura dos efectivos da Função Pública revela não existirem quadros superiores em quantidade e qualidade suficientes para enquadrar a super abundância de pessoal não qualificado. Por outro lado, a gestão dos efectivos é feita com base em instru-

mentos inadequados e não existe um sistema organizacional de gestão integrada de estruturas e dos efectivos.

As insuficiências do sistema de gestão de recursos humanos da administração pública, aliadas ao volume excessivo de pessoal não qualificado, às estruturas desenvolvidas sem critérios de racionalidade, aos inadequados sistemas de trabalho e de informações, bem como a uma cultura organizacional moldada para servir o regime de partido único e a economia estatizada criam sérias dificuldades no relacionamento da administração pública com a sociedade civil e representam um sério constrangimento na concretização da opção pelo desenvolvimento do mercado e da iniciativa privada.

A partir de 1991, deram-se passos significativos no sentido do desenvolvimento organizacional da administração pública. Resultados positivos desse processo são, já, sentidos, sendo de salientar:

a) A melhoria da capacidade de resposta do sector público;

b) A melhor aproximação do cidadão e da sociedade civil da administração pública;

c) Uma maior inter-relação sector público/sector privado e sector público/organizações da sociedade civil, nomeadamente na prestação de serviços públicos;

Apesar dos ganhos referidos, continuam a subsistir alguns problemas, designadamente:

a) No processo de descentralização;

b) Avanço relativamente lento do programa de redução dos efectivos da administração pública;

c) A não racionalização e compatibilização dos diferentes sistemas de tratamento e gestão de informação;

d) A permanência de estruturas pesadas e de rotinas de trabalho carecendo de simplificação;

e) A absorção lenta, pelos diferentes níveis da organização, de novos valores e elementos de cultura, capazes de conferir maior peso ao binómio preço/qualidade.

g) A falta de adequado dinamismo na coordenação e concertação entre departamentos e serviços centrais, e entre estes e os municípios.

Considerando o diagnóstico feito e o objectivo de dotar o país de uma administração pública ao serviço do desenvolvimento, o Plano irá considerar, como uma das suas grandes prioridades, o desenvolvimento de um ambicioso programa de reforma da administração pública. Para além da consolidação dos avanços já conseguidos, esse programa de reforma terá como preocupação essencial melhorar a eficácia e a eficiência da administração pública e, sobretudo, aumentar a sua efectividade e adaptar a sua cultura ao contexto específico de uma economia de mercado, de base privada.

Deste modo, a reforma da administração pública, durante o período 1997-2000, deverá privilegiar a racionalização das estruturas, bem como a simplificação das rotinas de trabalho e o desenvolvimento do sistema de informações. Será, também, prestada muita atenção ao desenvolvimento da cultura organizacional e das carreiras do emprego público, com o objectivo de introduzir elementos adicionais de competitividade, passíveis de fazer aumentar a qualidade do serviço prestado pela Administração.

3.7 – As infraestruturas

O III Plano Nacional de Desenvolvimento priorizou um conjunto de infraestruturas básicas de desenvolvimento, designadamente no domínio das infraestruturas de transportes e comunicações.

De entre as infraestruturas de transportes e comunicações, merecem referência a reabilitação e desenvolvimento do Porto Grande de S.Vicente, a aquisição de equipamentos de descarga e movimentação de mercadorias para o Porto da Praia, a conclusão do cais do porto do Tarrafal de S.Nicolau, a conservação e melhoria da rede viária, a construção do terminal de carga do Aeroporto Internacional Amilcar Cabral e a construção, em curso, dos cais dos portos de Sal-Rei, na Boavista, e do Porto Inglês, na Ilha do Maio. Importantes investimentos foram, também, faitos na área das telecomunicações, sendo de destacar o lançamento do cabo inter-ilhas de fibra óptica, em execução.

Convém referir que alguns investimentos previstos no III Plano, e não realizados, como a reabilitação do Porto de Vale dos Cavaleiros, na Ilha do Fogo, e a construção do cais do Porto de Furna, na Ilha Brava, estão na fase de arranque.

Quanto às infraestruturas directamente relacionadas com o desenvolvimento de zonas industriais, encontra-se já concluído o parque industrial da Praia, incluindo o abastecimento adequado em água, energia e evacuação de efluentes. Por outro lado, encontram-se em estado avançado os estudos relativos ao parque industrial do Mindelo.

Apesar dos significativos investimentos feitos nas áreas das infraestruturas, ou em fase de execução ou arranque, mantêm-se enormes carências, na perspectiva do desenvolvimento do mercado e da iniciativa privada. As principais carências situam-se nos domínios da produção, transporte e distribuição de energia, do saneamento básico e das telecomunicações.

O Plano 1997-2000 pretende dar continuidade ao programa de infraestruturas portuárias, aeroportuárias e rodoviárias, em execução.

Porém, durante o período de 1996-2000, o desenvolvimento de infraestruturas deverá centrar-se no seguinte:

- Desenvolvimento de zonas industriais.
- Execução de um amplo programa que cobrirá os sectores da energia e do saneamento, com o objectivo, entre outros, de satisfazer, nas melhores condições, as necessidades das empresas.

– Desenvolvimento das telecomunicações - Neste sentido, está a ser executado o lançamento do cabo submarino de fibra óptica para as ligações entre as ilhas do Arquipélago, e pretende-se assegurar a ligação da rede nacional de telecomunicações a um cabo submarino intercontinental de fibra ópitca.

Estes objectivos, associados a outros como a digitalização completa da rede, o aumento substancial da taxa de cobertura, a opção pelo telefone celular como via para a expansão das redes das zonas de povoamento disperso ou distantes das centrais, a promoção dos designados produtos de valor acrescentado virão permitir que nos próximos cinco anos Cabo Verde ofereça aos utentes, nomeadamente às empresas, o que existirá de mais avançado em matéria de telecomunicações, traduzido, parcialmente, em ligações fáceis e da mais elevada qualidade com as mais diferentes parcelas do Globo e em condições capazes de garantir um fluxo de tráfego praticamente ilimitado.

3.8 – Promoção da iniciativa privada

Nos últimos anos várias medidas de promoção e apoio à iniciativa privada foram e continuam a ser levadas a cabo, seja na vertente interna seja na vertente externa. As principais medidas e o seu impacto são a seguir caracterizados.

3.8.1 – Apoio à Iniciativa de Jovens Empresários (AIJE) - Criado em 1994, o AIJE tem por objectivo fomentar a participação dinâmica dos jovens no processo de expansão do tecido empresarial cabo-verdiano. O programa apoia projectos que têm por objectivo a criação, expansão ou modernização de empresas com capital e gestão maioritáriamente detidos por cidadãos nacionais com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos. O apoio é concedido a projectos nos sectores produtivos ou de serviços prestados. Os incentivos consistem em financiamentos a fundo perdido e/ou com juros bonificados.

O programa, gerido pela Direcção Geral da Juventude, recebe assistência técnica do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE) na análise dos projectos apresentados a financiamento. O impacto do programa tem sido positivo mas limitado. O principal problema tem a ver com o financiamento da assistencia técnica necessária à preparação do projecto e ao acompanhamento deste, particularmente durante a fase de arranque.

3.8.2 – Programa de fomento empresarial (PROFE) - Criado em 1994, o PROFE é um programa de incentivos com a finalidade da promoção, do apoio e fortalecimento de pequenas e médias empresas (PMEs) caboverdianas. Gerido pelo IADE, o programa compreende quatro módulos:

a) Apoio à realização de estudos;

b) Assistência técnica especializada;

c) Apoio à formação e aperfeiçoamento profissionais;

d) Apoio ao financiamento de projectos.

O PROFE é financiado pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI). Dos 50.000 contos de dotação inicial do FDI, apenas cerca de 15.000 contos foram utilizados, desde o seu estabelecimento. O principal obstáculo encontra-se no facto do programa ser demasiado rígido para a realidade do país. Mencione-se, por exemplo, as exigências em termos de número de trabalhadores das empresas beneficiárias e a definição dos sectores de actividade.

3.8.3 – Caixa de Crédito Rural (CCR) – Fundada em Abril de 1994, a CCR destina-se a apoiar financeiramente os sectores da agricultura, pescas, cooperativo e o desenvolvimento rural. A instituição financiou já alguns projectos e tem muitos outros em carteira.

O principal problema com que se depara a CCR é a falta de recursos e a necessidade de reforçar a estratégia de intervenção para a instituição. Os dois problemas estão interligados, já que sem uma estratégia clara a instituição não poderá mobilizar os recursos necessários ao seu funcionamento.

3.8.4 – Promoção da actividade industrial - A promoção da actividade industrial encontra-se consagrada, em parte, no Estatuto Industrial. O Estatuto concede incentivos aduaneiros e fiscais aos projectos industriais averbados no cadastro industrial. Incentivos adicionais são ainda concedidos a projectos localizados fora da zona urbana dos concelhos da Praia e S. Vicente e fora do concelho do Sal, bem como a projectos destinados à produção de bens que pela primeira vez são fabricados no país.

Recentemente, novos incentivos foram criados, com a adopção da Lei do Fomento das Exportações.

Apesar de um certo dinamismo experimentado pelo sector industrial nos últimos anos, a indústria desempenha, até agora, um papel limitado na economia do país, visto ser ainda diminuto o número de empresas que se dedicam às actividades industriais. Por isso e apesar das evolução favorável recentemente registada, a expressão da insdústria na formação do PIB mantem-se reduzida.

3.8.5 - Promoção do investimento no sector das pescas - O Fundo de Desenvolvimento das Pescas contribui com um conjunto significativo de incentivos ao investimento no sector.

Criado em 1994, o FDP compreende quatro áreas fundamentais de intervenção:

a) Prestação de garantias, fianças e avales;

b) Bonificação de taxas de juro;

c) Atribuição de subsídios a fundo perdido;

d) Compensação pelo abate de embarcações vetustas.

Como já tinha sido referido, a Caixa de Crédito Rural é outra instituição que actua no domínio da promoção do investimento na área das pescas.

Por outro lado, com a ajuda de parceiros de Cabo Verde, dos quais se destacam o BAD, o BADEA, os Fundos Nórdicos e a Islândia, as instituições públicas nacionais ligadas à promoção do sector das pescas têm dado passos importantes em direcção à plena capacitação do sector. Programas especiais nos domínios da pesca artesanal e industrial, da transformação e co-

mercialização do pescado, da formação de recursos humanos e da ciência e tecnologia têm tido resultados positivos.

3.8.6. Promoção do investimento no sector do turismo - A promoção do investimento no sector do turismo é realizada através do Fundo de Desenvolvimento Turístico (FDT). Criado em 1994 e gerido pelo Centro de Promoção Turística, do Investimento e das Exportações (PROMEX), o FDT presta apoio nos seguintes moldes:

a) Subsídios para a realização de actividades turísticas e execução de empreendimentos turísticos;

b) Garantias com vista à obtenção de crédito turístico;

c) Bonificação de juros no âmbito do crédito turístico.

A natureza de regime do ex-INATUR, que não estabelecia competências, nem regulamentares nem legislativas, levou a que o FDT não fosse regulamentado até esta data. A absorção de competências pelo PROMEX, na área do turismo, determinou que o exercício de competências fosse assumido na globalidade, criando condições jurídico-institucionais para adopção de medidas regulamentares tendentes a dar execução ao FDT. Prevê-se, para finais deste ano, a regulamentação do FDT.

Outro instrumento de promoção do investimento turístico é o Estatuto de Utilidade Turística (EUT). Criado em 1992, o EUT concede incentivos aduaneiros e fiscais a empreendimentos com EUT. Os incentivos atribuídos pela utilidade turística têm sido apreciados pelos beneficiários, reportando-se, neste momento, um número de 57 estabelecimentos hoteleiros e similares declarados de utilidade turística.

3.9 – Promoção do investimento externo

A promoção do investimento externo tem sido uma das principais preocupações do Governo nos últimos anos. Medidas várias de carácter institucional, legislativo e de simplificação dos processos têm sido executadas. De entre as medidas específicas, salientam-se:

a) Lei do Investimento Externo (LIE) - Destinada a apoiar o investimento feito com financiamento externo e susceptível de avaliação pecuniária, a LIE, aprovada em 1993, concede incentivos fiscais aos empreendimentos beneficiando do estatuto de investidor externo.

Por outro lado, as actividades económicas com participação de investimento externo beneficiam ainda dos incentivos fiscais, aduaneiros e financeiros aplicáveis aos respectivos sectores de actividade.

b) Lei das Empresas Francas (LEF) – Aprovada também em 1993, a LEF concede importantes incentivos fiscais e aduaneiros aos empreendimentos produtivos virados exclusivamente para a exportação.

Para além dos incentivos gerais e especiais, o estado concede outros benefícios ao investimento externo, a saber:

a) Subsídios à formação;

b) Disponibilização de instalações industriais;

c) Financiamento de assistencia técnica e actividades de promoção.

A melhoria do clima de investimento tem tido um impacte importante na procura e realização do investimento externo, no país. Nos últimos dois anos, foram apresentados 57 projectos de investimento, 24 dos quais foram já concretizados, 8 encontram-se em fase avançada de investimento, e 17 têm fortes probabilidades de virem a ser executados num futuro próximo, resultando, assim, num índice global de sucesso de 86%.

Para além do impacto directo sobre a economia nacional, nomeadamente em termos de investimento (cerca de 100 milhões de dólares apenas nos últimos dois anos), emprego (cerca de 1.000 postos de trabalho directo já criados) e saldo em divisas, salientam-se o impacto também positivo sobre o sector privado, traduzido na participação do empresariado nacional em vários dos empreendimentos já concretizados e na capacitação da mão de obra nacional.

Com a realização do programa de promoção do sector privado, o estado tem vindo a afastar-se do seu antigo papel de agente económico directo, a favor da criação de um espaço económico favorável à iniciativa privada.

Já foram dados passos fundamentais na alteração da legislação de base, tendentes à criação de um novo quadro legislativo e regulamentar propiciador do desenvolvimento do sector privado. Contudo, existe ainda a necessidade de adaptação de alguns desses instrumentos à realidade do país, bem como de regulamentação e criação de normas que conduzam à simplificação dos procedimentos administrativos.

Embora o Governo tenha promovido o desenvolvimento do sector privado, quer através de instituições públicas que apoiam operadores privados, quer através de apoio à iniciativa privada na criação de instituições de promoção dos interesses do sector, é ainda limitado o apoio concreto ao agente económico para a realização de projectos produtivos e a concretização de oportunidades de investimento.

Para além do referido, importa regulamentar convenientemente os diferentes mercados, designadamente nos domínios financeiro, da concorrência e da qualidade, por forma a responder aos desafios da liberalização económica.

É assim que a opção pela consolidação e desenvlvimento das condições indispensáveis à promoção da iniciativa privada é um dos principais objectivos do Plano 1997-2000, com a finalidade de garantir o seguinte:

a) Assegurar o crescimento económico autosustentado e acelerado;

b) Criar uma economia dinâmica e optimizadora dos recursos disponíveis;

c) Vencer o subdesenvolvimento económico e social.

Neste sentido, para além de assegurar a consolidação e o desenvolvimento dos programas e instrumentos acima referidos, o Plano deverá considerar o seguinte:

***a*) Programa de regulamentação e disciplina dos mercados**

A regulamentação e disciplina dos mercados, nomeadamente a definição e elaboração de normas claras sobre o comportamento dos diversos agentes económicos, é uma condição fundamental para o desenvolvimento de uma economia de mercado.

Foram já identificadas as lacunas existentes nessa área e encontram-se programadas iniciativas várias por forma a colmatar as mesmas. Algumas dessas iniciativas encontram-se já em curso, destacando-se o processo de revisão do Código Comercial, cuja versão preliminar foi já apresentada. Outra importante iniciativa, actualmente em curso, é a revisão do Regime Jurídico Geral do Comércio.

A opção feita de construção de uma economia de mercado de base privada, bem como as novas formas de execução da política económica, exigem a definição de *regras claras* de comportamento dos sujeitos económicos, designadamente com o objectivo de garantir o correcto funcionamento do mercado e, também, práticas sãs de concorrência, bem como a justiça e a democracia económicas.

O Plano dará continuidade às medidas que estão a ser tomadas com o propósito de fazer a actualização da legislação económica e garantir a efectividade da justiça no julgamento dos delitos económicos. Neste sentido, dar-se-á continuidade aos trabalhos relativos à revisão da legislação económica e comercial, à preparação da lei que regulamentará a concorrência, à instalação do Tribunal Fiscal e Aduaneiro, bem como à criação de soluções capazes de garantir o rápido julgamento dos delitos e infracções de natureza económica.

Para além disso, o Plano deverá assegurar a regulamentação, a curto prazo, da lei do controle da qualidade, com prioridade para a qualidade alimentar.

No âmbito do programa de regulamentação e disciplina dos mercados, o Plano considerará, ainda, o desenvolvimento de uma instituição de fiscalização económica e a edificação do sistema nacional da qualidade.

b) Programa de protecção e segurança económicas

A segurança é, nos dias de hoje, um bem extremamente raro, em todo o mundo. Tão raro que passou a ser um elemento de vantagem competitiva das nações.

Cabo Verde situa-se entre os poucos países que se orgulham de oferecer, em simultâneo, dois bens preciosos: a liberdade e a segurança.

A liberdade é, hoje e no nosso país, um dado perfeitamente adquirido e consolidado. A segurança também, nomeadamente a segurança económica.

Consciente da importância deste bem para o desenvolvimento do país e de uma economia de mercado, o Plano dará continuidade e desenvolverá a política de protecção e segurança económicas, assente em três pilares principais:

1º A protecção e segurança pela via da execução de políticas macro-económicas sãs, nomeadamente pela execução de políticas de estabilização a curto prazo com vista a garantir os equilíbrios interno e externo. Com estas políticas, quer-se assegurar a confiança dos agentes económicos nos preços, nos salários, no controle da inflação, nas taxas de câmbio e de juros, bem como na liquidez externa da economia.

2º A protecção e segurança pela via do direito e da sua aplicação, de modo a fazer de Cabo Verde um país cada vez mais conhecido pela protecção que garante às pessoas e aos bens.

3º A protecção pela via da actuação das instituições com responsabilidades de polícia na esfera económica, como forma de garantir a prevenção e a actuação relativamente às infracções e aos delitos económicos, designadamente dos delitos económicos internacionais.

c) Programa de reorientação do comércio de importação.

No concernente à reorientação do comércio de importação de produtos de consumo corrente e de matérias primas, o Plano considerará a necessidade de reorientar o comércio para países do Sul, com o propósito de reduzir o preço dos factores, designadamente do factor trabalho e das matérias primas. Pretende o Plano consagrar políticas públicas capazes de permitir o incremento significativo do comércio com os mercados da CEDEAO e da África Austral, nomeadamente com os PALOP, da América do Sul e do Extremo Oriente.

Assim, no que respeita ao Extremo Oriente, manterá o compromisso de garantir as condições necessárias à manutenção de uma linha marítima regular entre Cabo Verde e um porto franco com ligações ao Oriente, criando, deste modo, uma das condições indispensáveis para o desenvolvimento do comércio com os países da Bacia do Pacífico, comércio esse que é de grande interesse tanto para os operadores que se situam em certos ramos da indústria, como para os que se dedicam ao comércio.

Quanto às ligações marítimas com a África Austral e a América do Sul, após a realização de estudos tendentes a identificar as melhores soluções, serão definidas políticas públicas que facilitarão as ligações marítimas com essas regiões.

Relativamente à Africa do Oeste, o Plano manterá o compromisso, já assumido, de assegurar pelo menos uma ligação mensal com os principais portos da Região.

Ainda tendo por base a preocupação de diversificar os mercados externos e de reorientar o comércio, o Plano promoverá, através do PROMEX e das instituições representativas do sector privado, missões comerciais a países da Africa Ocidental e Austral e a países da América do Sul, designadamente à Argentina e ao Brasil.

O Plano assegurará as medidas capazes de garantir que nessas missões haja uma expressiva e equilibrada representação do tecido empresarial cabo-verdiano.

d) Programa de transportes aéreos.

O Plano considerará a importância dos transportes aéreos, tanto no que respeita às ligações internas como no que se refere às ligações internacionais, para o êxito do desenvolvimento do sector privado e do mercado.

Também considerará que, apesar dos avanços conseguidos, a situação presente das ligações aéreas, particularmente das ligações internacionais, não favorece a estratégia de desenvolvimento que propõe para Cabo Verde.

Por isso, os próximos anos serão especialmente dedicados à melhoria significativa das ligações aéreas, tendo em conta que essas ligações são um elemento condicionador da circulação de pessoas e mercadorias e, por esta via, das iniciativas empresariais.

Nesta óptica, dois vectores principais irão orientar o Plano, neste domínio, a saber:

- Em primeiro lugar, o desenvolvimento e o reforço da capacidade da transportadora aérea nacional tanto no domínio operacional como nas áreas comercial, financeira, organizacional e de recursos humanos;

- Em segundo lugar, a criação de condições de mercado capazes de determinar uma melhor oferta segundo o binómio qualidade/preço, e de garantir o aumento da frequência das ligações internacionais e a sua diversificação, tanto no que respeita aos aeroportos de destino como aos de origem.

e) Programa de desenvolvimento de feiras.

De entre os programas do Plano, conferir-se-á importância particular ao programa de criação, desenvolvimento e promoção de feiras.

A FIC será dotada de instalações multifuncionais, tanto na Praia como no Mindelo. As instalações do Mindelo estarão orientadas para as exposições de carácter internacional, enquanto as da Praia se orientarão para as exposições de carácter regional. Aliás, pretende-se aproveitar os espaços do actual aeroporto da Praia, uma vez concluído o novo aeroporto, para se instalar a FIC e transformá-la numa feira da região da CEDEAO.

O desenvolvimento da FIC far-se-á em simultâneo com o apoio às instituições e organizações representativas do tecido empresarial.

f) Programa de desenvolvimento dos mercados.

O desenvolvimento dos mercados é um objectivo essencial. Para se atingir esse objectivo, serão concretizados os seguintes sub-programas:

a) Mercado Interno – O programa propõe-se dar continuidade às acções, iniciadas em 1991, com vista ao *desenvolvimento do mercado interno*. Com este propósito, dará continuidade ao processo de unificação do mercado interno, de liberalização das trocas comerciais e de remoção das dificuldades que ainda subsistem no plano administrativo e que dificultam a livre iniciativa.

Um dos objectivos prioritários *é a simplificação do processo administrativo de criação de empresas*, a fim de tornar esse processo cómodo, rápido e pouco dispendioso.

Um outro objectivo importante é a conclusão da legislação e a edificação das instiuições capazes de garantir a transparência, a justiça e a democracia económicas.

Tendo em conta as dificuldades que a transformação do modelo de economia fechada e estatizada em economia aberta e de base privada pode trazer para certos sectores industriais, O Plano incluirá benefícios para as empresas que enfrentarem esse tipo de dificuldades, inseridos em programas de ajustamento sectorial, com vista a assegurar a sua readaptação às novas condições de mercado, nas melhores condições.

Ainda no domínio do mercado interno, uma atenção particular será prestada no sentido de garantir as melhores condições do seu funcionamento, designadamente pelo desenvolvimento de normas e instituições disciplinadoras da concorrência; serão, ainda, assegurados os meios susceptíveis de permitir a igualdade de oportunidades aos agentes económicos, bem como normas de qualidade.

Será dada continuidade às medidas com propósito de melhorar o funcionamento das alfândegas, dos portos e dos transportes marítimos inter-ilhas.

A estabilidade dos preços e a competitividade das operações portuárias serão objectivos fundamentais do Governo.

Como já fora referido, a criação de condições para o julgamento rápido das infracções e dos delitos económicos será outro objectivo essencial.

b) Mercado regional – O Governo defende que a integração do espaço económico regional é de extrema importância para todos os países da CEDEAO e, em especial, para Cabo Verde.

Reconhecendo as dificuldades, nomeadamente de ordem administrativa, que ainda obstaculizam a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais no interior da Comunidade, o Plano dará continuidade à política de desenvolvimento de acordos bilaterais, com os outros países da Região, com vista à aplicação do Tratado da CEDEAO, revisto, nas relações entre esses países e Cabo Verde.

Aos sectores económicos cabo-verdianos com vocação para se desenvolverem numa óptica de mercado regional, bem como às empresas que entenderem fazer a opção pelo mercado da CEDEAO serão concedidos incentivos especiais com vista a facilitar a sua penetração nesse mercado.

c) Mercado étnico – O Governo que vigorou de 1991 a 1995 defendeu que a diáspora poderia constituir um mercado de relativo interesse para os produtos tipicamente caboverdianos.

Experiências recentes mostram que a diáspora caboverdiana reage bem a esses produtos, mas de igual modo reage relativamente a produtos que, embora não estejam entre os considerados tipicamente caboverdianos, tenham sido produzidos em Cabo Verde.

O Plano 1997/2000 contemplará a execução de um conjunto de medidas de apoio e incentivo às empresas que vierem a orientar os seus produtos para os mercados da diáspora. Com esse propósto, apoiará as instituições do sector privado na elaboração de estudos de penetração nos referidos mercados, na execução de acções de promoção de Cabo Verde e dos produtos nacionais, bem como na identificação e desenvolvimento de programas com vista a vencer insuficiências de diferente natureza, como as características a que devem obedecer as embalagens e as rotulagens, o controle e garantia de qualidade e os meios de transporte.

d) Outros mercados – No âmbito da estratégia de inserção dinâmica de Cabo Verde na economia Mundial, o Governo propõe-se dar seguimento às políticas até agora desenvolvidas com vista a facilitar aos agentes económicos o conhecimento e a penetração nos mercados potencialmente mais vantajosos.

Porém, tendo em conta a crescente afirmação do sector privado e as novas formas associativas do sector empresarial, essas políticas serão preferencialmente desenvolvidas não apenas através dos programas e acções de instituições públicas, como o PROMEX, mas também através do apoio aos programas das instituições do sector privado, designadamente das câmaras de comércio e associações de ramos empresariais.

Especial atenção será dada à promoção de ligações marítimas e aéreas com os mercados considerados estratégicos, numa perspectiva que tenha em conta a frequência e a regularidade das ligações, bem como a minimização do seu custo.

Igual atenção será prestada às telecomunicações.

4. Aproveitar as vantagens da globalização e da regionalização

4.1 – A globalização e o investimento directo estrangeiro (ide)

A economia mundial é caracterizada pela grande concentração da produção e da riqueza em um número reduzido de países.

Com efeito, os treze maiores países industrializados, no seu conjunto, contribuem com cerca de 95% da produção dos países industrializados e cerca de 70% da produção mundial.

A economia americana ocupa uma posição dominante, representando mais de uma quarta parte da produção mundial e mais de dois terços da produção dos países industrializados.

No início da década de noventa a produção mundial total ultrapassava os vinte mil biliões de dólares.

Os 138 países em vias de desenvolvimento são responsáveis por menos de 25% da produção mundial. Destes, os 45 estados africanos sub-saharianos são responsáveis por menos de 1% da produção mundial.

Os países asiáticos de industrialização recente – Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan – são responsáveis por 2% da produção mundial.

A economia mundial, que entre 1991 e 1993 atingiu um crescimento de 1.2% ao ano, retoma a tendência para a aceleração a partir de 1994, estimando-se que venha a atingir um crescimento na ordem dos 3.2%, nos próximos tempos.

A África Sub-Sahariana, segundo as previsões para os próximos tempos, poderá crescer a uma taxa de 4%.

Globalmente, a saúde da economia mundial, particularmente a dos países em desenvolvimento, tem sido, em certa medida, determinada pela evolução da economia dos países mais industrializados (OCDE) em termos de crescimento, inflação, taxa de juro, fluxo de capitais, trocas internacionais e preço dos produtos de base.

Esses elementos apresentam tendência para a melhoria significativa, prevendo-se uma taxa de crescimento da economia desses países de, aproximadamente, 2,9%, como resultado, entre outros, do crescimento esperado do comércio internacional, da redução da inflação, que deverá fixar-se a taxas inferiores a 3%, e de uma certa melhoria e estabilização dos preços dos produtos de base, os quais constituem o grosso das exportações dos países em desenvolvimento.

Quanto aos mercados financeiros, apesar do aumento recente, as taxas reais de juro de longo prazo continuam inferiores à média dos últimos oito anos. Esse aumento recente deve-se fundamentalmente aos importantes défices orçamentais dos países da OCDE (cerca de 3% do PIB).

A globalização económica, resultado do processo de internacionalização das empresas e integração dos mercados, nas suas vertentes espacial e de produtos, determina uma dinâmica universal no sentido da afirmação, a todos os níveis, do livre-cambismo. Esta dinâmica é facilitada pela evolução tecnológica, em particular no que respeita aos sistemas de transportes e comunicações.

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) tem tido um papel de grande relevo no processo da globalização económica, sendo de destacar o papel desempenhado pelas empresas transnacionais, que asseguram parte expressiva das ligações entre as diversas economias nacionais, construindo um sistema integrado de produção internacional. As transnacionais vêm desdobrando os seus activos tangíveis e intangíveis (capital, tecnologia e capacidade de pesquisa e desenvolvimento, experiências organizacional e de gestão, ligações comerciais), com o objectivo de aumentar a sua competitividade e maximizar o seu lucro.

Com a referida estratégia, essas empresas têm vindo, igualmente, a contribuir para reforçar a base de recursos dos países receptores e a sua capacidade de produzir, para atingir e alargar mercados para os seus produtos, bem como para reestruturar as suas economias. Segundo a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), as 290.000 firmas, das quais 250.000 estrangeiras, directa ou indirectamente ligadas às transnacionais, são responsáveis por um stock de capital no exterior de 2.6 mil biliões de dólares e por vendas globais de 7 mil biliões de dólares, contribuindo as filiais estrangeiras com mais de 5 mil biliões de dólares.

Esta forma de integração, vem contribuindo para que cada vez mais se dê maior atenção à interacção entre investimento, comércio e outras formas de transações internacionais, na sua dupla função de acesso aos mercados de bens, serviços e factores de produção e de organização internacional da produção.

A nível bilateral, regional e internacional, vai-se atribuindo maior importância a acordos ligados ao IDE, como forma de aproximar as economias e contribuir para a melhoria das condições de circulação e protecção do capital.

Assiste-se, actualmente, a um aumento substancial de países a introduzir mudanças significativas nos seus regimes de investimento, com o propósito de estimular a atracção de IDE.

Globalmente, o stock e o fluxo de IDE continuam concentrados nos países desenvolvidos, particularmente na União Europeia, no Japão e nos Estados Unidos, quer em termos de origem quer de destino de investimento. Os países citados são responsáveis por aproximadamente 70% do fluxo de investimento a nível mundial. A liderança é dos Estados Unidos da América, que contribui com 1/4 do stock mundial e 1/5 de saída de investimento .

Em termos de tendência, nota-se uma certa recuperação do fluxo do IDE, a partir de 1993, depois da crise de 1991/1992. Embora não se preveja uma retracção do IDE nos próximos anos, tudo indica que crescerá de forma moderada.

Os países em desenvolvimento têm vindo a registar um crescente sucesso na atracção do IDE, nos últimos anos (37% de entrada mundial de IDE), apresentando a maior dinâmica (com progressão de crescimento desde 1990).

O rápido crescimento do fluxo de IDE nos países em desenvolvimento reflecte, sobretudo, a crescente atractividade da China que, com os seus 34 biliões de dólares de entrada de IDE, constitui um dos maiores recipientes mundiais do investimento externo, com uma quota de 40% do total do fluxo registado nos países em desenvolvimento.

Projecções efectuadas pelo Banco Mundial, em 1995, permitem avaliar as seguintes tendências e perspectivas para a economia mundial e, em particular, para os países em desenvolvimento:

- O comércio global será um dos principais motores do crescimento mundial, prevendo-se um crescimento anual de aproximadamente 7%, superior ao dos anos 60, desde que as políticas de liberalização sejam prosseguidas;

- A internacionalização dos serviços dominará, provavelmente, a próxima etapa da globalização económica. As previsões apontam para a progressão do comércio dos serviços a um ritmo mais acelerado, sobretudo atendendo aos progressos tecnológicos da informação e telecomunicações, que irão permitir a troca de serviços a longa distância. Esses avanços tecnológicos, a baixos custos, uma vez eficientemente aproveitados pelos países em desenvolvimento, contribuirão significativamente para a aceleração da sua integração na economia global;

- A integração dos países em desenvolvimento no comércio mundial, poderá conhecer uma dinâmica mais forte do que o verificado no princípio do decénio. Prevê-se um ritmo de integração superior a 2% ao ano, contra um crescimento negativo em 1970-1985. Isto é, ainda, facilitado pela eliminação gradual das fronteiras ligadas à circulação do capital, bens e serviços, bem como à transferência de tecnologias, impulsionada pela forte concorrência internacional, sempre à busca de melhores oportunidades de negócios.

- O crescimento da produção dos países em desenvolvimento poderá acelerar, passando de 2.2% ao ano, entre 1991-1994, para 4.9% ao ano durante o próximo decénio, se se mantiverem as reformas das suas políticas económicas;

- As negociações do Uruguay Round constituem um grande passo para a integração do comércio internacional.

4.2 – A integração e a cooperação regionais

Está reconhecida a integração e cooperação regionais como formas de organização de países em blocos económicos e políticos. A constituição de blocos regionais aumenta a dimensão do mercado e permite obter importantes economias de escala. Esse movimento de integração, que se acelera após a Segunda Guerra Mundial, tem lugar em todos os continentes e mostra alguma tendência para se reconfigurar em blocos económicos intercontinentais.

Para ilustrar a importância do fenómeno da integração regional, citam-se, a seguir, alguns exemplos:

América do Norte

Desde Maio de 1992 que os EUA, o Canadá e o México estão ligados por um acordo de comércio livre, o Acordo Norte Americano de Comércio Livre (North American Free Trade Agreement - NAFTA), que pretende eliminar progressivamente e durante um período de quinze anos as barreiras à livre circulação de mercadorias, serviços e capitais.

A grande especificidade deste acordo provém do facto de ser o primeiro que elimina totalmente a contingentação dos produtos têxteis entre as partes. Este acordo produziu já resultados impressionantes, nomeadamente no domínio da movimentação de capital e de trocas comerciais.

Como resultado da criação do NAFTA, o investimento externo americano no México aumentou em cerca de 125%, enquanto o fluxo de investimento do Canadá para esse mesmo país aumentou em cinco vezes. Da mesma forma, o investimento mexicano nos EUA duplicou no período de um ano (de 1993 a 1994).

Um dos efeitos prováveis da constituição do NAFTA sobre países terceiros será a atracção que este espaço vai exercer, particularmente sobre o movimento do capital ligado ao investimento directo estrangeiro proveniente da Europa Ocidental e do Japão. Empreendimentos com origem nesses centros estão já a instalar-se no México, para a produção de bens e serviços.

O NAFTA tenderá naturalmente a se associar, sob forma de parcerias diversas, aos países da América Central e das Caraíbas, o que poderá ter implicações na competitividade e acesso de produtos de países como Cabo Verde no mercado da América do Norte.

A este propósito, convém ter em consideração que o Caribean Basin Initiative, uma forma de parceria comercial entre os EUA e os países das Caraíbas, constitui já um forte obstáculo à competitividade de produtos cabo-verdianos no mercado americano.

América do Sul

A liberalização do comércio no espaço do MERCOSUL, que integra a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, deu origem a um mercado que integra 200

milhões de pessoas, com uma produção de cerca de 600 biliões de dólares, em 1994.

Neste mercado, a integração do investimento tem sido particularmente proeminente nas indústrias química, automóvel e energética. No entanto, é no domínio comercial que os resultados têm sido mais impressionantes. O comércio intra-regional cresceu em cerca em 250%, de 1990 a 1993, enquanto que o comércio do MERCOSUL com o resto do mundo cresceu em 29%.

Esta região mantém um crescimento do fluxo interno de IDE relativamente frágil, dependendo bastante dos programas de privatização. Esse fluxo cresceu marginalmente, em 1994.

Os países do MERCOSUL constituem, para Cabo Verde, um potencial enorme como mercado alternativo no fornecimento de bens alimentares, tecnologias, matérias-primas, bem como de apoio ao desenvolvimento de recursos humanos e da transferência de experiência organizativa e de gestão.

Ásia

A região da Ásia-Pacífico, que integra sub-regiões como a ASEAN, tornou-se no mais importante destino de IDE, entre os países em desenvolvimento, com cerca de 61 biliões de dólares, em 1994. Essa região detém, hoje, mais de 70% do total do investimento directo estrangeiro destinado aos países em desenvolvimento.

Este desempenho em termos de investimento estrangeiro está correlacionado com o ritmo de crescimento da economia da região, que, em 1995, foi globalmente de 6%.

No contexto asiático, convém citar que o investimento proveniente do Japão, EUA e Europa Ocidental para as regiões de Sul, Este e Sudoeste da Ásia decresceu, em termos relativos, a partir de 1993, facto que reflecte o crescente papel do investimento intra-regional.

A dinâmica do crescimento na Ásia e a atracção que esta região exerce sobre o fluxo de capital externo diminuiu de uma forma global as oportunidades de investimento para a África.

Europa

A União Europeia (UE) é a maior potência económica do Globo, integrando quatro dos países com o PNB mais elevado do mundo. Integra, ainda, quatro dos sete países mais ricos do mundo e tem dois membros permanentes no Conselho de Segurança da ONU, o que lhe confere um peso económico e político indiscutível.

É o maior contribuinte no âmbito da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), com uma participação de cerca de 42%.

A UE é, de facto, o exemplo mais bem conseguido de integração económica, no mundo.

Este bloco é, sem dúvida, da maior importância estratégica para os países africanos em geral, incluindo Cabo Verde. É o maior doador de APD à África e constitui, também, o maior mercado de investimento e de comércio para os países africanos.

É o único bloco de integração regional que tem uma parceria, institucionalizada e operativa, com os países africanos.

As relações de cooperação de Cabo Verde com a UE datam de 1978 e têm vindo a assumir uma dimensão cada vez maior.

A vertente mais importante desta cooperação tem sido a ajuda pública ao desenvolvimento, no âmbito da Convenção de Lomé.

À semelhança dos outros blocos de sucesso, a tendência para a concentração do comércio e do investimento intra-regionais é grande. Em 1993, o total das transacções comercias intra-regional da UE representava 40% do seu comércio externo.

Outra tendência importante a assinalar, pelas implicações que tem na dinâmica das relações económicas da UE com a África, é a intensificação do envolvimento económico da UE com os países da Europa Central e do Leste e que é ditada por razões históricas e de segurança.

Este relacionamento resultará, provavelmente, na integração na UE de países da Europa Central e do Leste. O alargamento a leste poderá abrir espaços de penetração comercial para produtos de países africanos mas, por outro lado, poderá afectar a disponibilidade de recursos para a APD e para o investimento.

África

A África continua largamente marginalizada. O investimento directo na África Sub-sahariana foi de 1,8 biliões de dólares em 1994, equivalente a menos de 1% do fluxo mundial e praticamente igual ao fluxo recebido pela Nova Zelândia, no mesmo período. A África do Norte, por sua vez, recebeu 1,3 mil milhões de dólares.

Apesar disso, não é correcto perceber a África como uma região com poucas oportunidades de investimento. A heterogeneidade regional disfarça significativas diferenças de desempenho, em termos de atracção do IDE.

Factores determinantes da localização do investimento directo, tais como o grau de desenvolvimento, a dimensão e o crescimento do mercado sugerem que o potencial de investimento directo existe, mas que está inexplorado, em muitos países africanos.

Efectivamente, o sucesso de alguns países africanos na atracção do IDE, tais como as Ilhas Maurícias, o Ghana, a Tunísia, o Marrocos e o Egipto, bem como as potencialidades reais, quer em termos de recursos naturais quer de consolidação das suas economias, de que são exemplos a África do Sul e o Botswana, são elementos que, em combinação com reformas e gestão económicas rigorosas, poderão contribuir para a melhoria do fluxo de IDE para a África.

Apesar da sua importância evidente, a integração económica regional ainda não é uma realidade efectiva no Continente Africano, onde as tendências para o movimento de capitais e de comércio de bens continuam predominantemente tradicionais.

Em 1991, foi negociado e assinado o tratado que estabelece a Comunidade Económica Africana. Este tratado tem por objectivo a integração das economias africanas através do fortalecimento, numa primeira fase, de 5 sub-regiões económicas (África do Norte, África Ocidental, África Central, África Austral e África Oriental), que constituirão os pilares de uma integração continental.

As regiões da África do Sul e Oriental integraram-se recentemente num conjunto mais vasto sob a designação da COMESA (Commom Market for East and Southern África), cujo acordo de constituição foi assinado em 1993. Trata-se da maior e da mais dinâmica comunidade sub-regional da África, tendo já a taxa de crescimento do comércio intra-regional ultrapassado a taxa de crescimento do comércio desta sub-região com o resto do mundo.

CEDEAO

No quadro da sub-região em que Cabo Verde está inserido, isto é, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), não se regista, ainda, a desejada e possível dinâmica de integração. O comércio intra-comunitário da CEDEAO é inferior a 5% do total do comércio externo da comunidade. Sérios bloqueios persistem no processo de liberalização das trocas e no sistema de pagamentos e de circulação de capitais. Os países membros orientam o grosso do seu comércio para os mercados externos à CEDEAO, dificultando assim a integração dos mercados. Uma séria e, talvez, a principal dificuldade à integração regional, no espaço da CEDEAO, são os conflitos internos e entre países pertencentes à região. As crises políticas internas também vêm contribuindo para dificultar a construção da Comunidade Económica dos Estados da Africa do Oeste.

Porém, outras dificuldades de peso existem, de entre as quais se deve referir a precaridade dos sistemas de transportes e comunicações, que dicultam a circulação de pessoas, mercadorias e capitais, bem como a da informação.

Deve-se, contudo, sublinhar que, apesar das dificuldades inventariadas, a CEDEAO vai-se constituindo. A Comunidade dispõe de orgãos técnicos e políticos, foi assinado o acordo que permite a liberdade de comércio (que foi, recentemente, aperfeiçoado), tomaram-se medidas importantes, como a harmonização das pautas aduaneiras, foi criada uma câmara sub-regional de compensação de pagamentos entre os países membros.

O Tratado da CEDEAO, revisto, constitui, sem dúvida, um precioso factor de integração, uma vez que, independentemente da sua aplicação generalizada, transformou-se num importante instrumento orientador e de referência no estabelecimento de relações bilaterais.

Se os fenómenos da globalização e da regionalização colocam a países pequenos, como Cabo Verde, desafios adicionais, exigindo, sobretudo, um esforço no sentido de conseguirem ultrapassar as dificuldades que resultam da reduzida escala das suas economias, num mundo em que a dimensão mínima óptima passou a ter uma dimensão macro, não restam dúvidas que esses mesmos fenómenos trazem novas perspectivas, que resultam, sobretudo:

- Da possibilidade de acesso a novos mercados, em condições mais vantajosas, viabilizando estratégias de desenvolvimento orientadas para a promoção de exportações. Deste modo, podem-se romper as barreiras que o mercado interno impõe, pela sua estreiteza, à constituição de empresas com a dimensão mínima óptima, nas condições actuais, e, portanto, competitivas.

- Da possibilidade da execução de estratégias de desenvolvimento apostadas na atracção de IDE, resolvendo, por esta via, as limitadas capacidades nacionais de acumulação de capital e de desenvolvimento tecnológico.

- Da associação do IDE às novas oportunidades criadas por um mercado ampliado pelas novas condições externas, facilitando, em simultâneo, estratégias de desenvolvimento de empresas ditas de produto e de mercado, uma vez que o mercado perdeu a sua dimensão nacional para passar a assumir uma dimensão regional.

- Da valorização dos recursos locais, tanto no que respeita aos recursos naturais como no que concerne aos recursos humanos.

- Da ampliação das vantagens locacionais e geo-económicas.

Para Cabo Verde, país de muito pequenas dimensões, insular, de configuração arquipelágica e, ainda, dotado de uma população excessivamente reduzida, a globalização e a integração regional devem ser vistas como uma oportunidade única.

Com efeito, a globalização e a regionalização dotam o país de um novo e importante potencial de mercado, essencialmente constituído pela CEDEAO, no plano sub-regional, e pelos países banhados pelo Oeceano Atlântico.

Por outro lado, a globalização e a regionalização vêm ampliar o potencial representado pela localização geo-económica de Cabo Verde, valorizando a sua condição de país-charneira, situado no cruzamento de rotas marítimas, aéras e de comunicação, permitindo, por isso, que colha as vantagens naturalmente decorrentes da sua localização no cruzamento dessas rotas. Mas, simultaneamente, essa mesma globalização, associada à localização geo-económica, faz de Cabo Verde um país vocacionado para facilitar a comunicação entre as diferentes regiões económicas que se vão constituindo nas fronteiras do corredor atlântico, permitindo ao país desempenhar um novo (e de novo) um papel significativo na circulação mundial. Se tal for conseguido e se outras condições adicionais forem asseguradas, o país terá apanhado a locomotiva do progresso.

Conseguir criar as condições indispensáveis para que Cabo Verde aproveite devidamente as vantagens que decorrem da globalização e da regionalização constitui uma das principais grandes opções do Plano.

Para conseguir desempenhar o papel que se espera de Cabo Verde na circulação mundial, para além de outros, o Plano assegurará a execução dos seguintes programas:

a) Programa de diagnóstico permanente das tendências da economia mundial e de identificação de oportunidades - Dependendo os factores de crescimento da economia cabo-verdiana cada vez mais do meio envolvente, torna-se importante dar uma atenção constante às tendências da economia mundial, a fim de, através de uma abordagem prospectiva de identificação dos seus vectores dinâmicos se poder preparar o país, a tempo, para a absorção dos choques externos e para o melhor aproveitamento das oportunidades.

O Plano de Desenvolvimento 1997-2000 considerará um programa de diagnóstico permanente das tendências da economia mundial, e procurará dar especial atenção às economias que fazem fronteira com o Oceano Atlântico e ao espaço sub-regional.

O programa será gerido por forma a proporcionar àqueles que não têm vínculo com o estado a possibilidade de participarem com análises e propostas de abordagem estratégica da inserção de Cabo Verde na economia mundial.

b) Programa de atracção de IDE - Como se demonstrou, um dos vectores fundamentais do desenvolvimento das economias modernas é o IDE. Demonstrou-se, ainda, que, no caso de países pequenos, como Cabo Verde, o IDE surge como uma condição indispensável, já que permite superar certas dificuldades internas, designadamente a fraca capacidade de acumulação do capital, o acesso a tecnologias e a mercados e aos factores intangíveis da competitividade.

O Plano de Desenvolvimento 1997-2000 deverá dar particular atenção à melhoria das condições de Cabo Verde do ponto de vista da atracção do IDE. O programa comportará, de entre outros, os seguintes subprogramas:

*b.*1) Sub-programa de promoção da imagem de Cabo Verde no exterior - Este programa tem por objectivo dar a conhecer as vantagens competitivas do país e sensibilizar e motivar o investidor potencial no sentido de descobrir Cabo Verde como destino do seu investimento.

*b.*2) Sub-programa de modernização das infraestruturas - Sem infraestruturas modernas não há condições de competitividade e, por isso, não há condições de atrair o IDE. Considerando esse facto, o programa de modernização das infraestruturas terá em conta, em primeiro lugar, a adequação das mesmas às necessidades de atracção do IDE. Dará particular atenção às infraestruturas de transporte, das telecomunicações, de produção, transporte e distribuição de água e energia, bem como às infraestruturas de suporte do desenvolvimento das zonas industriais e das zonas turísticas.

*b.*3) Sub-programa de modernização e desenvolvimento do sistema financeiro - O bom funcionamento do sistema financeiro é um requisito indispensável à atracção de IDE. Por bom funcionamento deve-se entender a oferta de produtos em função da procura efectiva e potencial, uma boa qualidade dos serviços prestados, designadamente no que respeita ao tempo de resposta, e preços competitivos.

Considerando a realidade actual do sistema financeiro cabo-verdiano, o Plano 1997-2000 conterá um amplo programa de desenvolvimento e modernização do sistema financeiro, a fim de permitir ao mesmo a oferta de produtos de acordo com os padrões de qualidade e preço internacionalmente aceites.

*b.*4) Sub-programa de desenvolvimento do sistema de transportes - O transporte marítimo de longo curso, em Cabo Verde, é caro, irregular e caracterizado, também, pela vetustez tecnológica da frota. Esta situação choca frontalmente com o propósito de tornar o país atractivo, na óptica do IDE.

As ligações aéreas de Cabo Verde com o resto do mundo também se fazem a preços não atractivos.

Considerando a realidade geográfica cabo-verdiana, caracterizada pela natureza arquipelágica do território e por uma orografia que dificulta as comunicações por estrada, uma boa rede de transportes marítimos inter-ilhas é uma condição essencial para a atracção do IDE. Contraditoriamente, a situação actual caracteriza-se pela existência de uma frota de cabotagem inadequada, tanto do ponto de vista da qualidade do serviço, como do da segurança e do preço.

O Plano de Desenvolvimento 1997-2000 deverá permitir ao país modernizar o seu sistema de transportes, de modo a que o mesmo seja mais um elemento de atracção do IDE.

Com esse propósito serão desenvolvidos os seguintes sub-sub-programas:

b.4.1) Sub-sub-programa de transportes marítimos internacionais – Este sub-sub-programa deverá promover condições para que Cabo Verde possa vir a ter, no mais curto espaço de tempo, um armamento de longo curso adequado às exigências do IDE, e que possa responder convenientemente em termos de frequência e regularidade das viagens, segurança e qualidade das operações de transporte e custo do frete. Este sub-sub-programa comportará, ainda, como meta, resolver as dificuldades que persistem no domínio da gestão portuária.

b.4.2) Sub-sub-programa de transportes aéreos internacionais – Este sub-sub-programa terá como objectivos fundamentais:

a) Aumentar o número e a frequência de voos de e para Cabo Verde;

b) Aumentar o número de destinos e origem de voos de e para Cabo Verde;

c) Reduzir o preço das passagens aéreas internacionais e regionais.

b.4.3) Sub-sub-programa de transportes marítimos inter-ilhas – O sub-programa tem por objectivo:

a) "Desencravar" todas as ilhas do Arquipélago;

b) Garantir maior frequência de ligações marítimas inter-ilhas;

c) Aumentar a segurança das operações de transporte;

d) Melhorar o preço dos fretes e das passagens marítimas;

e) Melhorar significativamente as condições de conforto dos navios;

f) Introduzir o transporte rápido de pessoas e mercadorias, como opção.

b.4.4) Sub-sub-programa de desenvolvimento dos transportes aéreos inter-ilhas – Este sub-sub-programa terá como objectivos a melhoria das condições de operacionalidade dos aeroportos e aeródromos e as condições de operação da frota, com o propósito de melhorar a segurança, aumentar o número potencial de horas de abertura dos aeroportos e aeródromos, reduzir os custos de funcionamento e operação da frota e reduzir o custo de passagem por passageiro transportado.

b.5) Sub-programa de promoção de Cabo Verde como entreposto comercial – Este sub-programa pretende apostar na complementaridade existente entre a tendência actual (e futura) do comércio se afirmar como um dos principais vectores da globalização e a vocação de Cabo Verde, como país charneira entre várias regiões económicas, para ocupar uma posição de relevo na circulação mundial, particularmente no corredor atlântico. Este sub-programa comportará os seguintes sub-sub-programas:

b.5.1) Sub-sub-programa de desenvolvimento do shipping e do transhippement.

b.5.2) Sub-sub-programa de criação e desenvolvimento de zonas francas e da Feira Internacional de Cabo Verde (FIC).

b.5.3) Sub-sub-programa de promoção de Cabo Verde como espaço de realização de negócios.

b.6) Sub-programa de desenvolvimento de recursos humanos – Este sub-programa considerará que um dos principais factores de competitividade de Cabo Verde terá que ser a qualidade da sua força de trabalho. O sub-programa fundamentar-se-á, ainda, no seguinte:

a) Que, futuramente, se pretendem modelos de especialização de Cabo Verde baseados em produtos de elevado valor acrescentado;

b) Que um dos principais vectores dinâmicos da economia mundial é a globalização dos serviços.

Com este entendimento, o sub-programa de desenvolvimento dos recursos humanos integrará três sub-sub-programas principais:

b.6.1) Sub-Sub-programa de formação profissional, destinado a introduzir numa profissão os jóvens que não puderem ter acesso ao ensino secundário, bem como a facultar às empresas a qualificação da mão de obra de que necessitam.

b.6.2) Sub-sub-programa de desenvolvimento do ensino técnico, destinado a facultar às empresas mão de obra tecnicamente bem preparada.

b.6.3) Sub-sub-programa de formação superior, destinado a facultar às empresas, particularmente às que operam na área dos serviços, mão de obra altamente qualificada e passível de grande especialização.

c) Programa de promoção das exportações - O Plano de Desenvolvimento 1997-2000 incluirá um programa de promoção de exportações, que integrará o estudo de oportunidades, a consolidação e ampliação do leque de incentivos e a informação aos agentes económicos e às instituições privadas e públicas.

O programa de promoção de exportações dará particular relevo aos sectores dos serviços e do comércio internacional, considerados como sectores onde se registam tendências novas de globalização.

5. Valorizar os recursos naturais

5.1 - O turismo

O Turismo, que progressivamente vem adquirindo importância crescente na economia cabo-verdiana, constitui uma das maiores potencialidades do país. Por isso, é prioritário transformar Cabo Verde num destino turístico de qualidade internacional.

A oferta turística cabo-verdiana caracteriza-se pela ausência de uma imagem de marca, pela reduzida diversificação dos produtos turísticos oferecidos e que se baseiam, essencialmente, na exploração da vertente sol/praia, pelo elevado preço dos pacotes turísticos comercializados, pela baixa qualidade dos produtos oferecidos e dos serviços prestados e pela falta de profissionalismo do pessoal afecto ao sector.

Porém, o investimento estrangeiro, o melhoramento da qualidade das infraestruturas hoteleiras e os projectos de investimentos afins, em carteira, complementados pelos projectos de melhoria das infra-estruturas e das condições de acolhimento são elementos que apontam para um futuro promissor do turismo, em Cabo Verde.

Interpretando os sinais que o sector vem revelando, o Plano 1997-2000 elege o desenvolvimento do turismo como uma das suas grandes opções.

Tanto a consideração da realidade cabo-verdiana como as experiências mais recentemente vividas permitem concluir que o desenvolvimento deste importante recurso deve alicerçar-se no melhor aproveitamento das condições do meio ambiente e da cultura. Por isso, se a exploração desse recurso é apontada como um dos eixos fundamentais do desenvolvimento sócio-económico de Cabo Verde, é lógico que a essa exploração se deverá dar a máxima prioridade, devendo ser suportada na protecção e melhoria das condições do meio ambiente e na comercialização da cultura cabo-verdiana.

Porém, não perde importância um conjunto de serviços complementares, como a saúde, a segurança, os transportes e comunicações, os serviços bancários, a hotelaria e a restauração.

O programa do turismo tem por objectivo o aumento significativo da oferta e a melhoria substancial da qualidade.

Para o cumprimento deste objectivo, serão executados os seguintes sub-programas:

5.1.1) Sub-programa de transportes aéreos – O objectivo deste sub-programa é a criação de condições e adopção de medidas no sentido de evitar que a frequência, o preço e a qualidade do serviço funcionem como elementos de inibição do desenvolvimento do turismo.

5.1.2) Sub-programa de transportes marítimos interilhas – O objectivo do programa é a criação de condições susceptíveis de promover o transporte marítimo rápido de passageiros, particularmente nos eixos Sal/Boavista, Praia/Maio e Praia/Fogo/Brava, S.Vicente/St.Antão e S.Vicente/S.Nicolau.

5.1.3) Sub-programa de transportes rodoviários – O objectivo do sub-programa é garantir uma adequada oferta de transporte rodoviário para o turista, tanto do ponto de vista da quantidade como no que concerne à segurança, ao conforto e ao preço.

5.1.4) Sub-programa de saúde e saneamento – O programa tem por objectivo assegurar boas condições de oferta de cuidados de saúde ao turista e garantir padrões aceitáveis de saneamento básico do país, mas particularmente das zonas turísticas.

Assim, na execução do programa de construção e apetrechamento das infraestruturas de saúde, será dada a maior importância às que têm também por finalidade a prestação de serviço geral ou especializado a turistas. Serão, ainda, promovidas condições particulares de atendimento aos turistas que tiverem necessidade do serviço dos hospitais e centros de saúde, privados ou do estado.

O sub-programa terá, também, em conta a construção de clínicas e a instalação de consultórios médicos, privados, bem como de serviços de urgências e enfermagem, nas zonas turísticas. Com esse propósito, será criado um conjunto de benefícios e incentivos especiais para os investidores que enveredarem pela oferta desses serviços.

Este sub-programa incluirá a regulamentação das condições de instalação e exploração das clínicas, consultórios médicos e postos de atendimento de urgência e prestação de serviços de enfermagem nas zonas de desenvolvimento turístico.

Ainda na área da saúde e na perspectiva do desenvolvimento do turismo, o sub-programa dará grande atenção às actividades de combate a doenças endémicas e às de prevenção de epidemias e de fiscalização e garantia dos necessários cuidados higiénico-sanitários na prestação de serviços aos turistas, em particular nos hotéis, restaurantes, bares e similares.

O sub-programa considerará o saneamento como o principal problema ambiental de Cabo Verde, na óptica do desenvolvimento do turismo, e elegerá como propósito a garantia de condições aceitáveis do saneamento do meio em todos os centros secundários.

5.1.5) Sub-programa de infraestruturas – Este sub-programa procurará garantir que os programas de infraestruturas, particularmente nos domínios dos transportes, da água e da energia, do urbanismo e do saneamento, tenham em conta, como um dos critérios de prioridade, o desenvolvimento do turismo. Neste sentido, o sub-programa procurará garantir medidas capazes de facilitar as ligações marítimas e aéreas estratégicas para o desenvolvimento do sector a preços atractivos, e assegurar a disponibilização de água e energia de acordo com as necessidades específicas da indústria turística. No domínio do urbanismo, a defesa do património histórico construído merecerá um tratamento diferenciado.

5.1.6) Sub-programa de cultura – Tendo em consideração o entendimento de que a cultura constitui um dos eixos fundamentais do desenvolvimento do turismo, o Plano promoverá a criação de um sistema de incentivos capaz de orientar os operadores turísticos e os agentes económicos situados em ramos que se encontram a montante ou a juzante do turismo no sentido de imprimirem um conteúdo cultural marcadamente cabo-verdiano aos produtos que colocam no mercado. Actividades como a hotelaria e a restauração, a música e o artesanato, as visitas guiadas, nomeadamente, merecerão o devido enquadramento no sistema de incentivos, referido.

5.1.7) Sub-programa de segurança – A segurança do turista merecerá um programa específico, que cobrirá, designadamente, a ordem e tranquilidade públicas, a segurança rodoviária, a segurança de banhistas e de desportistas náuticos, a segurança sanitária e a informação relevante sobre factores de risco diversos.

5.1.8) Sub-programa de formação profissional - Um amplo programa de formação profissional capaz de dar cobertura às necessidades do sector será preparado durante os próximos anos. Aos agentes que participarem na sua execução serão concedidos incentivos e apoios específicos.

5.1.9) Sub-programa de promoção de sociedades de desenvolvimento regional - No âmbito das políticas públicas de desenvolvimento do turismo, terá lugar de destaque a promoção de sociedades de desenvolvimento de "zonas de desenvolvimento turístico", com quem o estado poderá assinar convenções de estabelecimento, contratos de concessão ou outra forma de contrato com a finalidade de: efectuar trabalhos de estudo, planeamento e desenvolvimento de infraestruturas das referidas zonas; promover o investimento e as ZDTI enquanto destinos turísticos; assegurar a gestão das ZDTI.

Consideram-se parceiros privilegiados para a criação das sociedades referidas os investidores estratégicos, as empresas imobiliárias, as instituições financeiras, os gabinetes especializados de estudos, os municípios e o estado.

5.1.10) Sub-programa de fomento do turismo rural – Considerando que o turismo "rural" deve fazer parte integrante dos produtos turísticos cabo-verdianos e o impacte dessa actividade (nomeadamente, no emprego), o Governo adoptará um programa específico de promoção dessa componente do turismo, que envolverá incentivos fiscais e financeiros ao desenvolvimento do turismo de habitação e à implantação de pequenas unidades hoteleiras nas áreas rurais, o apoio aos promotores desse tipo de turismo na concepção dos projectos, nos domínios da formação profissional e gestão, da informação e da promoção.

5.2 – Os recursos marítimos

Com uma zona económica exclusiva (ZEE) superior a 700.000 km2, o mar constitui um dos principais recursos naturais de Cabo Verde.

A limitada extensão da plataforma continental devido à natureza vulcânica das ilhas, a ausência de sistemas de "upwelling", o regime hidrológico e oceanográfico das águas marítimas não permitem atingir biomassas importantes, em termos absolutos. Porém, essa limitação é compensada largamente pela dimensão das ilhas e pela sua população reduzida, que tornam significativa a relação disponibilidades/habitante.

As grandes profundidades e altos picos submarinos, que caracterizam a ZEE, são zonas favoráveis à concentração de tunídeos e espécies afins. Por outro lado, o país situa-se na rota das migrações de espécies pelágicas oceânicas, que durante alguns meses do ano são relativamente abundantes nas nossas águas. O potencial dos recursos haliêuticos do País admite uma disponibilidade importante, constituída, na sua maioria, por tunídeos e afins.

Esses factores condicionam a produção haliêutica e, de certo modo, a distribuição e abundância das espécies.

A gestão dos recursos vivos e não vivos da vastíssima zona económica exclusiva e o aproveitamento da situação geo-económica de Cabo Verde são os desafios que se apresentam em sectores vitais para a nossa economia como as pescas, a marinha mercante, o sector portuário e a prestação de serviços marítimos.

A disponibilidade de recursos vivos ainda por explorar, calculada com base na fracção do stock explorável e nas capturas médias de 1989 a 1994, situa-se entre 17.800 a 22.500 toneladas, distribuída pelos seguintes grupos de espécies:

Recursos	Potencial	Captura media 89-94	Disponibilidade
Tunideos-serra	25.000-30.000	7.500	9.100 - 12.500
Pelagicos costeiros	10.000 12.000	2.400	4.300 - 5.600
Demersais	8.000	900	4.400
TOTAL	43.000 - 50.000	10.800	17.800 - 22.500

Não existem dados seguros sobre o potencial de lagostas costeiras, e não se conhecem ainda os potenciais de outras espécies, designadamente tubarões, moluscos, corais, eventuais espécies das grandes profundidades, assim como de espécies costeiras não haliêuticas.

Não se dispõe de elementos sobre os recursos não vivos e não está quantificado o potencial dos recursos arqueológicos.

Estudos efectuados sobre a lagosta rosa permitiram avaliar o potencial de captura entre 100 e 150 toneladas, o que revela que a pescaria vem sendo explorada quase nos limites do máximo permissível. Resultados idênticos foram encontrados para a cavala preta. A situação é semelhante para a albacora e o patudo, apesar de ainda se registarem zonas com rendimentos elevados.

5.2.1 – Pescas – A fim de, como se espera, poder contribuir em maior grau para a economia nacional, o sector das pescas, durante os próximos anos, deverá conhecer novos avanços, designadamente em termos de produtividade. Pretende-se do sector:

- Uma maior contribuição do VAB do sector para a formação do PIB.
- Uma maior contribuição para a balança de pagamentos (tanto pelo lado das exportações como pelo da substituição de importações).
- Uma maior contribuição para a criação de emprego (directo e indirecto).
- Uma maior participação na melhoria dos níveis de segurança e qualidade alimentar.

A realização dos objectivos enunciados implica um aumento da produção, a alcançar através da execução dos seguintes sub-programas:

a) Sub-programa de promoção da iniciativa empresarial – Este sub-programa tem por objectivo a formação de uma classe de agentes capaz de assumir plenamente o sector e o seu desenvolvimento, designadamente pelo melhor aproveitamento dos recursos da ZEE de Cabo Verde e dos existentes em águas de países com quem Cabo Verde assinou acordos de pesca.

b) Sub-programa de modernização da frota e da indústria de transformação – Pretende-se, com este sub-programa, dar continuidade à modernização da frota artesanal e industrial bem como da indústria conserveira e à melhoria de gestão das infraestruturas existentes.

c) Sub-programa de desenvolvimento dos recursos humanos - Tem este sub-programa por objectivo a melhor capacitação dos recursos humanos, designadamente através do desenvolvimento de programas de formação do pessoal do mar, do pessoal técnico em serviço nas instituições públicas do sector e dos empresários.

d) Sub-programa de gestão dos recursos - Este sub-programa tem por objectivo assegurar a eploração sustentável dos recursos, e incluirá:

i) A excução de planos anuais e plurianuais de gestão.

ii) O reforço da fiscalização e defesa dos recursos haliêuticos, com destaque para as espécies frágeis.

iii) A definição de normas de qualidade e de certificação dos produtos do mar e garantia da sua efectiva aplicação.

iv) O desenvolvimento institucional do INDP, por forma a constituir-se no orgão, por excelência, de suporte técnico-científico da gestão dos recursos halieûticos e da promoção do desenvovimento integrado do sector pesqueiro.

v) A revisão e adequação da legislação existente, de modo a torná-la consentânea com os objectivos preconizados para o sector.

vi) A avaliação da contribuição para o desenvolvimento do sector do Fundo de Desenvolvimento das Pescas e do Sistema de Incentivos, e a criação de condições susceptíveis de garantir a execução das recomendações resultantes dessa avaliação.

vii) A criação de incentivos às empresas exportadoras e ao investimento na comercialização interna do pescado.

viii) A criação de um sistema de incentivos, designadamente fiscais e financeiros, à constituição de empresas com nacionais dos países com quem Cabo Verde tem acordos de pesca.

ix) A capacitação dos recursos humanos do sector e apoio das iniciativas do sector privado no esforço de formação e de desenvolvimento da capacidade técnica dos pescadores.

e) Sub-programa de conservação e desenvolvimento das infraestruturas – Tendo em conta o objectivo de continuar a promover novos projectos de desenvolvimento integrado das comunidades piscatórias e de concluir os projectos em curso, será dado prosseguimento ao sub-programa de conservação e desenvolvimento das insfraestruturas, que incluirá, nomeadamente, o seguinte:

i) A construção do cais de pesca do Porto Grande.

ii) O desenvolvimento dos programas de construção de pequenos cais de pesca em Pedra Badejo, Ribeira da Barca, Tarrafal de Santiago, Preguiça e Ponta do Sol.

iii) A finalização da construção e equipamento dos centros técnico-sociais de Chão Bom, Ribeira da Barca, Pedra Badejo, Achada Ponta e Cidade Velha.

5.2.2 – Meio-ambiente marítimo – A gestão das zonas costeiras do País exige a contribuição de uma política consistente de defesa do meio-ambiente. Com efeito, a legislação vigente é antiquada, dispersa e pouco coerente, as penas previstas para as infracções não são de molde a desincentivar os transgressores, as autoridades marítimas carecem de recursos humanos e materiais necessários a uma fiscalização adequada.

Em consequência, verifica-se uma crescente delapidação das zonas costeiras, causada pela excessiva apanha de areia e brita, provocando graves desiquilíbrios ambientais, com efeitos potencialmente nefastos para o turismo, para as actividades piscatórias e, nalguns casos, para a agricultura. Verifica-se, também, a delapidação dos recursos vivos, resultante de apanhas exageradas de certas espécies costeiras, entre elas a lagosta rosa.

Tendo em conta a situação descrita, o Plano de Desenvolvimento 1997-2000 contemplará um amplo programa de defesa do ambiente marítimo, com ênfase na protecção das zonas costeiras.

O programa incluirá, designadamente, o seguinte:

a) Um plano de acções inter-sectoriais, a nível nacional, capaz de assegurar a gestão integrada da zona costeira e dos seus recursos.

b) A prevenção da poluição marítima.

c) A definição de zonas protegidas e reservas marítimas capazes de criar *"habitats"* que assegurem a renovação dos stoks.

5.2.2.1) Sub-programa de promoção da iniciativa empresarial – Com o propósito de imprimir maior dinâmica ao sector, o plano incluirá um programa de promoção da iniciativa empresarial, do qual constarão os seguintes sub-sub-programas:

a) Sub-sub-programa de renovação e modernização da frota, com o propósito de introduzir novos navios de pesca industrial e embarcações melhoradas de pesca artesanal.

b) Sub-sub-programa de desenvolvimento de unidades de transformação de pescado, tendo em conta as exigências actuais do mercado.

c) Sub-sub-programa de intercâmbio entre os operadores de pesca nacionais e os estrangeiros, em particular com os dos países com quem Cabo Verde mantem acordos de pesca.

d) Sub-sub-programa de melhoria dos circuitos de distribuição interna dos produtos do mar.

e) Sub-sub-programa de aquicultura, baseado na utilização das condiçoes naturais do país.

f) Sub-sub-programa de informação e sensibilização dos armadores e tripulantes das embarcaçoes para as novas tecnologias de pesca.

g) Sub-sub-programa de formação do pessoal do mar em marinharia, mestrança, mecânica, electro-mecânica, biologia marinha, etc.

5.2.2.2) Sub-programa de Investigação/vulgarização – O programa das pescas contemplará um amplo subprograma de investigação e vulgarização, integrado por:

a) Um sub-sub-programa de desenvolvimento institucional, cobrindo a especialização progressiva do INDP nas áreas de pesquisa, informação e vulgarização.

b) Um sub-sub-programa de desenvolvimento de projectos de investigação halieûtica aplicadà em domínios de interesse sócio-económico para o sector, e a consequente vulgarização dos resultados.

c) Um sub-sub-programa de informação, incluindo a criação de um banco de dados sobre o sector das pescas, contendo, designadamente, o número de embarcações de pesca operando na ZEE de Cabo Verde, o comportamento dos stocks de peixes, o nível da sua exploração, dados oceanográficos e as capturas.

Esse sub-sub-programa incluirá, ainda, o desenvolvimento de um sistema de informações diárias às embarcações sobre a possível localização de cardumes, as condições metereológicas e outras informações úteis à operação diária das frotas.

d) Um sub-sub-programa de promoção do consumo de novos produtos, como filete de tubarão e de serra, cavala fumada, etc., nomeadamente através de meios audiovisuais.

5.2.3 – Sub-programa de avaliação dos recursos não vivos - O Plano incluirá um sub-programa de avaliação do potencial de recursos não vivos, compreendendo os seguintes sub-sub-programas:

a) Sub-sub-programa de avaliação do potencial nacional oceânico em depósitos hidrotérmicos minerais tais como nódulos polimetálicos de manganésio e de fosfatos, sedimentos metalíferos, crostas polimetálicas, sulfuretos de prata, cobre, zinco e ferro.

b) Sub-sub-programa de promoção de centros de thalassoterapia.

c) Sub-sub-programa de identificação e exploração dos recursos arqueológicos da ZEE.

5.3 - A agricultura

A área cultivável de Cabo Verde é limitada e dependente de um clima bastante precário e aleatório, caracterizado por uma precipitação média, anual, inferior a 300 mm.

A pobreza em solos aráveis é outra característica do país. Com efeito, apenas cerca de 42.000 ha de terra se prestam para a agricultura. Desse total, 38.855 ha são ocupados com agricultura de sequeiro e são incapazes de satisfazer as necessidades básicas de alimentação da população; 3.000 ha de terras estão ocupados com agricultura irrigada e são potencialmente capazes de produzir o suficiente para satisfazer as necessidades de consumo em raízes, tubérculos e legumes.

As fruteiras, existentes nos perímetros irrgiados e nas zonas sub-humídas e húmidas, são árvores velhas e pouco produtivas.

Estima-se a sua produção em cerca de 8.600 ton/ano.

Há a necessidade urgente de construção de infraestruturas de recarga das águas subterrâneas. Ilhas como Santiago, Maio, S.Nicolau, S.Vicente e Santo Antão já apresentam balanços hidrológicos negativos, devido às secas consecutivas e à sobre-exploração dos recursos hídricos subterrâneos.

A racionalização do uso da água é uma necessidade que se impõe, especialmente na agricultura, atravez, designadamente, da introdução de novas tecnologias de rega, investimentos em infraestruturas e mudanças de práticas culturais.

A agricultura de regadio vem sendo carecterizada por uma certa tendência de aumento da produção e da produtividade hortícola, graças à progressiva introdução de novas tecnologias e variedades.

A fruticultura apresenta uma situação mista, caracterizada pelo término da exportação da banana e igual declínio da tradicional cultura do café.

A reintrodução da cultura da tamareira apresenta-se como oportunidade nova para uma fruticultura comercial.

A produção florestal (lenha, forragem, carvão) acusa um aumento gradual, em função das áreas florestadas. Entretanto, falta uma gestão, manutenção e exploração adequadas do património florestal.

Apesar dos constrangimentos naturais de Cabo Verde, derivados da aridez do clima e de dispor de solos e de recursos hídricos limitados, é forçoso reconhecer que as suas potencialidades agrícolas estão ainda muito longe de ser convenientemente exploradas.

A causa fundamental das dificuldades no devido aproveitamento dos recursos agrícolas de Cabo Verde encontra-se na esfera da cultura, e tem tradução concreta nos sistemas de exploração agrícola, em número grande de casos não só incapazes de melhor aproveitar os recursos tecnológicos disponíveis, como, também, inadaptados às condições frágeis do eco-sistema cabo-verdiano.

Por isso, os objectivos maiores do Plano, no domínio da agricultura, são:

a) O aumento da produção e da produtividade.

b) A adequação dos sistemas de exploração da terra às condições do meio-ambiente, numa perspectiva de utilização sustentável dos recursos, designadamente da água e dos solos.

c) O desenvolvimento do processo de integração da economia agrícola no mercado.

Para atingir os objectivos referidos, o Plano terá em conta a execução de um amplo programa de desenvolvimento da agricultura, sub-dividido em cinco sub-programas, a saber:

5.3.1) Sub-programa de informação/formação - Com o programa de informação/formação, pretende-se:

a) Facultar a informação, o conhecimento e a habilidade necessários à utilização de novas tecnologias adaptadas às condições naturais de Cabo Verde e à capacidade de apreensão dos agricultores.

b) Aperfeiçoar o sistema de informações de mercado, de modo a permitir ao agricultor as melhores escolhas em termos de natureza e oportunidade das produções.

c) Actuar no domínio comportamental dos agricultores, de forma a criar as condições psico-culturais susceptíveis de permitir a modificação dos sistemas de exploração agrícola, nomeadamente no respeitante à introdução de novas tecnologias, de novas espécies e variedades e de práticas culturais consentâneas com a exploração sustentável dos recursos.

O sub-programa de Informação/formação apoiar-se-á em três sub-sub-programas básicos:

a.i) O de formação profissional de agricultores, cujos alvos serão todos os agricultores, em geral, mas os jovens e mulheres agricultores, em particular.

a.ii) O de animação para o desenvolvimento agrícola e rural, cujos alvos são os agricultores e as comunidades rurais.

a.iii) O de informações de mercado, cujos alvos são os produtores e os intermediários de bens agrícolas e os consumidores.

5.3.2) Sub-programa de vulgarização de novas tecnologias – Com o desenvolvimento deste sub-programa, pretende-se disponibilizar aos agricultores os meios tecnológicos necessários à modernização da agricultura e os factores alternativos. Pretende-se, ainda, facultar, por esse meio, aos agricultores os recursos humanos (técnicos) e financeiros indispensáveis.

Este sub-programa terá suporte essencial nos seguintes sub-sub-programas:

b.i) Sub-sub-programa de desenvolvimento das feiras de produtos agrícolas.

b.ii) Sub-sub-programa de crédito à agricultura e às micro-empresas.

b.iii) Sub-sub-programa de apoio ao desenvolvimento da capacidade técnica e de transferência de tecnologias aos agricultores.

5.3.3) Sub-programa de gestão sustentável dos recursos naturais - A natureza relativamente frágil do ecosistema cabo-verdiano e a grande limitação de recursos naturais (designadamente dos solos, da água, da flora e da fauna - em particular da fauna e da flora endógenas), aliado aos desequilíbrios introduzidos pelo processo de desertificação, aconselham a manutenção e, mesmo, o desenvolvimento das políticas relativas à conservação dos recursos naturais. Por isso, pretende-se desenvolver um amplo sub-programa de *gestão sustentável dos recursos naturais*, apoiado nos seguintes sub-sub-programas fundamentais:

a) Sub-sub-programa de conservação dos solos e de reforço das reservas hídricas – Este sub-sub-programa comportará trabalhos de fixação mecânica e biológica dos solos, em particular das encostas, de correcção torrencial, e terá concretização essencialmente através de projectos de ordenamento de bacias hidrográficas.

b) Sub-sub-programa de exploração e gestão sustentável dos recursos hídricos subterrâneos – Este sub-sub-programa terá como finalidade melhorar o grau de exploração dos recursos hídricos subterrâneos e garantir a sua gestão numa óptica de equilíbrio de longo prazo, de modo a não se perigar o futuro das reservas.

c) Sub-sub-programa de gestão da fauna e da flora endógenas- Este sub-sub-programa terá como finalidade defender as espécies endógenas, particularmente as que correm risco de extinção.

5.3.4) Sub-programa de investigação aplicada - Será desenvolvido um sub-programa de investigação na área da agricultura, orientado no sentido de dar resposta aos problemas e desafios com que é confrontado o sector.

5.3.5) Sub-programa de economia da água - O Plano contemplará um amplo sub-programa de economia da água, que terá em conta tanto a água utilizada para a satisfação das necessidades domésticas, públicas e industriais, como da água para a agricultura.

Este sub-programa comportará os seguintes sub-sub-programas principais:

a) De especificação e padronização de equipamentos e utensílios, em função do seu consumo específico de água (sanitários, chuveiros, torneiras, etc.).

b) De definição de novas políticas tarifárias, tanto para o consumo doméstico e industrial, como para agricultura.

c) De minimização dos consumos específicos de água para a agricultura.

d) De reutilização dos efluentes.

e) De aproveitamento e utilização das águas pluviais e de escorrimento superficial.

f) De utilização das energias não convencionais na exploração dos aquíferos subterrâneos.

Relativamente aos instrumentos de que o Plano fará uso para a execução das políticas e programas referidos, passarão a ter um peso relativo maior:

a) Os instrumentos de intervenção psico-cultural, a serem priorizados pelo sistema de formação baseado na informação/persuasão.

b) Os instrumentos de natureza económico-financeira, como garantia de compra, sistema de preços de referência, crédito e incentivos fiscais e financeiros.

c) Os instrumentos de natureza jurídica, com vista a uma melhor regulamentação do sector (designadamente no que respeita ao uso dos solos, da água, dos recursos biológicos, etc.).

d) Os instrumentos de fiscalização, em particular através de uma intervenção mais sistemática e profunda da Direcção-Geral da Agricultura.

O sector privado será encorajado a dar uma contribuição mais expressiva para a execução do Plano no que respeita à agricultura, designadamente através das ONG's, em particular no que respeita ao apoio aos investimentos dos agricultores em tecnologias de micro-irrigação ou outras economizadoras de água, aos investimentos privados na área da conservação dos solos e protecção das encostas, aos investimentos privados no domínio do desenvolvimento das culturas forrageiras e do fomento da pecuária, à promoção de micro-empresas de transformação de produtos agro-alimentares.

5.4 – Os recursos do sub-solo

Admite-se que Cabo Verde é um país relativamente pobre em recursos naturais, designadamente o seu sub-solo. Contudo, é também consensual que os poucos recursos que possui encontram-se por aproveitar de forma devida.

Jazidas de pozolana, avaliadas em cerca de 11 milhões de toneladas, localizam-se no Concelho de Porto Novo, Ilha de Santo Antão, e têm um potencial de produção anual estimado em 120.000 toneladas. A sua exploração requer elevados recursos financeiros (mais de 700.000 contos) e recursos humanos qualificados.

A água da nascente de Torno, na ilha de São Nicolau, do Vinagre, na Ilha da Brava, bem como de numerosas nascentes das ilhas de Santiago e Santo Antão, de mesa e minerais, representa um significativo potencial para engarrafamento.

Brita e areia podem ser produzidas a partir das enormes jazidas de basalto, cujas pedreiras possuem boas condições para os fins pretendidos.

O sal constitui um potencial minério, embora as principais salinas do País não estejam em funcionamento.

A existência de rochas calcárias e de gesso na Ilha do Maio oferecem condições para a produção de cimento.

As reservas de rochas potencialmente ornamentais, tais como alguns calcarenitos das ilhas do Maio, Sal e Boa Vista, e sienitos nefelínicos da ilha de São Vicente, oferecem algum potencial para a exploração industrial.

5.4.1) Uma das opções do Plano de Desenvolvimento 1997-2000 é a valorização dos recursos geológicas do País .

Com este propósito, será desenvolvido um programa de promoção das indústrias extractivas, pretendendo-se alcançar os seguintes objectivos:

a) A organização e a sistematização de todos os estudos existentes sobre os recursos e as reservas do subsolo, colocando-os à disposição de eventuais interessados, designadamente dos agentes económicos.

b) A criação e instalação da cimentaria do Maio.

c) A execução do projecto de exploração das salinas da Ilha do Maio.

d) A melhor exploração das pozolanas de Santo Antão.

e) A produção de areia, brita e outros inertes a partir de rochas basálticas.

5.4.2) Uma outra grande opção do Plano é a valorização das águas minerais e de mesa.

O mercado das águas minerais e de mesa vem ganhando significado, devido ao crescimento do turismo e à modificação de hábitos de consumo dos residentes. Por outro lado, toda a água mineral e de mesa é, presentemente, importada, quando haverá, no país, águas consideradas de boa qualidade.

Pretende-se criar, a médio prazo, as condições necessárias ao desenvolvimento de uma indústria de engarrafamento de águas.

Para o efeito, o Plano desenvolverá um programa específico, que englobará o seguinte:

a) A promoção de estudos concludentes sobre o valor económico das águas das principais nascentes referenciadas como de qualidade, a fim de se conhecer melhor as suas reais características e a rendibilidade das respectivas explorações.

b) O incentivo à instalação de indústrias de engarrafamento de águas minerais e de mesa.

5.4.3) Cabo Verde é um país de recursos energéticos convencionais muito limitados:

- Dada a aridez do clima, os recursos em biomassa são muito escassos;
- Não são conhecidos jazigos de hidrocarbonetos;
- Não há condições para a produção de energia hidroeléctrica, uma vez que os cursos de água não são permanentes.

Em contrapartida, os recursos não convencionais e renováveis são significativos, sendo de destacar os grandes potenciais que são a energia solar, a eólica e o gradiente térmico das águas do mar. Suspeita-se, também, da existência de um potencial geotérmico.

Dependendo o processo de desenvolvimento de Cabo Verde, em larga escala, das soluções que forem encontradas para a produção de energia e considerando a realidade do País, o Plano de Desenvolvimento 1997-2000 desenvolverá um amplo programa de aproveitamento das energias não convencionais e renováveis.

A meta do plano é assegurar que, até finais do século, pelo menos vinte por cento da produção de energia eléctrica seja assegurada por meios não convencionais.

6. – Desenvolver os sistemas de transportes e comunicações e energético

6.1 – Avalição sumária da situação actual

6.1.1 – Transportes e comunicações - O III Plano Nacional de Desenvolvimento deu particular atenção às infraestruturas de comunicações, considerando as enormes carências do país, nessa área, e uma vez que se revelavam indispensáveis para o sucesso do modelo de desenvolvimento de Cabo Verde.

Foi, assim, concebido um programa ambicioso de infraestruturas e transportes(PIT), que cobriu os sectores marítimo, rodoviário e aéreo. Na mesma lógica, foi concebido um programa de modernização das telecomunicações.

O grau de realização do PIT é satisfatório, não obstante a constatação de atrasos, em particular na execução do sub-programa rodoviário.

O sub-programa de transportes marítimos, do PIT, incluía o ordenamento e modernização do Porto do Mindelo, a reabilitação e equipamento do Porto da Praia, a conclusão do Porto do Tarrafal de S.Nicolau, a construção dos portos do Maio, Boavista e Brava, a reabilitação do Porto de Vale dos Cavaleiros, a modernização das frotas de longo curso e de cabotagem e a adequação da gestão portuária às exigências actuais.

Entre outros propósitos, o sub-programa tem por objectivos melhorar as condições das ligações marítimas internacionais e inter-ilhas e fazer do Porto Grande do Mindelo um porto de "transhippement".

Parte do sub-programa está em fase avançada de execução ou foi, mesmo, concluída. Estão numa das duas situações o Porto do Tarrafal de S.Nicolau, a modernização do Porto Grande do Mindelo, a construção dos portos da Boavista e do Maio, a reabilitação e equipamento do Porto da Praia.

Em fase de arranque estão as obras de reabilitação do Porto de Vale dos Cavaleiros e a construção do Porto da Furna.

Encontram-se em andamento processos preparatórios da modernização da gestão portuária e das frotas de cabotagem e de longo curso.

Com a conclusão do sub-programa, todas as ilhas de Cabo Verde disporão de um porto minimamente infraestruturado, o Porto Grande do Mindelo estará em condições de desempenhar a função que dele se espera, no âmbito da inserção dinâmica de Cabo Verde no sistema económico mundial, a frota de cabotagem encontrar-se-á modernizada e, por isso, em condições de assegurar a melhor circulação interna de pessoas e mercadorias - contribuindo, deste modo, para viabilizar sectores importantes como o turismo -, a frota de longo curso poderá entrar no mercado internacional em condições competitivas.

O sub-programa de transportes aéreos incluía, essencialmente, a reabilitação dos aeroportos das diferentes ilhas, a modernização e melhor infraestruturação do Aerporto Intenacional Amilcar Cabral, a conclusão do Aeroporto da Esperadinha, na Brava, a construção do Aeroporto de S.Filipe, a ampliação e iluminação do Aeroporto de S.Pedro, em S.Vicente, e a conclusão do Novo Aeroporto da Praia.

Também faziam parte do sub-programa a modernização da frota dos Transportes Aéreos de Cabo Verde e o desenvolvimento organizacional da referida companhia aérea.

O objectivo do sub-programa é proporcinar uma oferta do serviço de transporte áereo nas melhores condições de segurança, conforto e preço.

Muitas das componentes do sub-programa encontram-se realizadas ou em execução:

a) Foi construída a pista de S. Filipe, com 1.200 metros, tendo sido iniciada a construção da aerogare.

b) Foi concluída a construção do aeródromo de Esperadinha, na Brava, bem como a aerogare.

c) Foram realizadas as obras de beneficiação das pistas do Maio e da Boa Vista, estando em execução as obras das aerogares da Boavista e de S. Nicolau.

d) A ASA instalou os seus serviços em todos os aeródromos, tendo neles introduzido a maioria dos equipamentos necessários para uma boa gestão aeroportuária.

e) A modernização do AIAC-Aeroporto Internacional Amilcar Cabral, constituindo um projecto contínuo, vem sendo feita. Foram concluídas as fases relativas à introdução do sistema de "check-in" automatizado, à ampliação da sala de chegadas internacionais, à construção da sala de embarque doméstico, à climatização da sala de trânsito internacional, à construção do terminal de cargas e à introdução de meios e equipamentos modernos para a segurança da aviação civil.

f) A renovação parcial, mas na sua componente mais expressiva, da frota dos TACV foi feita e o processo de desenvolvimento organizacional da empresa, embora lentamente, vem conhecendo avanços.

g) Surgiram no mercado da aviação internacional novos operadores.

Em relação ao objectivo proposto, conseguiu-se melhorar significativamente as condições de segurança e conforto do transporte aéreo, restando por atingir a redução do frete e das passagens.

Continua, porém, importante a conclusão do programa, designamente a realização das componentes conclusão do novo aerporto da Praia, modernização do aeroporto do Mindelo e, sobretudo, a conclusão do processo de desenvolvimento organizacional dos TACV.

Em termos de objectivo, a redução dos fretes e do custo das passagens aéreas impõe-se com prioridade redobrada.

O sub-programa rodoviário incluía quatro vertentes principais:

1ª) Assegurar um serviço de manutenção corrente das redes viárias;

2ª) Reconstruir ou construir novas estradas;

3ª) Executar um programa de desenvolvimento organizacional da Direcção Geral de Transportes Terrestres.

4ª) Modernizar a legislação.

O sub-programa rodiviário tinha como objectivo principal melhorar as condições de acessibilidade, por estrada, às diferentes comunidades, integrar o subsistema de transportes rodiviários no sistema geral de transportes e reduzir a sinistralidade rodoviária.

O sub-programa tem conhecido atrasos significativos na sua realização.

Conseguiu-se garantir a manutenção corrente das estradas, o desenvolvimento organizacional da DGTR conheceu avanços significativos, assim como a modernização da legislação, incluindo o novo Código da Estrada, que foi aprovado.

A componente reconstrução ou construção de novos troços praticamente não arrancou, devido a dificuldades havidas no seu financiamento.

Em relação às telecomunicações, o III Plano nacional de Desenvolvimento concentrou a sua atenção na modernização do sistema, designadamente introduzindo a digitalização, na expansão da rede urbana e rural, na resolução do problema das ligações inter-ilhas, em parte, através da fibra óptica, e no desenvolvimento da empresa de telecomunicações. Uma das medidas mais importantes foi a privatização parcial da empresa e a identificação de um parceiro estratégico para participar no capital da Cabo Verde Telecom.

As metas do III Plano foram, no essencial, conseguidas.

Com efeito, hoje, o país dispõe: de um centro internacional de trânsito digital equipado com 240 circuitos internacionais e que deverá ser ampliado, brevemente, com a introdução de mais 60 circuitos; de uma estação terrena digital; de dois centros de trânsito interurbano, digitais; de treze centrais telefónicas digitais com capacidade para 21.256 assinantes; de treze centrais telefónicas analógicas com capacidade para 11.560; de uma rede de transmissão inter-ilhas constituída por feixes hertzianos analógicos e digitais; de uma estação terrena digital para ligação Praia-Mindelo.

Encontra-se em fase de execução o projecto de cabo submarino de fibra óptica interligando cinco ilhas do Arquipélago, pelos pontos Praia-Sal Rei-Espargos-Tarrafal de S.Nicolau-Mindelo. A conclusão do projecto está prevista para o primeiro trimestre de 1997.

Como medida de securização do sistema, foram instaladas duas estações terrenas, utilizando antenas do tipo F-3, na Praia e no Mindelo, para assegurar, via satélite, as comunicações entre as ilhas do norte e do sul do País.

O parque telefónico mais que duplicou e é, presentemente, de mais de 22.900 assinantes.

Foram construídas e ampliadas várias redes locais e traçados rurais.

Encontra-se igualmente em fase de execução o projecto de modernização da rede de cabos, que permitirá satisfazer, de imediato, a procura nas cidades da Praia, Mindelo e São Filipe.

6.1.2 – Energia – Ao longo dos últimos anos, a política do sector tem sido virada, essencialmente, para a construção de infra-estruturas necessárias ao abastecimento de energia às regiões e populações, e para a garantia da segurança de importação de derivados de petróleo, absolutamente necessários para a produção de electricidade e água dessalinizada, para os transportes e para as mais variadas utilizações industriais e domésticas.

O país ocupa uma posição geográfica que não possibilita o acesso às grandes redes de energia e é obrigado, por razões ligadas à pequenez do seu mercado, a importar pequenas quantidades de derivados do petróleo, não beneficiando, por isso, de economias de escala no transporte.

No período do III Plano, cumpriu-se o objectivo electrificar todos os centros principais de cada concelho, de fazer chegar o gás e outros combustíveis a quase todos os pontos, de reforçar a valorização dos recursos energéticos endógenos, especialmente o vento e o sol.

A energia, entendida como um factor fundamental do desenvolvimento, constitui um sector estratégico condicionante da realização do programa de dinamização da economia.

6.1.2.1 - Energia eléctrica - A produção de energia eléctrica tem origem essencialmente térmica, a partir de grupos electrogéneos que queimam gasóleo, havendo na Praia e em S. Vicente (centrais da Electra) grupos que funcionam a fuel. As potências unitárias dos grupos estão compreendidas entre os 25 e 3.000 KVA.

De 1990 a 1995, a potência instalada duplicou, passando de 21,4 MVA para 42,3 MVA. O aumento nos centros secundários, no mesmo período, foi de 3,4 MVA para 10,5 MVA, ou seja, três vezes mais. Contudo, a idade média dos grupos instalados nestes centros é elevada, encontrando-se alguns avariados ou fora de serviço. As potências globais instaladas no país rondam os 40 000 KW (50 000 KVA).

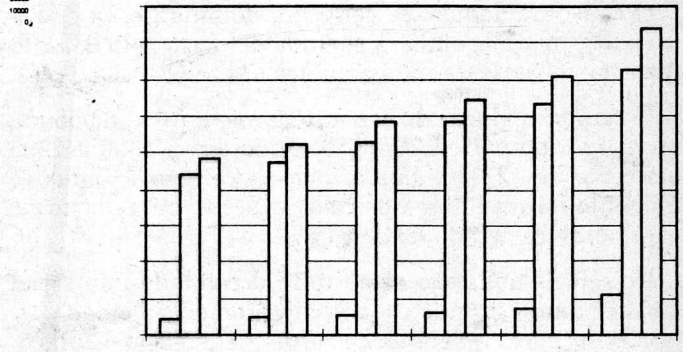
A quase inexistência de redes de transporte de energia eléctrica tem sido a principal razão da proliferação de pequenas centrais para responder às solicitações das populações rurais. Existem 19 centrais eléctricas em Santiago, 8 em S. Antão, 6 na Boavista e 5 no Fogo, sem incluir os pequenos grupos utilizados pelas famílias (1a 5 KVA).

Os parques electro-produtores da Praia e do Sal estão praticamente saturados, exigindo reforço para fazerem face às novas solicitações.

Não obstante os esforços em disponibilizar cada vez mais meios de produção, subsistem grandes insuficiências dos parques produtivos.

A produção de electricidade registou um aumento de 15 Gwh na Praia, 9,7 Gwh em S.Vicente e 2,5 Gwh no Sal, no período compreendido entre 1990 e 1995, representando um crescimento médio de 11% nos centros principais. Nas centrais rurais o crescimento foi de 33,5%.

Produção de Energia Eléctrica



O gráfico supra ilustra as produções de electricidade nas diferentes centrais do país e a relação entre a produção nas centrais dos centros urbanos e nas dos municípios (*centrais M).

Muitas das centrais são velhos edifícios que se encontram mal localizados, no interior das cidades e vilas, devendo ser transferidas. São exemplos as seguintes centrais eléctricas: Praia, Nova Sintra, Tarrafal – Santiago, Assomada, S. Filipe, Ribeira Grande, Porto Novo, Ribeira Brava, Porto Inglês.

A energia eólica e a solar estão a ser exploradas com sucesso.

Foram instalados, em finais de 1994, três parques eólicos, num total de 8x300Kw, que contribuiram, em 1995, com uma produção de 8 Gwh, cerca de 13 % da produção total da Electra, e equivalente a cerca de 73% da produção total das centrais municipais, no mesmo ano.

A energia chega aos consumidores através de redes de distribuição a dois níveis de tensão: média tensão (MT) e baixa tensão(BT). A nível de MT, predominam várias tensões (6, 10 , 13.8, 15 e 20KV). Todavia, a tensão tecnicamente recomendada pelo P.D.E. é de 20 KV.

Algumas zonas identificadas, com vocação industrial e turística, estão a ser beneficiadas com energia eléctrica, através do prolongamento das redes locais, como os casos recentes das zonas industriais da Praia e do Mindelo, mas a inexistência dessa facilidade em outras localidades com vocação idêntica tem condicionado o estabelecimento de actividades produtivas nessas regiões.

A distribuição nos centros rurais é caracterizada por extensas e velhas redes em baixa tensão, embora circunscritas à sede das localidades, muitas vezes mal dimensionadas, com perdas consideráveis, afectando negativamente a eficiência dos referidos sistemas. Os casos mais críticos são: Nova Sintra, Tarrafal-Santiago, Assomada, S. Filipe, Ribeira Grande, Ribeira Brava.

Constata-se que, apesar das benfeitorias que vêm sendo introduzidas nas redes de distribuição de electricidade com vista a melhorar a qualidade da energia fornecida, os parâmetros técnicos continuam inadequados, na maioria dos casos.

As perdas nas redes rurais atingem os 33% e nas redes da Electra os 17%. As metas estabelecidas são de 8% para a Electra e 15% para as redes rurais. As perdas administrativas (avenças, furtos,dívidas, etc.) continuam elevadas.

O consumo doméstico continua dominante na estrutura do consumo, embora seguido de perto pela dessalinização, à frente da indústria e dos serviços.

O conjunto global de consumidores, a nível nacional, aumentou no período compreendido entre 1990 e 1995 em cerca de 12 000. Nos principais centros urbanos, o aumento foi de 47% e nos centros secundários e rurais o aumento registado foi de 37%.

De referir que, não obstante a actividade industrial não ser ainda grande consumidora de electricidade, as falhas ou inexistência desta forma de energia condicionam imenso essa actividade.

A taxa global de cobertura em energia eléctrica situa-se à volta de 37%. Nos centros secundários, que detêm cerca 63% da população do país, apenas 24% das famílias estão servidas.

Os processos de dessalinização utilizados no país como alternativa à produção de água potável, MVC-Compressão Mecânica de Vapor, RO-Osmose Inversa, MSF-Multi Stage Flash e MED-Multi.Effect são grandes consumidores de energia.

De 1990 a 1995, a dessalinização foi grandemente responsável pelo consumo de energia: 22% da electricidade produzida no Sal e 18% no Mindelo, para além do fuel consumido na dessalinização no MSF, em Mindelo.

No período referido, a produção de água registou, em média, um aumento de 6%, em S. Vicente, e um incremento médio de 1% no Sal, devido às sucessivas avarias registadas nos meios de produção na ilha.

Houve, ainda, melhoria de produção da água, na Praia, com a introdução da dessalinização, mas bastante abaixo da capacidade efectiva da produção dos grupos dessalinizadores, por falta de disponibilidade de energia.

Cabo Verde é extremamente dependente da importação de derivados do petróleo para satisfação das suas necessidades energéticas.

Os mercados, nacional e da reexportação, dos produtos petrolíferos, encontram-se divididos entre as empresas Shell Cabo Verde, Sarl e Enacol-sarl, que asseguram o abastecimento do País e que, em 1995, comercializaram no mercado interno cerca de 70.453 TM de combustíveis.

O mercado de reexportação comportou-se de uma forma instável, devido a vários factores aliados à conjuntura político-económica internacional, sem descurar o aspecto do desenvolvimento tecnológico, sobretudo da aviação.

A relativa exiguidade do mercado obriga a importações de pequenas quantidades, encarecendo o produto C&F, fundamentalmente, devido ao custo do transporte.

6.1.2.2- A biomassa - Cerca de 57% das famílias utilizam a lenha como principal fonte de energia doméstica (cocção), dos quais 92% são famílias rurais.

O nível de consumo efectivo de lenha situa-se em 189 Kgs de lenha/pessoa/ ano, equivalente a 69.240 ton. de lenha/ano, acrescido de 200 grs. de carvão/ pessoa/ano ou seja 73 ton. de carvão, equivalente a 243 ton. de lenha.

A exploração da lenha para fins energéticos é confrontada com um défice florestal global de 14%, comparando a produtividade biológica natural (69.079 ton) com a produção primária nacional bruta (79 000 ton).

6.1.2.3 - As energias não convencionais - O país dispõe de considerável potencial eólico (velocidade média de 7.5 m/s) e solar (radiação média de 5 Kwh/m2/dia) que propiciam a utilização económica destas formas de energia, a ajuizar pelo actual grau de eficiência das tecnologias do seu aproveitamento.

Ao longo da última década vários projectos de demonstração e experimentação foram executados nos domínios do solar, do eólico e do biogás. O que tem tido maior sucesso é, sem dúvida, a utilização da energia eólica, destinada à bombagem de água e à produção de electricidade.

Em 1994, instalou-se, em moldes comerciais, três parques eólicos nos principais centros produtores e consumidores de energia (Praia, Mindelo e Sal), num total de 8x300 KW que, segundo os resultados, confirmam e reforçam as perspectivas que esta forma de energia poderá jogar no balanço energético nacional.

Um estudo de viabilidade técnico-económica, com o propósito de reforçar (duplicar) a potência eólica instalada nos três principais centros, está em curso.

A utilização da energia solar tem sido pouco significativa, em consequência do elevado custo de investimento associado aos equipamentos. A maior utilização tem sido na alimentação dos sistemas de bombeamento da água.

6.1.2.4 - O quadro institucional - O quadro institucional do sector é caracterizado pela intervenção de diversos agentes, o que tem facilitado, com frequência, a sobreposição de competências e introduzido alguma irracionalidade no sistema. A redefinição e a reorientação do papel das instituições intervenientes no sector, medidas em curso, irão contribuir para uma maior eficácia do sector.

A ausência de um quadro normativo e regulamentar coerente tem sido outro constrangimento considerável ao desenvolvimento do sector, impedindo, designadamente, a intervenção de agentes económicos privados, tanto na produção como no transporte e na distribuição.

6.2 - Política global

O Plano de Desenvolvimento 1997-2.000 considera a eficiência do sector dos transportes (internos e internacionais) e comunicações como factor chave para o sucesso da estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, e um contributo de primordial importância para o alívio de situações de pobreza e melhoria da qualidade de vida das populações. Com efeito, os investimentos em transportes contribuem para o aumento da rendibilidade social dos investimentos privados nos diferentes sectores, e para a melhoria das condições de vida das camadas da população mais carenciadas, beneficiando a acessibilidade aos locais de trabalho e aos serviços sociais.

Por outro lado, um sistema de transportes e telecomunicações internacionais eficiente constitui um pressuposto básico para a inserção de Cabo Verde na zona do mundo cuja economia está em rápido processo de globalização.

Existe a consciência de que as infraestruturas cuja criação/modernização está em curso deverão ser mantidas de forma adequada, de modo a evitar futuros investimentos em reabilitações e reconstruções prematuras.

Considera-se, ainda, que futuros investimentos em infraestruturas deverão ser sempre analisados e escolhidos essencialmente em função da sua rendibilidade económica e financeira, e tendo em atenção os eventuais impactes no habitat humano, no ambiente e no equilíbrio ecológico, pelo que serão sempre alvo de estudos de viabilidade económica e financeira, de impacte ambiental e de rendibilidade social.

Considera-se, finalmente, que a exploração de infraestruturas e de sistemas de transportes e de comunicações constitui uma vocação natural do sector privado, pelo que importa promover a sua participação neste domínio.

Quanto à energia, entende-se ser um sector de capital importância para o desenvolvimento do país e a sua inserção dinâmica no sistema económico mundial, bem como um elemento importante a ter em conta no programa de satisfação das necessidades básicas da população.

Com base nas considerações feitas, são estabelecidos como objectivos globais em matéria de infraestruturas e transportes:

a) Concluir o esforço de infraestruturação do país, designadamente nos domíos dos transportes, das telecomunicações e da energia, e aumentar a eficácia económica, social e ambiental das referidas infraestruturas.

b) Melhorar a oferta, tanto do ponto de vista do preço como do ponto de vista da qualidade e capacidade de tráfego, dos sistemas de transportes e de telecomunicações.

6.2.1 – Sub-sector das infraestruturas – O Plano estabelecerá os seguintes objectivos:

i) Infraestruturas de transportes e Telecomunicações:

i.a) Portos - Os portos desempenham um papel fundamental na política de internacionalização da economia de Cabo Verde, bem como no processo de integração e ordenamento do território nacional.

Na sequência das acções desenvolvidas no quadro da anterior legislatura, todas as ilhas terão, a curto prazo, pelo menos um porto que permitirá um funcionamento em condições de eficiência económica.

Presentemente, importa promover a prestação de um serviço eficiente.

O Governo define assim os seguintes objectivos específicos para este sub-sector:

– Evitar a degradação das infraestruturas criadas.

– Promover um funcionamento eficiente dos portos nacionais.

A prossecução destes objectivos implica a assumpção de medidas, das quais se relevam as seguintes:

– Rever o enquadramento institucional da ENAPOR.

– Atribuir ao sector privado a exploração das operações portuárias, pelo menos nos portos principais, e estudar formas adequadas de exploração dos portos "interiores".

– Prosseguir com o esforço de equipamento portuário.

– Reabilitar e equipar os cais do Porto Novo, em Santo Antão, e da Palmeira, no Sal.

– Estabelecer esquemas de manutenção periódica das infraestruturas portuárias, da responsabilidade do estado.

– Estabelecer contratos-programas com as entidades responsáveis pela exploração dos dois portos internacionais, e zelar pelo cumprimento dos objectivos, medidas e metas neles consignados;

– Estudar e desenvolver medidas de apoio à promoção internacional do Porto Grande do Mindelo como porto de transbordo internacional de mercadorias.

i.b) Aeroportos – Actualmente todas as ilhas dispõem de, pelo menos, um aeroporto, servido por carreiras regulares. O processo de modernização do AIAC está em curso, tendente, nomeadamente, a desenvolver

a valência daquele aeroporto como placa giratória de transbordo de mercadorias de tráfego internacional. A ampliação e modernização dos aeroportos de Praia e de S.Vicente está, também, em curso.

São definidos como objectivos gerais do Plano 1997-2.000:

- Manter as infraestruturas aeroportuárias em bom estado de conservação.
- Melhorar o serviço prestado aos utentes, em termos de segurança e de comodidade.

Nesse sentido, serão tomadas as seguintes medidas:

- Adoptar um programa de manutenção corrente das pistas e aeroportos nacionais, nomeadamente através da celebração de contratos de manutenção corrente com empreiteiros de obras públicas;
- Melhorar as aerogares das pistas "interiores";
- Promover a permanente actualização dos serviços prestados pelo Aeroporto Internacional Amilcar Cabral, em especial no que se refere à exploração do espaço aéreo atribuído à FIR do Sal;
- Apoiar a promoção do AIAC como placa giratória de prestação de serviços à navegação aérea e do transbordo de cargas internacionais.

i.c) Estradas – Cabo Verde dispõe de uma rede viária com uma densidade elevada, quando comparada com países da Região. No entanto, a descontinuidade do território, a sua orografia acentuada e o padrão de dispersão da população, obrigam a um esforço acrescido de densificação da malha viária.

O crescimento da intensidade do tráfego rodoviário e o regime pluviométrico caracterizado por fortes precipitações muito concentradas em curtíssimos espaços de tempo, são factores que determinam uma permanente tendência para a degradação das estradas, e que importa contrariar através de sistemas de *manutenção corrente* e reabilitação rápida quando se registem danos maiores. Por outro lado, existe a consciência de que os processos de crescimento económico estão sempre aliados a fortes crescimentos da sinistralidade, que importa contrariar com medidas adequadas.

Nestes termos, são definidos como objectivos do Plano:

- Continuar o processo de reabilitação das estradas com maior impacte na circulação de pessoas e bens e no desencrave de populações.
- *Evitar a* degradação da rede existente.
- Melhorar a segurança rodoviária.

Neste quadro, serão tomadas as seguintes *medidas*:

- Elaborar o plano director rodoviário, contendo nomeadamente a priorização de estradas e troços a reabilitar e construir, em função das necessidades decorrentes de integração de todo o espaço interno e de combate a situações de isolamento de populações, e ainda as especificações técnicas-padrão por tipo de estrada, e um modelo de gestão da rede viária.
- Criar os instrumentos, inclusive os financeiros, necessários à garantia da manutenção corrente das estradas da rede principal.
- Continuar o processo de descentralização da gestão da rede secundária para as autarquias.
- Melhorar as condições de segurança das estradas, continuando o esforço de investimento na eliminação de pontos negros e na sinalização das estradas.

i.d) Telecomunicações – As telecomunicações são encaradas, simultaneamente, como alternativa e como complemento ao sistema de transportes, internos e internacionais. Por outro lado, a importância crescente desse sector como "estrada" de transporte quase instantâneo de informação - o recurso mais importante das economias - leva a que se atribua às telecomunicações um papel fundamental na estratégia de inserção dinâmica de Cabo Verde na economia mundial.

O III PND lançou as bases para uma cobertura do território, as quais, embora já se façam sentir fortemente em termos de acessibilidade das populações à rede telefónica e em maior fiabilidade de todo o sistema, terão que ser continuadas.

Para além desse esforço de investimento na modernização das infraestruturas de telecomunicações, propõe-se melhorar e diversificar os serviços à disposição dos utentes. Nestes termos, definem-se como *objectivos*:

- Concluir o processo de cobertura do território nacional, mediante a utilização de tecnologias fiáveis e com capacidade de transporte de grandes volumes de informação.
- Diversificar a oferta de serviços.

A prossecução de tais objectivos passa pela execução de medidas adequadas, das quais importa relevar:

- O processo de privatização da empresa pública de telecomunicações, nos moldes já definidos.
- processo conducente à instalação do cabo submarino de fibras ópticas ligando as ilhas, considerado prioritário.
- A promoção da ligação Praia/Mindelo, por forma a fechar o anel, passando por todas as ilhas.
- A utilização do sistema de feixes hertzianos como complemento da rede de fibra óptica, destinada a permitir o acesso a todos os pontos de cada ilha.
- O desenvolvimento das ligações internacionais por satélite e por cabos de fibra óptica.
- A promoção do surgimento de outros serviços de telecomunicações, nomeadamente os serviços de valor acrescentado, da iniciativa do sector privado.

A promoção da continuação do projecto de telecomunicações rurais, como forma importante de quebra de isolamentos geográficos e aproximação da diáspora às suas zonas de origem.

- A promoção da continuação da digitalização da rede.
- A promoção da manutenção adequada da infraestrutura de telecomunicações, instalada.

ii) Sub-sector da Energia – A energia constitui um sector estratégico para a realização do programa. Para o seu conveniente desenvolvimento, importa que se faça uma abordagem globalizante da problemática da energia.

Por isso, durante os próximos anos, o Plano elege o sector como prioritário, sendo os objectivos fundamentais:

a) Assegurar o correcto abastecimento do mercado, designadamente a satisfação das necessidades empresariais e domésticas.

b) Optimizar a utilização dos recursos existentes, em particular através de uma política consistente de economia de energia.

c) Promover a utilização das energias renováveis.

Para atingir esses objectivos, o Plano considerará os seguintes sub-programas:

ii.a) Sub-programa de desenvolvimento institucional – Uma abordagem global e sistémica da questão energética exige soluções institucionais adequadas. Por isso, o Plano atribui prioridade à instalação e desenvolvimento do Instituto Nacional de Energia, como instituição com responsabilidades de planeamento, gestão e pesquisa, mas, também, de assessoria ao Governo em relação às políticas energéticas.

ii.b) Sub-programa de vulgarização das energias não convencionais – Considerando a realidade do país em matéria de fontes de energia, o Plano integrará um sub-programa de promoção e vulgarização do uso das energias renováveis, com destaque para a energia solar e a eólica. O referido sub-programa conterá, ainda, acções de pesquisa com vista a esclarecer da existência ou não de um potencial de energia geotérmica, explorável, no país.

Os programas de vulgarização de energias renováveis incluirão um sistema de incentivos, susceptível de estimular a sua utilização.

ii.c) Sub-programa de infraestruturação e desenvolvimento dos sistemas de distribuição de energia nas zonas industriais e nas de desenvolvimento turístico - Tendo em conta a procura efectiva e potencial das ZI e das ZDTI, o Plano conterá um sub-programa de distribuição de energia nessas zonas. Esse sub-programa será integrado no programa maior de infraestruturação global das referidas zonas.

ii.d) Sub-programa de distribuição de energia às sedes dos municípios e aos centros secundários - Considerando a necessidade, para um desenvolvimento harmonioso do país, de incrementar as vantagens comparativas e locacionais das sedes dos municípios e dos centros secundários, o Plano contemplará um sub-programa de infraestruturação e distribuição de energia aos mesmos.

ii.e) Programa de desenvolvimento e racionalização dos sistemas electroprodutores e dos de distribuição de energia eléctrica das diferentes ilhas - A minimização dos custos de funcionamento, a busca de economias de escala, a melhor gestão do diagrama de carga, as limitações em matéria de quadros especializados, a aposta na prestação dum melhor serviço aos consumidores (segundo o binómio qualidade/preço) recomendam, em princípio, um modelo diferente do até agora seguido em matéria de produção e destribuição de energia eléctrica nas diferentes ilhas.

Nestes termos, o Plano pretende promover um sub-programa de racionalização dos sistemas electroprodutores e de distribuição de energia, contemplando todas as ilhas do Arquipélago.

ii.f) Sub-programa de racionalização dos consumos - A racionalização dos consumos depende, sem dúvida, de um conjunto de políticas públicas importantes, designadamento no que respeita à especificação, classificação e padronização dos equipamentos e utensílios, bem como à política fiscal. Contudo, entende-se que essa racionalização depende sobremaneira do próprio consumidor, das suas preocupações em matéria de poupança e conservação de energia; em última instância, depende da informação e da formação do próprio consumidor.

Assim, pretende-se executar um sub-programa de racionalização dos consumos de energia, sub-dividido em três sub-sub-programas essenciais:

- Sub-sub-programa de equipamentos, utensílios e materiais, destinado essencialmente à especificação, classificação e padronização dos mesmos, em função dos diferentes usos e tendo em conta as preocupações do Governo em matéria de economia de energia.
- Sub-sub-programa de informação/formação, cuja finalidade será actuar sobre o comportamento do consumidor, induzindo-o à prática de hábitos de consumo racionalizados.
- Sub-sub-programa de desenvolvimento de incentivos fiscais e financeiros à racionalização dos hábitos de consumo.

6.2.2 - Sub-Sector dos transportes - Considera-se o desenvolvimento do sistema de transportes como fundamental para a concretização do programa de desenvolvimento de Cabo Verde. Neste sentido, importante se torna que a problemática dos transportes continue a ser abordada numa óptica de sistema integrado.

Para cada uma das áreas dos transportes, o Plano terá em conta o seguinte:

i) Transportes marítimos – A cadeia dos transportes marítimos, da qual o sector portuário é um elemento, tem vindo a definir-se como um dos pontos nevrálgicos da economia caboverdiana, condicionando a unificação do espaço nacional e a inserção dinâmica de Cabo Verde no espaço económico mundial.

Os desafios impostos pelo desenvolvimento do país exigem, no domínio portuário, importantes investimentos em infra-estruturas e equipamentos adequados às novas solicitações dos transportes marítimos.

Estes, por sua vez, deverão adaptar-se às grandes transformações operadas na esfera da tecnologia marítima.

O transporte marítimo terá que estar em condições de assegurar a maior parte da circulação de pessoas e de mercadorias.

Os objectivos do Plano para o sector da marinha e portos são:

1) Promover a competitividade internacional de Cabo Verde, através da modernização dos portos, particularmente da sua gestão, e da reorganização e modernização da indústria de transportes marítimos.

2) Contribuir para uma melhor integração do espaço nacional, designadamente através de investimentos na construção, reabilitação, conservação e equipamento dos portos e modernização da sua gestão, e na constituição de uma frota de cabotagem moderna.

Para atingir esses objectivos, serão desenvolvidos os seguintes programas:

a) Da marinha mercante internacional, com o propósito da sua modernização e preenchimento dos requisitos necessários à prestação de serviço à *escala regional e internacional.*

b) Da marinha mercante de cabotagem, com vista a assegurar a integração do mercado nacional e a unificação do território, e de responder à procura nos sectores de transporte inter-ilhas de passageiros, do comércio e da indústria.

Para além disso, programas específicos no sentido de viabilizar os transportes marítimos inter-ilhas de turistas deverão ser executados.

c) Dos portos, a fim de assegurar a sua melhor operacionalidade e competitividade

A intervenção do Estado no sector será essencialmente virada para a promoção, a regulamentação, a fiscalização e a regulação supletiva do sistema.

Assim sendo, serão os seguintes os eixos fundamentais da politica para os sectores dos Transportes Marítimos e dos Portos:

i) Gestão, autoridade e desenvolvimento portuários - Com o propósito de tornar competitivo os portos de Cabo Verde, o Plano considera prioritário:

a) Actualizar e adequar a legislação marítima e portuária aos interesses da modernização dos respectivos sectores.

b) Reestruturar e especializar as funções da ENAPOR, que deverá assumir apenas o papel de autoridade portuária.

c) Autonomizar os portos e criar condições para que a gestão dos mesmos seja confiada a entidades de direito privado.

d) Rever o sistema tarifário.

e) **Continuar o programa de execução, manutenção e adequação tecnológica das infraestruturas e superestruturas portuárias, em todas as ilhas.**

ii) Armamento - Com o propósito de desenvolver o armamento nacional, propõe o Plano:

a) Promover a criação de um armamento nacional de prestação de serviços internacionais de transporte de mercadorias, competitivo do ponto de vista tecnológico.

b) Criar um cabaz de incentivos susceptíveis de encorajar a modernização da frota de cabotagem, tendo em conta, designadamente, as necessidades do sector do turismo.

c) Definir claramente as responsabilidades do estado quanto à política social no domínio do transporte marítimo de cabotagem.

iii) "Shipping" – Quanto à actividade do "shipping", pretende-se:

a) Promover condições e acções susceptiveis de encorajar e viabilizar novas formas de organização, desenvolvimento e exploração do "shipping" internacional, tendo em atenção as particularidades do mercado.

b) Criar um sistema de incentivos ao investimento no "shipping".

c) Operacionalizar o registo internacional de navios.

iv) Recursos humanos – No domínio da formação e desenvolvimento dos recursos humanos, são objectivos do Plano:

a) Promover a melhor capacitação das instituições nacionais de formação do pessoal marítimo e portuário, nomeadamente através da criação de condições que permitam diversificar e elevar os níveis de formação ora ministrados.

b) Elaborar o plano nacional de formação para o sector da marinha e portos.

c) Dar especial atenção à capacitação dos recursos humanos nas áreas da economia e do "shipping" e, também, na área de gestão da zona costeira.

v) Legislação – Quanto à legislação marítima, são objectivos do Plano:

a) Promover a actualização da legislação marítima, com a finalidade de facilitar e regulamentar as actividades dos agentes económicos e clarificar as relacões laborais na área da marinha e portos, de aperfeiçoar a legislação relativa à segurança da navegação, à prevenção da poluição marinha, à salvaguarda da vida humana no mar e à promoção de elevados graus de gestão da qualidade nas empresas do "shipping".

b) Introduzir na ordem jurídica nacional as convenções e tratados internacionais na área da marinha e dos transportes.

c) Regulamentar a actividade de agenciamento marítimo.

vi) **Segurança marítima - A salvaguarda da vida humana no mar e a segurança da navegação são**

preocupações fundamentais. Assim sendo, a definição de um sistema de segurança englobando as vertentes prevenção, alerta e salvamento, bem como a formação de todos os actores envolvidos, são objectivos a atingir. Para o efeito, serão executados os seguintes subprogramas:

a) Sub-programa de regulamentação - Este subprograma contemplará a elaboração de normas de segurança para os navios e sua fiscalização, a elaboração de regras de navegação e seu controle, a ratificação de todas as convenções e acordos internacionais existentes nesta área.

b) Sub-programa de informação - O sub-programa terá o seguinte conteúdo: informação e divulgação aos utilizadores de normas de segurança; informações náuticas, regulares; instalação de equipamentos de apoio à navegação; reforço dos meios de comunicação existentes no mar e em terra.

c) Sub-programa de busca e salvamento - Este sub-programa contemplará o reforço dos equipamentos e da capacidade operacional das instituições responsáveis pelas operações de busca e salvamento.

vii) Informação – Relativamente à política de informação, pretende-se:

a) Criar um banco de dados concernentes às actividades marítima e portuária, nomeadamente os referentes à intermediação e mercados do "shipping", e à tecnologia e meio ambiente marítimos.

b) Desenvolver acções com vista a facilitar aos agentes económicos a informação e o conhecimento necessários à melhoria do desempenho das empresas.

ii) Transportes aéreos e rodoviários – Considera-se que uma oferta de transportes adequada às necessidades da procura efectiva e potencial, operando com segurança, regularidade, comodidade e com preços competitivos, constitui um factor crítico para o sucesso da estratégia de internacionalização da economia de Cabo Verde, para a execução do esquema geral de ordenamento do território e, consequentemente, para a integração do espaço interno, a valorização de recursos locais e o alívio de situações de isolamento e pobreza.

Define-se como orientação que a oferta de transporte deverá ser progressivamente da responsabilidade do sector privado, cabendo ao estado o papel de regulamentador e regulador supletivo do mercado.

Pretende-se que o sector privado nacional assuma um papel de primeira importância na posse e operação do sistema de transportes. No entanto, o critério para a definição de eventuais apoios aos operadores nacionais será sempre balizado pelas regras da concorrência internacional, evitando-se, por isso, distorções que eventuais proteccionismos originariam.

Assim, são definidos como objectivos gerais para o sector os seguintes:

- Melhorar a acessibilidade das populações ainda isoladas.
- Aperfeiçoar a eficiência e a efectividade do sistema, de modo a melhor responder à procura.

ii.a) Transportes aéreos - O Transporte aéreo, para além de assegurar a ligação de Cabo Verde com a diáspora e de permitir a circulação de pessoas e mercadorias para a qual o custo de oportunidade do tempo é elevado, desempenha ainda um papel fundamental no processo de trazer até Cabo Verde os fluxos turísticos de que o país necessita para o seu desenvolvimento.

Ligações aéreas nas melhores condições, designadmente, em termos de preço, qualidade e frequência, representam, para o país, um importante factor de localização de actividades económicas.

Em contrapartida, deficiências nas ligações aéreas, tanto internacionais como internas, funcionam como elementos inibidores da concretização da estratégia de inserção dinâmica de Cabo Verde na eonomia mundial.

Além disso, o transporte aéreo é a alternativa ao marítimo nas deslocações inter-ilhas, pelo que importa assegurar uma oferta adequada, a qual, por ser alternativa, deverá praticar preços que cubram de forma correcta os custos associados a uma exploração expurgada de custos de ineficiência.

Por outro lado, entende-se ser desejável a continuação da consolidação do operador nacional de transporte aéreo, seja em termos financeiros, seja em termos de implantação nos mercados de médio (regional) e de longo curso.

Nestes termos, são definidos os seguintes *objectivos* para o sector:

- Promover uma oferta de transporte aéreo internacional a funcionar dentro de um mercado competitivo.
- Assegurar a cobertura do espaço nacional por um transporte aéreo eficiente e financeiramente equilibrado, sem prejuízo da cobertura necessária de todas as ilhas do país.

Como medidas, priorizam-se as seguintes:

- Acelerar o processo de reestruturação dos TACV e o subsequente aumento e abertura do capital a outras participações.
- Aprofundar a regulamentação da actividade dos transportes aéreos.
- Reforçar as instituições responsáveis pela regulação do sector.
- Definir as linhas aéreas de carácter social e os instrumentos e mecanismos de assumpção, pelo estado, dos preços sociais.

ii.b) Transportes rodoviários – O transporte rodoviário é encarado como a malha fina do sistema de transportes de Cabo Verde, a qual permite fazer chegar ou drenar as mercadorias às (das) populações interiores, bem como assegurar a satisfação das necessidades de deslocação interna dos nacionais residentes.

Trata-se de um sector muito dinâmico, onde o crescimento adaptativo de uma oferta privada tem vindo a dar resposta ao crescimento da procura.

O sistema de transporte rodoviário compreende o transporte de pessoas e mercadorias entre o interior das ilhas e os centros urbanos, e o transporte urbano de passageiros. Em ambos os casos existem transportes públicos (os sujeitos a obrigações de serviço público) e transportes privados.

Quanto ao primeiro tipo de transporte, a oferta é caracterizada pela existência de muitos operadores de pequena dimensão, as mais das vezes sem estrutura empresarial. Operadores com dimensão maior são ainda excepção.

Quanto ao transporte urbano, existem operadores de transporte público colectivo de passageiros - uma empresa estatal e uma privada - e transporte público individual - os taxis. Os interfaces intermodais, em especial os rodo/marítimos, assumem forte importância na Praia e Mindelo, exigindo um esforço de reordenamento. O sistema apresenta carências, essencialmente qualitativas.

A sinistralidade rodoviária é um mal associado a todos os processos de desenvolvimento económico, que importa continuar a combater.

Neste domínio, são definidos os seguintes objectivos do Plano:

- Melhorar as acessibilidades através da promoção de uma oferta de transporte adequada.
- Diminuir a sinistralidade rodoviária.
- Promover a melhoria da qualidade da oferta de transporte público de passageiros e de mercadorias.

Para atingir os objectivos referidos, propõe-se:

- Laborar um prpograma nacional de transportes rodoviários, contendo as directivas para o enquadramento da evolução de cada um dos tipos de transporte existente em Cabo Verde;
- Prosseguir com o processo de reestruturação e privatização da TRANSCOR.
- Prosseguir com o processo de descentralização administrativa, passando para as autarquias muitas das competências ainda concentradas na administração pública.
- Promover a melhoria da qualidade dos taxis.
- Prosseguir o processo de revisão da legislação de enquadramento do sub-sector.
- Promover o aparecimento de operadores de transporte interurbano, de passageiros, mercadorias e mistos, de maior dimensão.
- Promover a melhoria da eficiência do funcionamento dos interfaces rodo-marítimos.

iii) Correios – Tratando-se de um caso especial de transporte de mercadorias de forte relevância sócio-económica, define-se como objectivo para este sector a melhoria do sistema de colecta, transporte e distribuição de correspondências, entendida em termos de segurança (inviolabilidade) e rapidez.

Serão medidas a desenvolver, neste sector, as seguintes:

- Abrir certas áreas do sector à iniciativa privada, numa perspectiva de complementariadade relativamente à actividade desenvolvida pelo estado.
- Actualizar a legislação de enquadramento do sector.
- Valorizar da filatelia cabo-verdiana.

7. Promover o saneamento e a defesa do meio ambiente

7.1 - O saneamento

A situação actual do abastecimento de água aos principais centros urbanos é a seguinte:

Centro Urbano	População (estimativa para 1995)		Produção (m3/dia)	Estado da Rede de Abastecimento	Número de Ligações Domiciliárias	Taxa de Cobertura (%)
Rª Grande	2680	Nascentes	230	Velha,35% De perdas	357	67
Pombas	1190	Nascentes	140	Velha,30% De perdas	76	32
Porto Novo	5642	Subterrâneas	215	Velha, 30% De perdas	210	19
Mindelo	53300	Dessalinização	2900	Nova, 1987 E 1994	6850	65

Ribeira Brava	1976	Nascentes, Galeria	169	Velha, 25% De perdas	362	75
Espargos	6584	Dessalin.	1100	Nova, 1987	896	68
Sal Rei	1640	Dessalin.	130	Nova	110	34
Porto Inglês	1737	Subterrânea	90	Velha, 20% De perdas	306	88
Praia	78675	Subterrânea e Dessalin.	4600		4000	25
Tarrafal	3906	Subterrânea	365	Velha	211	27
Assomada	3958	Subterrânea	380	Velha, 30% de perdas	562	71
Pedra Badejo	6146	Subterrânea	210		230	19
S. Filipe	6638	Subterrânea	1600	Velha	394	30
Nova Sintra	1938	Nascentes	119		110	28
TOTAL	179010		12248		14674	42

7.1.1 – O III PND estabeleceu como meta, para o sector de abastecimento de água aos centros urbanos principais e secundários, conseguir uma cobertura por rede de distribuição de 60% da população, com uma capitação média de 80litros/hab/dia, para Praia e Mindelo, e 37,5 litros/hab/dia, em média, para os centros secundários.

Essas metas só foram atingidas em Mindelo, em que a realização da IIª Fase do Plano de Sanitário permitiu uma taxa de cobertura de 65%, embora com a capitação média, aproximada, de 35litros/hab/dia.

A taxa de cobertura, na Praia, situa-se à volta de 25%. A produção de água para a Cidade aumentou com a instalação de dois dessalinizadores de 1200 m3/dia, cada, mas não houve extensão da rede de distribuição. Nos outros centros, não se verificaram intervenções significativas para a renovação e extensão das infra-estruturas de abastecimento de água.

Na maioria dos casos as redes estão vetustas, com perdas elevadas.

A população não ligada às redes de distribuição abastece-se através de auto-tanques ou de fontenários, neste último caso, com uma capitação média de 15litros/hab/dia.

Salvo os casos de dessalinização, não existem condições para um controle sistemático da qualidade da água de abastecimento e o único tratamento utilizado é a cloragem.

7.1.2 – Garantir o acesso à rede de esgotos a 20% da população da Praia, 40% da de Mindelo e 30% da dos centros secundários, bem como a implantação de um sistema de tratamento de efluentes para a Cidade da Praia foram as metas estabelecidas para o III PND, em matéria de recolha e tratamento de águas residuais.

Na Praia, a taxa de cobertura actual é de 7% e em Mindelo ela é de 50%.

Nenhum dos centros urbanos secundários foi dotado de rede de esgotos. O único sistema de saneamento existente, nesses centros, é a fossa séptica, com níveis de cobertura baixos e com riscos para o ambiente, designadamente de inquinação dos lençóis freáticos.

7.1.3 – Na generalidade dos centros secundários, não existem equipamentos suficientes para a recolha eficaz dos resíduos sólidos e a organização e gestão dos sistemas de recolha é deficiente. Praia e Mindelo estão melhor equipados.

A recolha é normalmente feita através de contentores colocados em postos específicos, que são esvaziados para camiões, com periodicidade variável. Em Mindelo e na Praia, algumas zonas são servidas com recolha domiciliária. Mindelo é o único centro que possui um aterro sanitário devidamente preparado para o destino final dos resíduos sólidos.

Nenhum dos centros possui sistema de tratamento do lixo biológico hospitalar e de óleos usados.

7.1.4 – O sector do saneamento caracteriza-se por uma enorme fraqueza institucional, tanto a nível central como municipal. O departamento central responsável por esse sector esteve praticamente sem meios humanos, nos últimos anos, limitando a sua interven-

ção ao acompanhamento da execução dos estudos de saneamento dos vinte e cinco centros secundários e das obras de saneamento do Mindelo e da Praia. A maior parte dos municípios não dispõe de serviços minimamente organizados e dotados tecnicamente para a gestão, a exploração e a manutenção dos sistemas de abastecimento de água e saneamento.

A legislação e os regulamentos municipais nessa matéria são insuficientes e estão desactualizados.

As opções nacionais em matéria de mobilização de recursos hídricos para abastecimento às populações e em matéria de sistema de tratamento de esgotos e resíduos sólidos não estão suficientemente clarificadas.

As relações e a repartição de responsabilidade entre o estado e os municípios em matéria de abastecimento de água e saneamento precisam de clarificação.

7.2 –Tendo em conta as condições do País em matéria de saneamento e considerando os riscos efectivos e potenciais para a situação sanitária, com efeitos negativos na qualidade de vida das populações, especialmente as mais desfavorecidas, e para o desenvolvimento de um sector estratégico - o turismo -, constitui uma das grandes opções do Plano de Desenvolvimento 1997-2.000 a realização de um amplo programa de saneamento básico, com incidência em todo o território nacional, mas com particular cobertura à Cidade da Praia e aos centros secundários, que se encontram em estado mais crítico e representam factores de risco acrescido.

O programa, para além das componentes em infraestruturas de saneamento, incluirá o desenvolvimento institucional, a acutalização da legislação, a clarificação de competências entre o estado e as autarquias e a formação comunitária para a defesa do sanemanto do meio.

No âmbito do programa de saneamento básico, será considerada prioritária a realização do sub-programa de abastecimento de água potável e do saneamento da cidade da Praia e dos 25 centros secundários do país.

No âmbito das prioridades do Plano considera-se, ainda, a execução de projectos de recolha e tratamento do lixo nos principais centros urbanos do país.

São establecidas as seguintes metas do Plano, no domínio do saneamento:

- Atingir uma taxa de cobertura por rede de distribuição de água e esgoto de 50%, na Cidade da Praia, 70%, na cidade do Mindelo, e 40% nos centros urbanos secundários;

- Instalar, até o ano 2.000, uma rede nacional de laboratórios de controlo sistemático da qualidade da água para abastecimento.

- Dotar a cidade da Praia e a maior parte dos centros secundários, até o ano 2.000, de ETAR.

- Dotar a cidade da Praia e a maior parte dos centros urbanos secundários de equipamento suficiente e assistência técnica para a organização e exploração de sistemas de recolha regular e tratamento dos resíduos sólidos.

- Construir, até o ano 2.000, aterros sanitários para a Cidade da Praia e para os centros secundários.

- Dotar, até o ano de 1998, os hospitais centrais da Praia e do Mindelo de equipamento próprio para o tratamento do lixo biológico.

- Encontrar, até o ano de 1998, uma solução para os óleos usados.

7.3 – O ambiente natural – Cabo Verde, dada a sua pequenez e insularidade, confronta-se com graves e complexos problemas de ambiente, que se repercutem no seu desenvolvimento.

Com efeito, as suas reduzidas dimensões, a dispersão geográfica e o seu relativo isolamento, conferem-lhe certas especificidades, a saber:

a) Flagrante desvantagem relativamente aos demais países, principalmente os grandes, sob o ponto de vista económico, devida à escassez e fragilidade dos seus recursos naturais;

b) Vantagem relativa, em termos ecológicos, do seu isolamento geográfico, devido à existência de algumas espécies únicas de flora e fauna, que enriquecem a biodiversidade e constituem um importante património;

c) Vantagem, como país insular, de beneficiar desse estatuto, o que lhe permite possuir um oceano com recursos marinhos e um meio ambiente costeiro portadores de riqueza de raro valor estratégico para o seu desenvolvimento auto-sustentado;

As secas frequentes, as chuvas torrenciais, os ventos fortes, a invasão das areias, a bruma seca, os abalos sísmicos, associados às erupções vulcânicas, constituem fenómenos ambientais naturais de maior dimensão.

Cabo Verde, como pequeno estado insular em desenvolvimento, é depositário de todos os problemas e desafios ambientais da área costeira, concentrados numa superfície terrestre limitada, que se estende por uma linha de costa da ordem dos 2 mil Km.

7.3.1 – Situação do ambiente natural e antrópico – O ambiente natural, pela sua inserção sudano-saheliana, associada a uma vertente marcada profundamente pela insularidade, vê-se confrontado com frequentes problemas de seca, cujos efeitos são agravados pela crescente pressão demográfica. Tais situações engendram processos degradativos, como a desertificação, que se repercutem na pauperização dos recursos naturais (solos e água, flora e fauna, de entre outros).

O abastecimento em água potável é extremamente precário e é grave a problemática do saneamento do meio, decorrente da pobreza das populações, sobretudo as rurais e sub-urbanas, com reflexos negativos na saúde pública.

Nos centros urbanos e peri-urbanos, a raridade de espaços verdes e de lazer é confrangedora, assumindo dimensões preocupantes.

A pressão sobre o espaço físico é enorme, ultrapassando em muitas circunstâncias a capacidade de planeamento e de intervenção, seja a nível central seja a

nível municipal, e leva a uma ocupação anárquica, desordenada, de ordenamento difícil, geradora de agressões ambientais, como a urbanização de vales e planaltos férteis.

A habitação precária, principalmente nas zonas periurbanas e rurais, não dispõe de água canalizada ou em quantidade e qualidade adequadas, com grande incidência no estado sanitário, no habitat e no ambiente, e reflexos negativos na saúde das populações.

Nas zonas costeiras, particularmente nas ilhas montanhosas e mais populosas, a exploração dos recursos inertes (areia, brita e cascalho) atinge limites de insustentabilidade, como são exemplos eloquentes a degradação das praias de Caniço, Palmarejo, Praia Negra, Pedra Badejo, Praia Baixo, Ribeira da Barca, entre outras, privando as populações e os turistas de um bem fundamental para o seu lazer e saúde, e o país de um recurso estratégico.

Os efluentes líquidos e sólidos, em muitas situações, são lançados na parte emersa do território, com graves riscos ambientais.

Como acontece em muitos países tropicais, as águas marinhas são povoadas de grande variedade de espécies, sendo a maior concentração localizada na zona oriental do Arquipélago (Sal, Boavista e Maio), onde a plataforma é relativamente mais extensa. A adopção de certas práticas predatórias de pesca, como o recurso à dinamite, vem sendo utilizada em alguns bancos pesqueiros, determinando consequências ecológicas muito negativas.

Algumas espécies marinhas, como as lagostas e as tartarugas, por serem presas fáceis do homem, encontram-se fortemente ameaçadas, apesar de as tartarugas serem, tal como em quase todo o mundo, espécies protegidas.

Encontram-se inventariadas mais de cem espécies de aves terrestres e marinhas, das quais cerca de 40% se reproduzem localmente. Neste conjunto, vinte e quatro espécies e variedades são consideradas endémicas.

A flora é de proveniência diversa: umas tipicamente espécies da Macaronésia, cuja presença nas Ilhas é anterior ao seu povoamento, classificadas endémicas; outras introduzidas voluntária ou involuntáriamente durante a colonização, destacando-se, neste conjunto, verdadeiras relíquias vegetais, como as medicinais ou aromáticas, que importa preservar, proteger e conservar.

7.3.2 – Orientações da política de ambiente – Pela complexidade e abrangência, associadas ao seu carácter inter-sectorial e inter-disciplinar, nas questões ambientais, na exploração, utilização e gestão dos recursos natúrais, pretende-se associar à política do ambiente, tanto na concepção dos programas como na sua execução, o estado, as autarquias municipais, as organizações da sociedade civil e os cidadãos, num esforço coordenado.

7.3.4 – Principais objectivos do Plano, para o ambiente – São objectivos principais do Plano, em matéria de ambiente:

a) Proteger o mar, as zonas costeiras e os seus recursos, assegurando a sua exploração sustentável;

b) Proteger os recursos naturais terrestres, em especial os solos, a água e a biodiversidade e garantir a sua exploração sustentável;

c) Proteger a cultura cabo-verdiana, promovendo a sua reprodução e o seu desenvolvimento.

Para atingir esses objectivos, pretende-se realizar os seguintes programas:

a) Programa de ordenamento do território – O programa de ordenamento do território incluirá o ordenamento das bacias hidrográficas, o planeamento urbanístico e incentivos susceptíveis de induzir a população a não se fixar em áreas onde tal significa um risco importante para o meio ambiente;

b) Programa de gestão das zonas costeiras – Este programa será desenvolvido com o propósito de proteger a biodiversidade existente nessas zonas, bem como o seu habitat. Terá em conta, além disso, a defesa dos recursos naturais das referidas zonas, garantido uma exploração sustentável das mesmas, na dupla óptica de assegurar, quando possível, a sua renovação e de preservar o meio necessário à reprodução das espécies biológicas que habitam as zonas costeiras;

c) Programa de protecção da biodiversidade e dos recursos genéticos – O programa contemplará a inventariação da flora e da fauna terrestre e marinha, bem como políticas e medidas tendentes a proteger as espécies endémicas ou em risco de extinção, e a salvaguardar os recursos genéticos representados pelas espécies endémicas e pelas espécies adaptadas;

d) Programa de acompanhamento das alterações do meio ambiente e de prevenção de catástrofes - Este programa, de diagnóstico permanente, terá como função o acompanhamento sistemático dos fenómenos e processos ambientais, com o objectivo de identificar, atempadamente, alterações determinandas pela poluição, chuvas, movimentos tectónicos e actividade vulcânica, exploração dos recursos naturais, de entre outros;

d) Programa de conservação de solos e águas - O programa de conservação de solos e águas terá como objectivo actuar sobre o meio, de modo a reduzir os efeitos negativos dos agentes naturais e do próprio homem sobre os referidos recursos;

e) Programa de tratamento de efluentes - O programa de tratamento de efluentes terá uma dupla finalidade: em primeiro lugar, assegurar a saúde do meio ambiente marinho; em segundo lugar, promover a reutilização dos efluentes, tanto para fins agrícolas como para fins industriais;

f) Programa de informação/formação - O programa de informação/formação terá como finalidade assegurar uma participação consciente e assumida das diferentes comunidades locais e da nação na defesa do eco-sistema;

g) Programa de acompanhamento da aplicação de convenções e tratados – Será executado um programa de acompanhamento da aplicação das convenções e tratados em matéria de meio ambiente, designadamente as orientações e recomendações no âmbito da Convenção de Lomé IV, do Programa de Lagos, do Programa do Cairo e, em especial, as emergentes da Cimeira do Rio de Janeiro, particularmente as suas Convenções Internacionais relacionadas com a Luta Contra a Desertificação, a Biodiversidade e Mudanças Climáticas.

8. Consolidar e reforçar a democradcia

No seguimento das primeiras eleições democráticas, realizadas a 13 de Janeiro de 1991, profundas reformas foram introduzidas no Estado, com o objectivo de criar um sistema efectivamente democrático.

De entre as principais medidas que deram substância à referida reforma, merecem referência especial:

– A aprovação de uma nova Constituição, que definiu, de forma clara, os contornos do novo sistema, assegurando, nomeadamente, o pluralismo político, a observação do princípio da separação dos poderes de cada uma das instituições do Estado, a independência dos Tribunais, a democracia económica, a construção do poder local e, muito em particular, os direitos e garantias do cidadão.

– A criação de um verdadeiro poder local, autónomo e forte, capaz de garantir uma efectiva descentralização.

– A liquidação da polícia política.

– A efectiva despartidarização da Polícia de Ordem Pública e das Forças Armadas.

Viver em democracia é, hoje, a situação normal, em Cabo Verde. O país realizou eleições democráticas, por voto universal, directo e secreto, pela segunda vez, tanto presidenciais como legislativas e autárquicas.

Não obstante as profundas reformas introduzidas e a prova de maturidade revelada pelo sistema político, continuam a existir, no mesmo, fragilidades que importa reconhecer e corrigir.

De entre as principais, convém referir:

– A morosidade da justiça.

– A falta de condições para o funcionamento contínuo do Parlamento.

– A necessidade do desenvolvimento do poder autárquico.

– O excessivo peso relativo do Estado na comunicação social e as dificuldades de emergência de uma imprensa privada consolidada e forte.

8.1 – A justiça

A Justiça, em Cabo Verde, é reconhecidamente morosa, o que, na prática, dificulta o cidadão no que respeita ao seu direito ao acesso à mesma.

A morosidade da justiça dificulta, ainda, o combate a certo tipo de criminalidade "social", como, por exemplo, os crimes económicos e o tráfico de drogas.

Factores vários, de entre os quais figuram elementos de ordem organizacional e o deficiente funcionamento da Inspecção Judiciária, explicam a referida morosidade.

Criar as melhores condições para que a Justiça Cabo-Verdiana seja célere deve ser um objectivo fundamental, pois se reconhece que, do contrário, se atropelam os direitos fundamentais do cidadão e da sociedade, introduzindo-se, assim, elementos no sistema que reduzem, na prática, a efectividade da democracia.

8.2 – O parlamento

Cabo Verde optou por um sistema político de pendor parlamentar. O sistema tem provado ser adequado, na dupla perspectiva de assegurar a estabilidade e coesão sócio-política e, também, de garantir o pluralismo, a alternância e o debate políticos, bem como o necessário equillíbrio entre os diferentes orgãos de soberania.

Apesar de, globalmente, o Parlamento ter respondido às expectativas que dele se alimentam, reconhece-se que o seu funcionamento descontínuo reduz a sua capacidade potencial de intervenção, tanto no plano da iniciativa e do debate políticos como, ainda, no âmbito do intercâmbio com outras experiências parlamentares e da participação em fora internacionais ou regionais.

Essa mesma situação (funcionamento descontínuo), tem reduzido o potencial de intervenção dos deputados, das comissões especializadas e dos grupos parlamentares, agravada pela falta de estruturas técnicas capazes de garantir uma assessoria de qualidade a todos os sujeitos parlamentares.

Vencer os constrangimentos que dificultam, em certa medida, a qualidade da intervenção do Parlamento deve ser um dos objectivos importantes do Plano.

8.3 – O poder autárquico

De 1991 ao presente, Cabo Verde registou uma experiência única de descentralização e instalação e desenvolvimento do poder local.

Foi substancialmente revista a legislação existente, no sentido de adaptá-la ao quadro geral democrático, culminando toda essa revisão legislativa com a adopção, pela Assembleia Nacional, em 1995, dos Estatutos dos Municípios, que redefiniu e ampliou o âmbito das competências próprias das autarquias municipais e das competências partilhadas.

Foram realizadas eleições municipais, em 1992 e, de novo, em 1996.

Foram transferidos, para os municípios, importantes recursos humanos, financeiros e materiais, reforçando-se, por essa via, a sua autonomia e capacidade de intervenção nas esferas política e do desenvolvimento comunitário.

Desenvolveu-se um importante movimento associativo intermunicipal, cujos resultados são a existência formal de duas associações de municípios (de Santo Antão e do Fogo e Brava), bem como a criação e instalação da Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos.

Foram criados três novos municípios (dos Mosteiros, de São Domingos e de São Miguel).

Contudo, há que dar continuidade ao projecto de descentralização.

Por um lado, há que consolidar os avanços conseguidos na esfera da criação e estruturação do poder local.

Por outro, há que continuar a responder aos desafios impostos pela Constituição, nessa matéria, desginadamente:

- Garantir o funcionamento e a funcionalidade do Conselho para os Assuntos Regionais.
- Desenvolver os requisitos necessários à instalação das autarquias infra-municipais.
- Preparar as condições para a criação das autarquias supra-municipais.

Importa, ainda, reforçar os recursos humanos, financeiros, materiais e organizacionais das autarquias municipais, como condição necessária ao reforço do poder local.

O prosseguimento do esforço de desconcentração tanto a nível central como autárquico continuará a ser um importante objectivo.

Importa, também, assegurar o melhor ambiente para a desejável organização da sociedade, nomedamente pela viabilização das melhores condições de emergência e consolidação das organizações da sociedade civil.

8.4 – A imprensa

O triunfo da democracia significou, também, a liberdade de imprensa. O quadro jurídico cabo-verdiano permite o exercício efectivo da liberdade de imprensa, tanto no que respeita à liberdade do jornalista como no que concerne à criação de orgãos de imprensa.

O desenvolvimento da imprensa vem sendo, porém, condicionado por factores vários, sendo relevante citar:

- As dificuldades decorrentes da insuficiência de recursos humanos qualificados.
- As dificuldades da iniciativa privada em assumir o risco, nesse sector.

Como consequência, não se conseguiu inverter a posição detida pelo Estado na comunicação social, claramente dominante.

O único jornal com mais que uma tiragem semanal é propriedade pública; a única televisão, para além dos canais estrangeiros, é do Estado; apesar da existência de uma rádio privada (emissora católica), a rádio pública detem uma posição vantajosa; a única agência de notícias é propriedade do Estado.

A emergência e desenvolvimento da imprensa privada, dominante no conjunto da comuniação social, mas dominante, também, em todos os sectores dessa mesma comunicação social é uma condição necessária à consolidação da democracia.

Por isso, é importante remover as dificuldades, tanto de natureza objectiva como do foro subjectivo, que vêm condicionando o desenvolvimento da imprensa privada; torna-se igualmente importante alterar a relação actual entre a imprensa pública e a imprensa privada, sobretudo através da promoção desta.

No que respeita ao sector público de comunicação social, há a necessidade de promover a sua reforma interna, com o propósito essencial de garantir que seja um forte instrumento de promoção da democracia e do pluralismo político e, também, do desenvolvimento cultural, económico e social.

8.5 – O programa de consolidação e desenvolvimento da democracia

O Plano de Desenvolvimento 1997-2000 incluirá um amplo programa de consolidação e desenvolvimento da democracia.

Esse programa comportará, nomeadamente, os seguintes sub-programas:

a) Sub-programa de reforma das instituições do Estado - Este sub-progama terá como objectivos essenciais promover a reforma do sistema judiciário, a fim de melhorar as condições de acesso e realização da justiça, em particular no que respeita à celeridade da justiça e à melhoria das condições do sistema prisional, e promover a reforma do Parlamento, com o propósito de garantir o funcionamento contínuo da Assembleia Nacional, o reforço dos meios necessários ao exercício da actividade parlamentar e a melhor efectividade do sistema político.

b) O sub-programa de descentralização - Este sub-programa terá como objectivos essenciais a consolidação e o reforço do poder local, a criação de condições para o desenvolvimento das autarquias inframunicipais e das autarquias supramunicipais, bem como a promoção das organizações da sociedade civil. Terá, ainda, como objectivo criar as melhores condições para o funcionamento do Conselho para os Assuntos Regionais.

c) Sub-programa de promoção da imprensa privada e de reforma do sistema público de comunicação social - Este sub-programa terá como objectivos a criação das melhores condições para o desenvolvimento da imprensa privada, designadamente nos domínios da imprensa escrita, da rádio e da televisão, e a inversão da relação entre a imprensa privada e a pública. Terá, ainda, como objectivo a reforma do sistema público de comunicação social, com o propósito de adaptá-lo às exigências de uma imprensa orientada para a promoção do desenvolvimento cultural, económico e social, assim como do pluralismo político.

8.6 – A segurança pública

A democracia exige, como condição necessária à sua efectivação, um ambiente de tranquilidade e segurança públicas. Um ambiente de segurança pública é, assim, absolutamente indispensável para a defesa dos direitos fundamentais e a realização plena da cidadania.

O conjunto de polícias recebido do antigo regime não estava organizado para responder adequadamente às exigências da democracia.

De 1991 até ao presente, importantes medidas foram executadas com vista à adaptação das forças policiais às exigências do novo sistema político, sendo o resultado do seu balanço positivo.

Importa, porém, prosseguir com as medidas tendentes a reformar a polícia, de modo a assegurar o cumprimento pleno do papel que lhe é reservado na sociedade democrática.

O incremento da criminalidade internacional nos domínios do tráfico de estupefacientes, do comércio clandestino de armas, bem como a organização crescente de quadrilhas internacionais, associados à posição estratégica de Cabo Verde, à natureza insular e arquipelágica do país, à existência de parcelas do território desabitadas e de largas faixas da costa das ilhas habitadas sem qualquer presença humana, e, ainda, à crescente abertura do país em relação a todos os continentes tornam Cabo Verde num território referenciado pelas organizações e pelos deliquentes do crime organizado internacionalmente.

A garantia de que Cabo Verde continuará a ser um país que protege a segurança, como se afirmou, condição necessária à realização efectiva da democracia, passa pelo reforço substancial das condições de combate, no seu território, ao tipo de criminalidade referido no parágrafo anterior.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelas autoridades cabo-verdianas, nos últimos anos, com vista à melhoria dessas condições de combate, continuam as mesmas a ser insuficientes:

- Os recursos da Polícia Judiciária são, ainda, muito insuficentes.
- A capacidade de fiscalização da zona económica exclusiva e da costa marítima está limitada pela falta de recursos humanos, financeiros e materiais.
- O sistema de articulação e actuação concertada das entidades responsáveis pela fiscalização e combate, tanto em terra como no mar, das formas referidas de criminalidade encontra-se insuficientemetne desenvolvido.

O Plano de Desenvolvimento 1997-2000 contemplará um amplo programa de segurança pública, que integrará:

a) Um sub-programa de reforma das forças policiais.

b) Um sub-programa de reforço e capacitação da polícia de investigação criminal.

c) Um sub-programa de melhoria da capacidade de fiscalização da zona económica exclusiva e da costa marítima.

8.7 – A reforma da administração pública

O programa de reforço e consolidação da democracia incluirá, ainda, o sub-programa de reforma da Administração Pública, referido no capítulo 3º, com o propósito fundamental de reestabelecer o equilíbrio necessário nas relações entre o cidadão e a administração.

9. promover o desenvolvimento humano e social

9.1 – Objectivos

O programa do governo refere que o homem é o sujeito e o objecto do desenvolvimento.

Por outro lado, já se afirmou, em outros capítulos das Grandes Opcções, que Cabo Verde é um país pobre em recursos naturais e que o seu principal recurso são os homens.

Essas afirmações são plenamente assumidas pelo Plano.

Assim sendo, um dos principais investimentos do Plano 1997-2000 será no desenvolvimento humano, quer directamente, pela realização de programas de melhoria das condições de vida das populações, quer indirectamente, através, nomeadamente, da política de rendimentos e dos efeitos do crescimento económico na melhoria dessas mesmas condições de vida.

Os programas devem ter por objectivos principais:

a) Desenvolver integralmente o ser humano, segundo os princípios humanísticos defendidos pelo governo.

b) Qualificar e valorizar a mão de obra, tendo em conta as condições actuais do mercado de trabalho.

c) Preparar a mão de obra cabo-verdiana para, de forma crescente, se encontrar à altura de permitir a Cabo Verde maximizar as vantagens da sua inserção na economia mundial, tirando proveito directo dos novos vectores da globalização.

É com fundamento nos pressupostos acabados de referir que o Plano considera um programa maior de reforma e desenvolvimento do sistema educativo, um programa de formação profissional, um programa de desenvolvimento dos R.H. através da utilização dos orgãos de comunicação social, um programa maior de promoção da saúde, um programa de promoção da família, da mulher, da infância, da adolescência, um programa de luta contra a pobreza, um programa de alimentação e segurança alimentar, um programa de promoção do emprego e um programa de satisfação das necessidade básicas.

9.2 – Desenvolvimento do sistema educativo

O sub-sistema pré-escolar funciona em estabelecimentos que surgiram por iniciativa dos municípios, cooperativas, organizações não governamentais e privados. É de frequência facultativa e destina-se a crianças dos 4 aos 6 anos de idade. Apenas 40% das crianças têm acesso a este nível de ensino, através da frequência dos cerca de 223 jardins infantis existentes.

O ensino básico, obrigatório, com uma duração de 6 anos, foi frequentado, em 1995/96, por 87.423 alunos, sendo a taxa de escolarização bruta de 119%. Os indicadores de sucesso têm vindo a aumentar a um ritmo de 3,3%/ano, tendo atingido, em 1994/1995, 84.7%.

A rede física escolar conta com 1.508 salas de aula e, apesar dos programas de construções escolares executados, 15% das salas são alugadas ou cedidas e o regime de tresdobramento ressurge de forma pontual. A maioria das escolas não dispõe de instalações sanitárias, água e espaços para a prática do desporto escolar.

O sub-sistema extra-escolar tem como domínio de acção a educação de base de adultos. As suas vertentes de trabalho são a alfabetização e a pós-alfabetização. A população alvo situa-se, preferencialmente, na faixa etária entre os 15 e os 35 anos. Desenvolve-se em 3 fases sequenciais e duas vertentes: uma académica geral e outra de formação profissional básica. A terceira fase está em experimentação.

Foram alfabetizados 8.903 jovens e adultos. A formação profissional básica abrangeu 5.227 jovens e adultos e realizou-se através da execução de 401 micro-projectos.

Foi desenvolvida uma rede de bibliotecas móveis em três ilhas, registando-se uma média de 8.000 leitores individuais. 14 centros concelhios contam com uma pequena biblioteca fixa. A animação comunitária e bibliotecária contou, já, com mais de 67.500 presenças.

Teve inicio, em 1994, um programa de dois anos de formação em exercício, com a participação de 336 animadores.

A execução do programa de universalização do ensino de base na óptica de educação de adultos impõe a necessidade de se adequar as estruturas de gestão e garantir a estabilidade do corpo técnico e docente.

A acção social escolar destina-se a melhorar a qualidade de funcionamento do sistema educativo e o rendimento escolar, criando condições propícias à redução do número de alunos, localizados na faixa mais carênciada da população, que não frequentam a escola. Este programa privilegia a distribuição de refeições quentes aos alunos do ensino básico, mas também abrange o ensino secundário nas vertentes de apoio na aquisição de materiais escolares, subsídio de transporte e atribuição de bolsas de estudo.

Apesar dos esforços feitos para a execução de novos modelos de gestão e da introdução de equipamentos modernos, subsistem consideráveis deficiências. É manifesta a insuficiência de recursos humanos com as habilitações técnicas específicas para o exercício das suas funções, sobretudo nas áreas de gestão pedagógica - administrativa e planeamento escolar.

O plano nacional de desenvolvimento incluirá um programa maior de reforma e desenvolvimento do sistema educativo, e que deverá assegurar:

a) O aprofundamento da reforma nos domínios da educação de base, principalmente com o objectivo de:

- Aperfeiçoar os conteúdos programáticos, designadamente no respeitante ao ensino das línguas e do cálculo, ao desenvolvimento da habilidade manual, à introdução às artes e à cultura geral e física, bem como à educação moral e cívica.
- Melhorar a qualidade do ensino, essencialmente através de um programa de formação contínua dos professores.
- Iniciar a introdução do ensino apoiado nas novas tecnologias de comunicação.
- Garantir as bases pedagógicas e metodológicas para que a língua Cabo-verdiana e a língua portuguêsa atinjam o estatuto pautário de linguas nacionais e oficias.

b) A reforma do ensino secundário, com base no desenvolvimento e generalização progressiva de um ensino técnico de elevada qualidade e adaptado às exigências do desenvolvimento sócio-económico;

c) A promoção do ensino superior, tendo por objectivo principal a especialização de Cabo Verde em áreas de prestação de serviços de elevado valor acrescentado;

d) A promoção do ensino privado.

O programa de reforma e desenvolvimento do sistema educativo deverá, também, garantir:

a) A promoção da qualidade e a generalização da educação pré-escolar;

b) A alfabetização de adultos e o combate ao analfabetismo de retorno;

c) A reforma do sistema de acção social escolar.

9.3 – Formação profissional

Considerando a situação actual do mercado de trabalho, caracterizado por abundante mão de obra sem qualificação, o Plano incluirá um amplo programa de formação profissional, cobrindo a totalidade do território nacional, e com sub-programas adaptados às necessidades e condições específicas do mercado, tanto do ponto de vista da procura como do da oferta.

Este programa será executado, de preferência, através de escolas de formação profissional criadas ou geridas pelos municípios e organizações da sociedade civil.

9.4 – Programa de desenvolvimento dos R.H. através dos orgãos de comunicação social

Ainda no que respeita ao desenvolvimento dos recursos humanos, e considerando que os orgãos de comunicação social, públicos e privados, são uma boa via para atingir a generalidade da população, o Plano contemplará um programa de suporte finaceiro e técnico aos orgãos de comunicação social que incluirem na sua grelha de programação temas educativos, formativos e informativos considerados de interesse, pelo governo. A educação moral e cívica, a capacitação para o melhor exercício da cidadania, a luta contra a droga, a defesa da saúde e do meio ambiente serão considerados, entre outros, temas de elevado interesse.

No que respeita aos orgãos públicos de comunicação social, terão que dedicar pelo menos 50% do seu tempo de emissão a programas de informação/formação, produzidos em cooperação com as instituições e os sectores interessados.

9.5 – Promoção da saúde

A evolução das taxas de mortalidade e das suas principais causas indica a ocorrência de uma mudança, ainda que tímida, no perfil epidemiológico de Cabo Verde, mas também permite concluir que alguns indicadores de saúde não registaram uma evolução favorável, provando que mantém-se a necessidade de continuar a reforçar o sistema de saúde, e a ter sempre presente a sua interdependência com o nível de desenvolvimento social, económico e cultural, bem como a fragilidade da situação sanitária, ainda dominada por situações preveníveis, coabitando com doenças do aparelho circulatório, cerebro-vasculares, e tumores malignos.

Continua a existir um défice de oferta global dos serviços de saúde, tanto no plano da qualidade como no da quantidade, em parte devido à incipiência do sector privado e à ausência da concorrência, com manifesto prejuízo para os consumidores, particularmente no que respeita ao binómio qualidade/preço.

Continua a existir um défice dos cuidados primários dirigidos aos grupos sociais específicos e grupos de risco.

Devido à crescente abertura de Cabo Verde ao Continente Africano, constata-se o aumento da vulnerabilidade às doenças epidémicas que não abandonaram esse Continente.

De 1991 a 1995, A taxa de mortalidade infantil, oscilou em torno de valores ligeiramente superiores a 40 por mil.

Como causas da mortalidade infatil, persistem situações preveníveis, tendo à cabeça as doenças infecciosas e parasitárias, as afecções perinatais e as afecções respiratórias.

As doenças diarreicas e as infecções respiratórias continuam a ser as principais causas de morbilidade e mortalidade das crianças com menos de cinco anos, em Cabo Verde. Os esforços já feitos na prevenção e luta contra estas patologias terão que ser continuados e os respectivos programas e actividades reforçados.

Os níveis atingidos na redução da morbilidade e mortalidade néo-natal e materna e na cobertura vacinal colocam Cabo Verde na linha da frente do Continente Africano e dos países em vias de desenvolvimento.

Os índices de saúde apontam para uma situação favorável comparativamente a outros países da Região.

Cabo Verde encontra-se na chamada "fase de transição epidemiológica", caracterizada pela coexistência de uma significativa incidência de doenças infecto-contagiosas e uma crescente ocorrência das doenças degenerativas, como são os acidentes cerebro-vasculares, os tumores malignos e as doenças do aparelho circulatório.

As situações que aparentam melhorias significativas são respeitantes às doenças diarreicas (exceptuando o ano de 1995, devido à epidemia de cólera), a febre tifóide e as hepatites. Por outro lado, há que reforçar a atenção relativamente às DST, ao paludismo, à tuberculose e ao tétano néo-natal, bem como aos casos de tosse convulsa, que ocorreram na Praia, Tarrafal e Brava e de sarampo, em S.Nicolau, no ano de 1994.

A mortalidade geral atingiu os 9,1 por mil, em 1995, sofrendo uma ligeira inversão da tendência decrescente observada desde 1992, para o que terão contribuído as mortes ocorridas devidas à epidemia de cólera, que atingiu o seu ponto mais elevado nesse ano. As causas desconhecidas e as mal-definidas continuam à cabeça, representando, em 1994, a elevada percentagem de 30.4% do total de causas.

O controle e acompanhamento das grávidas de risco que acorreram aos serviços de PMI/PF, em 1995, foi de 100% . A cobertura das grávidas, a nível nacional, não atingiu a meta de 3.5 consultas por gravidez, estabelecida no III PND.

Quanto à prevalência contraceptiva, ela vem aumentando progressivamente, a nível nacional, apesar de algumas discrepâncias verificadas na sua distribuição regional.

As informações sobre a vigilância nutricional são bastante escassas, mas estudos efectuados em 1993 indicam que a prevalência da malnutrição crónica em crianças dos dois aos nove anos era mais elevada do que a malnutrição aguda, 16,2% e 5,6%, respectivamente.

O problema da lepra deixou de ter a incidência verificada nos anos oitenta.O número de casos novos, que, em 1978, ascendia a 136, decresceu constante e progressivamente: para doze, em 1992 e 1993, oito em 1994 e apenas seis a serem despistados em 1995.

A tuberculose continua um problema de saúde pública de primeira grandeza, em Cabo Verde, reforçada a sua importância, nos últimos anos, pelo conhecimento da interacção entre a tuberculose e a infecção HIV .

Tendem a aumentar as doenças cerebro-vasculares e as do aparelho circulatório, enquanto os registos dos tumores malignos e das afecções perinatais mostram-se com alguma estabilidade. Os níveis actuais de prevalência da infecção pelo vírus HIV situam-se entre 1 e 2.5%, com tendência para o crescimento.

A evacuação de doentes para o exterior constitui uma das questões polémicas que enfrenta a Saúde. O número de doentes evacuados para Portugal aumentou de 214, em 1994, para 237, em 1995. As seis principais causas de evacuação nos dois últimos anos foram neoplasias, traumatismos, doenças cirúrgico-cardíacas, doenças congénitas, insuficiência renal e patologias neurológicas. As despesas com a evacuação de doentes, em 1995, representavam 27% do orçamento de funcionamento do Ministério da Saúde, no mesmo ano. Esta proporção aumentou relativamente a 1992 e 1993.

Dos médicos presentes no último ano, 88 eram nacionais ou contratados como tal e 40 eram cooperantes, representando estes cerca de um terço dos activos deste grupo profissional. Regista-se, ainda, que 70% dos médicos trabalhavam nas estruturas de saúde das cidades da Praia e do Mindelo. Os recursos financeiros para a saúde registaram, entre 1992 e 1995, um crescimento médio anual de 11%; em 1994 e 1995, a despesa *per capita* com a saúde foi de 4.203 e 4.156 escudos, respectivamente, o que equivale, aproximadamente, a 50 US Dólares.

São bjectivos fundamentais do Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000, no domínio da saúde:

a) Melhorar a eficácia, a eficiência e a equidade nacional na prestação dos cuidados de saúde e priorizar as zonas geográficas e socialmente desfavorecidas, nomeadamente no respeitante à prevenção, em especial das epidemias que afectam a região africana;

b) Reduzir as evacuações de doentes para o exterior;

c) Melhorar as taxas de morbi-mortalidade infantil e materna;

d) Melhorar os serviços de saúde e a justiça na sua distribuição, com particular atenção para os cuidados primários de saúde;

d) Reduzir a vulnerabilidade face às doenças diarreicas.

A concretização dos objectivos propostos implica investimentos multisectoriais virados para a defesa do meio ambiente, a habitação condigna, o abastecimento de água, o saneamento do meio, bem como programas multisectoriais orientados para a educação das populações, de modo a adquirirem hábitos e comportamentos mais consentâneos com a defesa e a promoção da saúde.

Consideram-se, assim, como fazendo parte dos programas de saúde, todos os programas que incidem sobre os factores de promoção da saúde, como os programas de saneamento básico, de promoção da habitação condigna, por exemplo, aos quais deve ser dada a maior prioridade.

Serão, ainda, considerados os seguintes programas:

a) Programa de desenvolvimento da rede de infraestruturas de saúde - Este programa incluirá a construção, a recuperação e o equipamento das estruturas sanitárias e a conservação das infraestruturas de saúde, a fim de cobrir de modo racional, eficaz e eficiente as necessidades do país, permitindo, ao mesmo tempo, reduzir as evacuações para o exterior;

b) Programa de formação, desenvolvimento e valorização dos recursos humanos afectos ao sector da saúde e de incentivos ao desenvolvimento de cuidados de saúde diferenciados e de qualidade;

c) Programa de redução da taxa de mortalidade infantil e de melhoria da saúde da criança – Este programa comportará, de entre outras actividades, a luta contra a desnutrição e a mal nutrição aguda e crónica, a luta contra as doenças infecciosas, parasitárias e as afecções perinatais, a luta contra as afecções respiratórias e as doenças diarreicas, bem como a melhoria da cobertura vacinal e da protecção materno-infantil;

d) Programa de luta contra as doenças epidémicas e endémicas - Este programa desenvolver-se-á em dois sub-programas fundamentais:

d.1) Sub-programa de luta contra as doenças epidémicas e endémicas normalmente existentes em CaboVerde - Dará especial atenção à cólera, à desinteria bacilar, à meningite, ao paludismo, à sida e à tuberculose pulmonar;

*d.*2) Sub-programa de alerta rápido e prevenção da importação e disseminação das doenças epidémicas e endémicas existentes no Continente Africano - Este sub-programa dará especial atenção aos países e regiões com quem Cabo Verde mantém relações regulares de troca, com destaque para a região oeste-africana;

e) Programa de informação/formação/prevenção relativamente às doenças cérebro-cárdio-vasculares, tumores malignos e outras doenças degenerativas;

f) Programa de luta contra a droga – Este programa deverá dar cobertura às vertentes informação/educação/prevenção, tratamento/recuperação e reinserção social. Dará particular atenção à luta contra as drogas de maior risco para a saúde pessoal e equilíbrio social, com destaque para o alcool, o tabaco e os estupefacientes e substâncias psicotrópicas;

g) Programa de animação e informação para a saúde - Este programa, socorrendo-se, em particular, das técnicas de animação e participação comunitárias e fazendo recurso a estruturas e instrumentos vários, designadamente os meios audio-visuais de comunicação, os ogãos de comunicação social privados e públicos, os centros de animação rural, as escolas e as unidades sanitárias de base, procurará elevar o grau de conhecimentos gerais da população relativamente à protecção da saúde, bem como modificar hábitos que possam estar em conflito com a defesa da saúde individual e pública;

h) Programa de promoção da medicina privada – Este programa procurará criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de um subsector de medicina privada, de qualidade reconhecida.

9.6 - Promoção da família, da mulher, da infância e da adolescência

9.6.1 - A família, célula fundamental e básica da sociedade, não é imune ao que se passa na sociedade. É, por isso, de grande importância que em momentos de transição de modelo das relações económicas e sociais, tanto à escala planetária como nacional, a sociedade e o estado adoptem atitudes e políticas que tenham em conta a protecção da família. Essa importância ganha expressão e conteúdo alargado se for considerado que a família é a base da acção educativa e da construção da personalidade individual e colectiva, instituição humana que melhor sabe reproduzir e preservar a cultura e moldar a relação ideal entre o indivíduo e a sociedade. A família é, assim, um valor supremo a proteger.

A estrutura da família, em Cabo Verde, é dual, basicamente dominada pela família alargada, nas zonas rurais, e, de incidência maior nas zonas urbanas, pela família nuclear.

Os dados do censo de 1990 indicam um total de 67.619 famílias ordinárias.

Cerca de 41% dos chefes de família são mulheres, dos quais 62% nas zonas rurais, 30% nas zonas urbanas e 8% nas zonas semi-urbanas.

Cerca de 80% dos filhos nascem fora do casamento.

Em 14% das famílias a mãe solteira assegura a subsistência da casa. 40% dessas mulheres são chefes de família.

Das 36 960 famílias rurais (55% do total nacional), 62% têm mulheres como chefes de família. 51% dessas mulheres conduzem uma exploração agrícola.

Os restantes 49% vivem de outras actividades, designadamente como assalariadas nas frentes de alta intensidade de mão de obra (FAIMO), nas explorações agrícolas, nas cooperativas e no comércio.

Factores económicos, sociais e culturais variados e a emigração dão uma fragilidade apreciável à família, com consequente instabilidade para a mulher e para os filhos menores.

Apesar de haver leis que obrigam os pais em relação aos filhos, é frequente o pai furtar-se às responsabilidades. Em elevado número de casos, as mães não tomam as providências junto da justiça para regularizar a situação.

O plano 1997-2000 deverá incluir um programa maior de defesa e promoção da família, com o propósito de alcançar os seguintes objectivos:

a) Asseguar a unidade e a estabilidade do agregado familiar;

b) Melhorar as condições de vida e garantir a independência social e económica das famílias;

c) Assistir a família na sua missão de guardiã dos valores morais da comunidade e possibilitar à família o cumprimento da sua função social, designadamente, de carácter formativo e educativo permanentes;

d) Assegurarar um real envolvimento das famílias na gestão efectiva dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e das escolas do ensino básico e secundário, com o propósito de elevar a qualidade e desenvolver um ambiente afectivo para o ensino e a aprendizagem;

e) Combater, em estreita coordenação e cooperação com outras instituições, organizações publicas e da sociedade civil, a violência na família, nomeadamente dirigida contra a mulher e a criança;

f) Apoiar as famílias, especialmente as de estratos mais vulneráveis, na aquisição e/ou reparação de habitação condigna.

9.6.2 – A mulher cabo-verdiana sempre desempenhou um papel relevante na vida cultural, social, económica e política do país, apesar da existência de factores adversos, de ordem essencialmente cultural, que ainda subsistem.

A análise demográfica mostra que a taxa de fecundidade vem diminuindo, situando-se, em 1995, em 4,8 filhos por mulher, quando a mesma taxa era de 6.4, em 1980, e 5.8, em 1990. Este facto denota um maior espaçamento de filhos e a tendência para a diminuição do número de filhos por mulher. Contudo, essa taxa, mantêm-se ainda elevada.

O conflito entre o papel de mãe e de trabalhadora constitui uma das principais condicionantes a um maior protagonismo da mulher no espaço público.

As taxas brutas e líquidas de escolaridade no ensino básico são, respectivamente, de 120.3% e 97,8% para os rapazes e de 117.3% e 97,1% para as raparigas.

No ensino secundário, continua a tendencia para se verificar uma presença mais significativa de raparigas, estando, praticamente, na mesma proporção dos rapazes. Contudo, para as mulheres adultas a taxa de analfabetismo continua elevada. Entre 1989 e 1994, o número de mulheres alfabetizadas foi superior ao de homens, com 17.795 e 12.963 respectivamente.

No domínio da saúde, principalmente no que concerne à saúde reprodutiva, a actual taxa de penetração dos serviços materno-infantis, principalmente o controle de grávidas e o desenvolvimento de cuidados de saúde dirigidos às crianças, é significativa.

No domínio da informação para a saúde, deve-se alargar os programas já existentes, direcionando-os, prioritariamente, para os jovens, que constituem cerca de 2/3 da população cabo-verdiana e que cedo começam a ter vida sexual activa.

No que concerne à situação económica, as perspectivas de integração sócio-económica da mulher passam, fundamentalmente, pelo desenvolvimento do sector privado e pelo fomento de actividades autónomas geradores de rendimento, em que sejam promotoras e beneficiárias directas as mulheres.

Para as mulheres mais carenciadas que, segundo estudos, constituem cerca de 2/3 dos pobres caboverdianos, as perspectivas passam por uma política de redução da incidência da pobreza, mediante incentivos e apoios, por um lado, e, por outro lado, através de uma política de inserção socio-profissional.

No dominío institucional, as perspectivas apontam para o reforço do Instituto da Condição Feminina e das organizações não-governamentais que trabalham no domínio da promoção da mulher e da introdução da variável género a nível da planificação global e sectorial.

Quanto à participação da mulher nas esferas de decisão política e nos altos cargos da administração, espera-se um maior protagonismo da mulher mediante, por um lado, uma maior assunção por parte das mesmas das responsabilidades no espaço público e, por outro, uma maior igualdade de oportunidades e uma maior abertura da sociedade em relação ao valor da participação da mulher nas esferas de decisão.

O plano nacional de desenvolvimento considerará um amplo programa de promoção da mulher, tendo em conta o diagnóstico atrás feito, os objectivos globais de desenvolvimento sócio-economico, a reconhecida necessidade de uma maior integração da mulher na sociedade, bem como de uma maior equidade nas relações entre os géneros.

O programa deverá:

a) Assegurar uma maior participação da mulher no processo de desenvolvimento e um melhor exercício dos seus direitos de cidadania;

b) Permitir a integração das necessidades e das acções desenvolvidas em prol da promoção da mulher no processo global de desenvolvimento e na luta contra a pobreza;

c) Garantir a criação de efectivas condições de igualdade de oportunidades, designadamente nos domínios da educação, do acesso à formação profissional, da saúde, do trabalho, da participação e do exercício da actividade pública;

d) Promover a redução das causas da violência sobre a mulher;

e) Promover a autonomia económica das mulheres, nomeadamente através do acesso ao emprego, a condições de trabalho apropriadas e ao investimento.

9.6.3 – As acções dos poderes públicos em prol das crianças e adolescentes em sitação de risco ou com dificuldades de inserção social, desenvolvidas essencialmente através do Instituto Cabo-verdiano de Menores, têm-se centrado, basicamente, na concretização de acções de promoção, prevenção e reinserção social.

Têm sido, ainda, desenvolvidas acções de mobilização da comunidade para a problemática do bem estar das crianças e adolescentes.

Embora os dados estatísticos actuais sobre a situação dos menores sejam insuficientes para caracterizala, reconhece-se que há um conjunto de situações que vêm afectando as famílias, sobretudo as mais desfavorecidas, com graves repercussões no desenvolvimento e integração pessoal e social de crianças e adolescentes pertencentes a essas famílias. Como consequência, estima-se, por exemplo, que nos principais centros do país o número de crianças de e na rua tende a aumentar.

A exploração sexual do menor, o abandono e maus tratos, a falta de registo, a droga, a delinquência juvenil vêm, igualmente, preocupando os poderes públicos e a sociedade, pela frequência e número de casos que vêm ocorrendo. Contribui para esta situação a pobreza em que vive um número significativo de famílias, o elevado número de desempregados, a seca e a demissão de muitas famílias do processo educativo.

Tendo em conta o diagnóstico feito, o plano nacional de desenvolvimento 1997-2000 integrará um amplo programa de promoção da infância e da adolescência.

Este programa deverá ter, entre outros, os seguintes objectivos:

a) Melhorar a qualidade de vida da criança e do adolescente.

b) Assegurar os direitos constitucionais especiais das crianças no âmbito da educação, da saúde, da habitação, da cultura física e desportos e da família.

c) Promover a revisão, a harmonização, a actualização e a aplicação efectiva de toda a legislação relativa à protecção de menores e à defesa dos seus direitos e deveres.

d) Promover a ratificação e a execução dos acordos ou convenções internacionais sobre os direitos dos menores.

e) Promover a regulamentação de medidas sócio-educativos para as crianças e adolescentes em conflito com a lei e a adopção dos estatutos dos estabelecimentos de colocação de menores.

f) Promover programas de protecção especial para integração de crianças e adolescentes em situação de risco.

g) Estimular e reforçar o papel das redes e organizações de solidariedade social no desenvolvimento da política da infância e adolescência.

9.7 – Luta contra a pobreza

Estudos levados a cabo apontam, com base em dados de 1988/89, para a conclusão de que cerca de 30% da população pode ser considerada como pobre e 14% como muito pobre.

Os pobres e muito pobres vivem, predominantemente, nas zonas rurais (70/% dos pobres e 85% dos muito pobres são residentes no mundo rural). Mas a profundidade e a severidade da pobreza são maiores nas áreas urbanas.

As Ilhas de Santiago, S.Vicente e Santo Antão perfazem 84% da pobreza nacional, mas a Brava, Santo Antão e S.Nicolau têm as maiores taxas de pobreza e de pobreza extrema.

Contudo, o número de muito pobres da Brava e de S. Nicolau representam apenas 6 e 5% do total nacional. Em contra partida, 22% dos classificados como muito pobres residem em Santo Antão e 42% em Santiago.

Entre os pobres com chefe de família analfabetos, 72% vivem no meio rural. Entre os muito pobres com chefe de família analfabeto, 60% integram famílias chefiadas por mulheres.

A pobreza está também ligada à situação de emprego e ao sexo do chefe de família. Assim, 44% dos membros das famílias cujo pais chefes se encontram desempregados são classificados como pobres, logo seguidos dos membros das famílias cujos chefes são mulheres, 34%. Para os muito pobres, a maior percentagem vai para as famílias que têm como chefe a mulher.

As tendências apontam para:

– O desaparecimento das redes de segurança social baseadas na extensão da família, no mutualismo e na solidariedade comunitária.

- O agravamento das condição de vida de grande parte da população, especialmente para os estratos mais pobres do mundo rural, em virtude de sucessivos maus anos agrícolas.

- A manutenção ou mesmo agravamento do actual grau e estrutura de uma pobreza que apresenta aspectos diferenciados segundo zonas - rurais ou urbanas -, instrução e acesso ao emprego, ou em virtude da seca e da desertificação.

- A manutenção do grau de pobreza nas áreas rurais (70/% dos pobres e 85% dos muito pobres são residentes no mundo rural).

- O agravamento do grau de profundidade e severidade da pobreza nas zonas urbanas, devido ao êxodo rural.

- A manutenção ou agravamento do perfil da pobreza (pobres e muito pobres), ligados ao desemprego, ao nível de instrução, ao sexo e à chefia da família. Por um lado, devida à relativa inelasticidade da oferta de formação e emprego e, por outro, à pressão demográfica.

- A concentração das necessidades de intervenções das políticas de luta contra a pobreza nas populações das áreas rurais e em famílias com chefe desempregado, em especial quando se trata de mulher sem profissão definida ou/e analfabeta.

O Plano nacional de desenvolvimento 1997-2000 incluirá um programa maior de luta contra a pobreza, com os seguintes objectivos principais:

a) Combater o desemprego e garantir, gradativamente e na medida das possibilidades do país, a estabilidade do emprego;

b) Combater a falta de habitação condigna, a deficiente assistência médica e medicamentosa, a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida;

c) Combater a exclusão social e promover a participação de todos no processo de desenvolvimento;

d) Eliminar a pobreza extrema e reduzir sensivelmente o número de pobres, até o ano 2000.

e) Combater a falta de habitação condigna, a deficiente assistência médica e medicamentosa, a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida;

f) Combater o analfabetismo, particularmente nos adultos em idade activa;

g) Combater as assimetrias campo/cidade, designadamente no que respeita ao acesso ao emprego, aos bens colectivos, ao saneamento básico, à saúde, à energia, à educação e aos transportes e comunicações;

h) Promover a formação profissional dos elementos da população pobre sem uma profissão definida, em particular das mulheres chefes de família;

i) Promover o desenvolvimento, pela população pobre, de actividades geradoras de rendimento, através, designadamente, do fomento da micro-empresa familiar.

O programa de luta contra a pobreza também conterá sub-programas abrangendo os domínios da educação e formação profissional, poupança/crédito, actividades geradoras de rendimento, promoção social, habitação social, acesso aos serviços sociais, promoção da mulher, da criança e da adolescência. Conterá, ainda, sub-programas de assistência aos estratos mais vulneráveis da população, designadamente, crianças, deficientes e velhos carenciados.

9.8 – Alimentação e segurança alimentar

Programa de alimentação e segurança alimentar - Historicamente e devido a constrangimentos geoclimáticos, Cabo Verde sempre foi deficitário em termos de produção de bens alimentares, particularmente de cereais, produzindo, actualmente e em média, menos de 20% das suas necessidades de consumo.

A pesca, cuja exploração está muito aquém das reais potencialidades dos mais de 700 000 Km2 na ZEE, poderá, num futuro próximo, desempenhar um papel ainda muito mais activo e importante no fornecimento de uma boa parte de proteínas de origem animal.

A indústria alimentar cabo-verdiana é, ainda, uma actividade incipiente e pouco diversificada. Uma boa parte das unidades trabalha de forma quase artesanal. A única unidade industrial de transformação de carnes foi encerrada, por dificuldades de gestão.

Para cobrir o déficit alimentar estrutural, Cabo Verde recorre à importação de bens alimentares, nomeadamente de primeira necessidade, comercial ou resultante da ajuda externa. No período compreendido entre 1990 e 1993, as importações através da ajuda alimentar representaram 50% do total de bens alimentares de base importados, sendo o máximo em 1992, com 63%, e o mínimo em 1993, com 28%.

Os fundos gerados pela comercialização da ajuda alimentar têm sido utilizados no desenvolvimento de projectos que no futuro irão permitir aumentar a produção agro-pecuária, ou seja, a produção de bens alimentares, destacando-se, entre outros, os trabalhos de reflorestação, de conservação de solos e água, de mobilização de água para o abastecimento à população e para a agricultura.

A distribuição gratuita de alimentos é feita apenas a pessoas idosas e sem recursos, deficientes físicos e crianças em idade pré-escolar, malnutridas. Beneficiam, ainda, de uma refeição quente os alunos dos seis primeiros anos do ensino básico.

Estudos sobre o regime alimentar indicam que a dieta cabo-verdiana é hipocalórica, apresentando um déficit acentuado de vitaminas e minerais. Os cereais, em especial o milho, constituem o alimento de base. Contudo, actualmente verifica-se a tendência para a substituição gradual do milho pelo arroz e trigo (pão e massa), particularmente nos centros urbanos. Os legumes frescos e as frutas são deficitários na dieta devido a razões várias, entre as quais se destacam o baixo poder de compra da população, a reduzida oferta e os hábitos alimentares.

Do ponto de vista nutricional, a malnutrição, sobretudo a malnutrição crónica, constitui, presentemente, um grave problema de saúde pública.

No capítulo do controle da qualidade dos produtos alimentares, pode-se dizer que é praticamente impossível qualificar as condições higio-sanitárias dos alimentos distribuídos no mercado.

Os alimentos importados e distribuídos através da rede comercial são das mais diversas origens, obedecendo ou não às mais diversas normas de qualidade. No plano interno, as poucas unidades industriais do sector alimentar não estão sujeitas a quaisquer normas oficiais.

Militam a desfavor do controle da qualidade dos produtos alimentares, em Cabo Verde, a ausência de um programa de acção coordenada entre as diversas instituições com competência na matéria, normas e regulamentos modernos e adequados às condições sócio-económicas do país, falta de uma serviço nacional de inspecção e de um laboratório nacional de controle da qualidade alimentar.

Cabo Verde confronta-se, igualmente, com a problemática da qualidade higio-sanitária da água destinada ao abastecimento da população. A escassez deste recurso, aliada à falta de saneamento básico, aumenta o risco de contaminação dos alimentos e de infecção da população. Uma boa parte desta, em especial as crianças, é vitima de doenças causadas pela água, cujo controle de qualidade não é fácil de ser garantido pelas autoridades.

No que respeita ao controle da qualidade alimentar, a informação ao consumidor tem um papel decisivo, visto que contribui para fazer com que o sistema de fiscalização/inspecção funcione, para além de actuar como elemento de pressão, evitando que determinados produtos de qualidade duvidosa entrem na rede de distribuição. Porém, a sociedade civil não se encontra organizada e suficientemente preparada para defender a qualidade alimentar.

Recentemente, foi criado e desenvolvido um sistema integrado de informação para a segurança alimentar e alerta rápido (CNASA), que centraliza e difunde todas as informações disponíveis sobre a situação alimentar e nutricional. Os decisores e os organismos internacionais são os principais utilizadores destas informações, embora não sejam exploradas suficientemente na formulação de programas de acção.

A segurança alimentar, entendida como a garantia do acesso, a todo o tempo, a bens alimentares necessários ao correcto desenvolvimento físico e mental das pessoas tem sido assegurada à totalidade dos caboverdianos, através:

a) Da política de emprego e de rendimentos e preços, de modo a garantir: a todas as famílias, pelo menos, o mínimo de sobrevivência; o crescimento real dos rendimentos em função do crescimento, também real, do PIB; e a estabilidade dos preços.

b) Do programa de luta contra a pobreza.

c) Da execução de programas de desenvolvimento da capacidade nacional de produzir bens alimentares.

d) Da melhoria da capacidade e das condições de armazenamento dos produtos alimentares de primeira necessidade, bem como de gestão do aprovisionamento.

e) Do aperfeiçoamento da programação e da adopção de novas modalidades de ajuda alimentar, nomeadamente acordando soluções de garantia de ajuda plurianual.

Evolução do deficit alimentar (milho e feijão)

	1991	1992	1993	1994	1995
Sup. Cultivada (milho+feijão) (2)	60793ha	62709ha	60691ha	60655ha	58146ha
Produção (milho+feijão) (1)	10475ton	13447ton	13684ton	3300ton	8166ton
Evolução População	349721	358310	367253	376545	386185
Evolução Necessidades	72ton	74ton	76ton	77ton	80ton
Défice Alimentar	(61525)	(60553)	(62316)	(73700)	(71834)

(1) Fonte: GEP/MA, DGFA/MDRP e DGASP/MAAA

(2) Fonte: Inquérito agrícola, GEP do Ministério da Agricultura

O quadro supra permite visualizar o comportamento do deficit de milho e feijão durante os últimos anos.

A superfície cultivável e o rendimento das culturas de sequeiro variam de ano para ano, conforme a pluviometria, e, na última campanha agrícola (1995/96), foi cultivada com milho em 80% (31066ha);

A área cultivada vem diminuindo (1991-1995) gradualmente, em especial milho (9%) e feijão congo (44%), devido à seca e à desertificação.

Em matéria de produção alimentar, a produção média anual de milho e de feijões, entre 1990 e 1995, é de, respectivamente, 8859,6 e 2242,6 toneladas. Com base no índice de consumo per capita de 206Kg de cereais e numa população de 344.353 habitantes (estimativa de 1990), calcula-se que o consumo anual seja de 70.937 ton. para os cereais e 7.231 ton. para as leguminosas. Assim, a produção nacional de cereais não cobre sequer um décimo das necessidades.

Para além da evolução negativa do défice de produção alimentar, registam-se, ainda, as seguintes tendências do sector de segurança alimentar:

- Estagnação ou, mesmo, declínio da produção tradicional de sequeiro (milho e feijão).
- Manutenção do sistema de importação e stockagem de factores de produção agrícola na dependência de serviços do estado, uma vez que a entrada de empresas privadas está condicionada pela ajuda alimentar e pela ausência de quadros legais e estruturas de acompanhamento que se apresentam como fundamentais, tendo em conta a natureza dos factores de produção como é o caso dos pesticidas.
- Permanência da importância relativa do aguardente no sector de produção agro-industrial, baseado numa transformação artesanal e familiar.
- Aumento da produção frutícola e pecuária.
- Gradual aumento da produção florestal (lenha, forragem e carvão), não obstante problemas de manutenção e de adequada gestão do património florestal.
- Contenção do ritmo de alargamento das áreas florestadas, em virtude de conflitos gerados pelo modelo de florestação entre proprietários e populações.
- Carência de quadros, infra-estruturas e materiais necessários à divulgação das novas tecnologias de produção, rega, etc.
- Substituição progressiva de associações e cooperativas de consumo por associações e cooperativas industriais e de produção, nomeadamente no domínio das pescas.
- Fraca capacidade de apoio institucional às associações e cooperativas, por falta de quadros, estratégias e redes de apoio nas zonas rurais.
- Pouca eficácia do sistema de credito rural.
- Dificuldades do sector em alcançar uma produção que satisfaça as necessidades básicas da população, devido ao ritmo de crescimento demográfico e à desertificação.
- Diminuição da área cultivada, com o avanço da desertificação e da seca.

O plano 1997-2000 incluirá um programa de segurança alimentar, que terá como objectivos principais:

- Garantir a disponibilidade dos bens alimentares, a estabilidade dos preços dos bens essenciais e o acesso de todos os cidadãos aos bens alimentares disponíveis.
- Melhorar a capacidade de produção nacional de bens alimentares e reorientar a agricultura para a produção de bens complementares aos importados, numa óptica de equilíbrio da dieta alimentar.
- Promover a melhoria da qualidade da dieta alimentar dos cidadãos.
- Assegurar a qualidade dos bens alimentares importados e dos produzidos ou transformados no país.
- Assegurar a qualidade da água destinada aos diferentes usos humanos e animais.

Para além de sub-programas relativos à aquisição, armazenamento, constituição de reservas e conservação dos bens alimentares, o programa de segurança alimentar incluirá os seguinte sub-programas:

a) Sub-programa de educação alimentar e nutricional - terá por objectivo facultar a informação necessária e motivar o cidadão para a importância da prática de uma equilibrada dieta alimentar. O programa terá como alvo toda a população cabo-verdiana.

b) Sub-programa de promoção da qualidade alimentar - terá por finalidade essencial garantir as condições de mercado (designadamente, regulamentares), institucionais e sociais susceptíveis de defender e promover a qualidade alimentar.

c) Sub-programa de assistência aos grupos vulneráveis e aos idosos - este sub-programa destina-se a assegurar o mínimo de alimentos necessário à sobrevivência dos idosos e grupos vulneráveis sem rendimentos e não integrados em qualquer estrutura familiar.

d) Sub-programa de assistência às cantinas escolares - terá como objectivo assegurar a co-participação do estado nos custos de funcionamento das cantinas escolares.

e) Sub-programa de garantia da qualidade da água - terá como finalidade promover condições susceptíveis de garantir água potável a todos os centros urbanos e povoados de Cabo Verde.

f) Sub-programa de desenvolvimento da produção de bens alimentares, no país, tanto naturais como transformados.

g) Sub-programa de incentivo ao aumento da produtividade e adequação dos sistemas de exploração às condições do meio-ambiente.

O acesso de todos os elementos da população aos bens alimentares disponíveis será assegurado através de uma adequada política de rendimentos e preços.

9.9 – Promoção do emprego

Do ponto de vista social, o principal problema de Cabo Verde é o desemprego, sobretudo por ter uma natureza marcadamente estrutural. Foi nos anos oitenta que este problema começou a colocar-se de forma preocupante, tendo como causas fundamentais a redução significativa da emigração, devida à redução do crescimento económico nos países que tradicionalmente acolhem emigrantes cabo-verdianos, conjugada com a crise do modelo de crescimento adoptado por Cabo Verde, traduzido, na esfera do emprego, pela incapacidade do sector dominante da economia (o sector público - admi-

nistrativo e empresarial) de continuar a gerar um número significativo de postos de trabalho. Consequentemente, nos finais dos anos oitenta e início dos anos noventa a taxa de desemprego apresentou a tendência para um crescimento progressivo.

Tendo sido eleito pelo Governo, a partir de 1991, como objectivo primeiro, o combate ao desemprego foi entendido como um dos elementos da estratégia global de desenvolvimento sócio-económico, assente, em particular, no desenvolvimento do mercado e do sector privado, na promoção do investimento directo estrangeiro e no fomento das exportações.

Começam a evidenciar-se resultados positivos da estratégia e políticas seguidas. Com efeito, apesar dos constrangimentos que continuam a dificultar a emigração e do elevado crescimento demográfico, a taxa de desemprego dá sinais de tendência para a redução sustentada. A dinâmica do sector privado, derivada da iniciativa empresarial endógena (sobretudo no concernente ao desenvolvimento das micro-empresas) e do investimento directo estrangeiro explicam, no essencial, a inversão da tendência.

Não obstante os sinais positivos revelados pelas tendências de evolução do mercado de trabalho, a promoção do emprego continua a ser o objectivo sócio-económico maior do governo, no médio prazo. Por isso, é eleito como *principal objectivo* do plano nacional de desenvolvimento 1997-2000.

O sucesso na promoção do emprego passa pela efectiva concretização da estratégia de desenvolvimento, ou seja, pela inserção dinâmica de Cabo Verde no sistema económico mundial. É esta a via que garante, em última instância, o crescimento sócio-económico auto-sustentado e permite, de facto, responder adequadamente ao problema do desemprego estrutural e melhorar os rendimentos reais.

Não obstante, considera-se fundamental a realização de um programa de fomento do emprego, essencialmente com dois objectivos:

1 – Em primeiro lugar, com o objectivo de introduzir elementos catalizadores do processo de desenvolvimento do mercado.

2 – Em segundo lugar, com o objectivo de encontrar respostas para as dificuldades de conjuntura, decorrentes, designadamente, do excedente relativo de população activa, particularmente nas áreas rurais, e da seca.

Com o propósito de introduzir elementos catalizadores do processo de desenvolvimento do mercado, o programa de fomento do emprego dará especial atenção:

– À formação profissional, como factor capaz de estimular o investimento directo estrangeiro, a iniciativa empresarial endógena e a realização do auto-emprego.

– À revisão da legislação laboral, de modo a assegurar um melhor funcionamento do mercado, criando, assim, estímulos adicionais tanto do lado da oferta como no da procura, e dinamizando, por essa via, novos investimentos geradores de emprego.

– À promoção da micro-empresa, sobretudo a micro-empresa familiar, sabido que a mesma, uma vez bem sucedida, garante, em regra, um número relativamente estável de postos de trabalho, com remuneração aceitável, e com um baixo coeficiente capital/trabalho.

Com a finalidade de responder às dificuldades de conjuntura, o governo executará, anualmente, um programa complementar de trabalhos públicos, financiado essencialmente através dos fundos de contrapartida da ajuda alimentar. Este programa procurará responder, designadamente:

– Aos desequilíbrios regionais, em termos de emprego, determinados por factores vários, mas, em especial, pelo ano agrícola.

– Ao desenvolvimento comunitário.

– Ao desenvolvimento da agricultura e à luta contra a seca e a desertificação.

– À defesa e protecção do meio-ambiente.

9.10 - Fomento da habitação

Em 1991, as estimativas mais optistas situaram as necessidades em habitação em cerca de 10.000 fogos; as mais pessimistas em aproximadamente 30.000 fogos. Estas estimativas tiveram em conta o fogo padrão, ou seja, aquele que reune as condições mínimas de habitabilidade.

Foi assim que se identificou a habitação como uma das necessidades com um grau de resposta muitíssimo insatisfatório.

Por isso, se definiu como um dos objectivos prioritários a criação de condições susceptíveis de facilitar o acesso à habitação própria.

De entre as medidas tomadas para se atingir esse objectivo, merecem realce a criação das contas poupança-habitação e o estabelecimento de linhas de crédito à habitação em condições mais vantajosas que as de mercado, nomeadamente quanto ao juro e ao período de amortização dos empréstimos. Merece ainda referência a nova postura do IFH, que de instituto com responsabilidades quase que exclusivamente na área da gestão do património imobiliário do estado destinado a arrendamento, passou a actuar no mercado segundo uma perspectiva de fomento à habitação, numa postura um pouco semelhante à de uma empresa imobiliária.

Essa nova postura do IFH permitiu a construção, pela via indirecta, de um significativo complexo integrado por habitações de tipo económico e habitações de tipo social, em quase todos os concelhos.

Esta nova orientação do IFH, combinada com as linhas de crédito à habitação e a decisão do governo de alienar parte substancial do exagerado parque habitacional do estado permitiu, já, a largas centenas de famílias o acesso a habitação própria, condigna. Contribuiu, ainda, para inverter o sentido da evolução das rendas de casa, cuja tendência, nos últimos anos do regime anterior, foi de crescimento contínuo. Um sinal claro da justeza das políticas executadas é o facto do crédito à habitação, com as mesmas, ter crescido em cerca de 60%, em termos médios.

O programa de fomento de habitação do Plano 1997-2000 orientar-se-á no sentido da criação de instrumentos que facilitem a todo o cidadão cabo-verdiano, particularmente às camadas mais desfavorecidas, o acesso a uma habitação condigna.

O programa procurará associar as empresas imobiliárias, grupos financeiros, câmaras municipais e o Governo com o propósito de criar sinergias com vista a reduzir significativamente o deficit de fogos.

O programa dará muita atenção à situação da juventude e à dos estratos sociais mais desfavorecidos, e introduzirá um maior peso ao critério rendimento familiar na atribuição dos fogos, naturalmente em benefício dos que detêm rendimentos mais baixos.

Será desenvolvido um sub-programa específico de apoio à melhoria das condições habitacionais das famílias que vivem nas áreas rurais. Preferencialmente, esse sub-programa será executado através de organizações não governamentais.

9.11 – Satisfação das necessidades básicas

O conceito de necessidades básicas tem um conteúdo histórico e regional. Para um período tão curto, como é o da vigência do plano nacional de desenvolvimento, o conteúdo do conceito define-se pela relação entre aquilo que deve ser considerado necessidades básicas, nos dias de hoje, e o grau e as condições de satisfação dessas mesmas necessidades no país, em cada ilha e em cada comunidade. Este método permite a hierarquização das necessidades básicas e a definição de critérios da sua satisfação, tendo em conta a natureza limitada dos recursos e do tempo.

Para o período do plano 1997-2000, são consideradas necessidades básicas elementares: a alimentação e a água potável, a habitação, a saúde, o emprego, a alfabetização, as comunicações e a informação.

Ainda para esse período, são consideradas necessidades básicas complementares: o saneamento, a energia eléctrica, as telecomunicações, a formação profissional, o ensino secundário, a cultura, o lazer e o desporto.

O programa de satisfação das necessidades básicas, do plano, comtemplará, assim, dois sub-programas:

a) O sub-programa de satisfação das necessidades básicas elementares - cobrirá a globalidade do país e procurará dar respostas diferenciadas e adaptadas à especificidade das realidades várias;

b) O sub-programa de satisfação das necessidades básicas complementares - será executado tendo em conta o grau de realização das necessidades básicas elementares, para cada comunidade, e, ainda, os objectivos do governo relativamente ao ordenamento do território. Este sub-programa será considerado um dos vectores fundamentais de reordenamento do território e de reestruturação do espaço sócio-económico.

A execução dos sub-programas, citados, deverá garantir:

a) A oferta dos bens referidos em cada um.

b) O acesso a esses bens, essencialmente através de uma adequada política de emprego e de rendimentos.

Cultura

O Plano de Desenvolvimento 1997-2000 deve defender um paradigma cultural com matriz assente na cabo-verdianidade e no pressuposto de que a cultura é componente de toda a vida social.

Alguns desafios/objectivos programáticos devem ser assumidos, em decorrência desse paradigma cultural, como segue:

a) Libertar a cultura da tutela do estado e promover condições para a completa liberdade de criação e divulgação literária, artística e científica, sem quaisquer formas de cenrura ou discriminação;

b) Promover a valorização das iniciativas da sociedade civil, através da execução de uma política real e extensiva animação cultural, bem como da concessão de benefícios e incentivos a quem se proponha ajudar ou investir na indústria da cultura;

c) Criar as condições para que Cabo Verde seja efectivamente um espaço bilingue;

d) Defender a valorização da língua nacional e dos demais elementos do património cultural do país;

e) Apoiar a divulgação, tanto no país como no estrangeiro, dos valores culturais cabo-verdianos, com respeito pelos direitos de autor.

O Plano de Desenvolvimento 1997-2000 deve ter, ainda, como objectivo criar as melhores condições para a execução descentralizada dos programas, reservando ao estado, fundamentalmente, a definição de políticas públicas e a dotação de meios (materiais, financeiros e outros) que estimulem e facilitem a livre criação, divulgação e a difusão de obras literárias, artísticas e científicas.

Os programas do Plano devem ter, também, em consideração:

– Que a grande revolução tecnológica que o mundo vem conhecendo, nos últimos anos,com destaque para as tecnologias de informação e comunicação, associada à globalização crescente da economia vieram chamar a atenção para a importância da cultura como fundamento último da existência e perenidade das nações.

Esta importância da cultura é tanto maior quanto se sabe que um dos pilares fundamentais do desenvolvimento futuro irá ser a designada realidade virtual, e que se traduzirá, por ventura, na maior revolução tecnológica de todos os tempos, com efeitos inimagináveis na vida de todas as nações.

– A natureza da cultura cabo-verdiana, desenvolvida a partir de uma síntese de culturas que se realizou num processo único de miscegiação, que conseguiu, ao mesmo tempo, criar uma identidade especifica, própria, mas

soube dar o maior valor às realidades e actualidades culturais de outros espaços da geografia humana.

O Plano de Desenvolvimento 1997-2000 deverá ter em consideração que a mundialização da economia traz, por arrastamento, a mundialização das culturas, colocando aos países, sobretudo aos mais pequenos, um duplo desafio:

- O da cultura das suas culturas ao mundo, sob pena de uma marginalização de efeitos dramáticos em todas as esferas da vida individual e social.
- O da preservação da sua identidade, razão primeira e última da sua existência como nações e povos.

Particularmente para os países pequenos, como Cabo Verde, de recursos muito limitados e tendencialmente apenas consumidores das novas tecnologias, o risco de marginalização cultural, por falta de capacidade de absorção das novas tecnologias, tão grande como o de serem deluídos num sistema em que os vectores determinantes terão origem nos grandes centros produtores das referidas tecnologias.

Por isso, são objectivos do Plano de Desenvolvimento 1997-2000 o seguinte:

- Preparar Cabo Verde para acompanhar as dinâmicas de globalização cultural e evitar, desde modo, a marginalização e suas nefastas consequências.
- Assegurar as condições de reprodução, valorização e divulgação da cultura nacional.

Para atingir o primeiro objectivo, isto é, preparar Cabo Verde para o século XXI, o Plano considerará os seguintes programas-maiores:

a) O programa de educação, que deverá considerar a necessidade; do aumento progressivo dos anos de escolaridade obrigatória; do ensino e compreensão da História e da Cultura universais; da introdução de uma base sólida de formação humanistica no conteúdo curricular do ensino secundário; do ensino da língua inglesa do sétimo ao décimo segundo ano escolaridade; do ensino da língua francesa do sétimo ao décimo segundo ano; da iniciação e familiarização dos alunos do ensino básico elementar com ainformática; do ensino obrigatório da informática a partir do quinto ano de escolaridade.

Além desta componente geral, o programa maior de educação deverá, progressivamente e a ritmo crescente, proporcionar uma saída profissional a cada aluno que concluir o último grau do ensino secundário, sem prejuízo de saídas para graus de ensino de outro nível.

b) O programa maior de informação, que terá como objectivo primeiro o desenvolvimento da cultura geral do cidadão, dando a conhecer os factos, fenómenos e realidades culturais dos tempos actuais, de natureza nacional, regional ou universal, e prestando identica importância ao conhecimento do passado da humanidade (e seus testemunhos actuais) e, também, ao presente, incluindo os vectores dinâmicos da história futura.

Para além de considerar um sistema de incentivos ao sector privado que opera na área da informação, no sentido de desenvolver a sua actividade em consonância com as orientações e objectivos propostos, colocar-se-ão os meios de comunicação detidos pelo Estado ao serviço directo dessa política.

Para atingir com o segundo objectivo, ou seja garantir condições de preservação da identidade nacional, o Plano de Desenvolvimento 1997-2000 consider-se-á os seguintes programas maiores:

- O de investigação sobre os elementos fundamentais da cabo-verdianidade, com o propósito de reforçar o conhecimento que o cabo-verdiano tem si próprio, enquanto sujeito cultural.
- O de valorização dos elementos fundamentais da matriz cultural cabo-verdiana, em particular: a língua nacional, a música, a cultura a literatura, as tradições, os costumes e o artesanato.
- O de valorização do património histórico, designadamente a documentação escrita e o património construído.
- O de apoio à preservação da cultura cabo-verdiana nas comunidades residentes no estrangeiro, com particular atenção para as gerações de cabo-verdianos nascidos na diáspora.

No âmbito do programa de Formação Artística considera os seguintes sub-programas:

- Sub-programa de formação das Artes Plásticas.
- Sub-programa de formação da Música.
- Sub-programa de formação na área das Artes Cénicas.
- Sub-programa na área do Audiovisual.

O programa de Formação Artística terá certamente de ser acompanhado do incremento de construção de recintos para espectáculos bem como de uma rede de ateliers para que os artistas possam desenvolver a sua actividade criadora.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António do Espírito Santo Fonseca.*

Lei nº 23/V/97

de 27 de Maio

Por mandado do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea *b*) do artigo 186º, da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º

É concedida autorização legislativa ao Governo para legislar sobre bases gerais da organização da Administração Pública (art. 188º *g)* da Constituição) definido,

em especial, as bases gerais da criação, organização e funcionamento de organismos administrativos personalizados ou meramente autónomos.

Artigo 2º

É concedida autorização legislativa ao Governo para legislar sobre bases gerais da Administração Pública estabelecendo:

a) As bases gerais do procedimento administrativo gracioso;

b) O regime geral de formação, manifestação e execução da vontade dos órgãos da Administração Pública, abrangendo os actos e regulamentos administrativos;

c) As bases do regime jurídico dos contratos administrativos;

d) O regime geral das reclamações e recursos administrativos não contencioso.

Artigo 3º

As autorizações concedidas pela presente lei têm a duração de 6 meses.

Aprovada em 13 de Março de 1997.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António do Espírito Santos Fonseca.*

Promulgado em 8 de Maio de 1997.

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO.

Assinada em 14 de Maio de 1997.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António do Espírito Santo Fonseca.*

IMPRENSA NACIONAL DE CABO VERDE